

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

Gislaine Angeli

**JUVENTUDES E TRABALHO: O DISCURSO DOS JOVENS SOBRE EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL NO ENSINO MÉDIO**

Porto Alegre
2019

Gislaine Angeli

**JUVENTUDES E TRABALHO: O DISCURSO DOS JOVENS SOBRE EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL NO ENSINO MÉDIO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Jorge Alberto Rosa Ribeiro

Linha de Pesquisa: Trabalho, Movimentos Sociais e Educação.

Porto Alegre
2019

CIP - Catalogação na Publicação

Angeli, Gislaine
JUVENTUDES E TRABALHO: O DISCURSO DOS JOVENS SOBRE
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO ENSINO MÉDIO / Gislaine
Angeli. -- 2019.
93 f.
Orientador: Jorge Alberto Rosa Ribeiro.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, Programa de
Pós-Graduação em Educação, Porto Alegre, BR-RS, 2019.

1. Juventude. 2. Educação profissional. 3. Reforma
do ensino médio. 4. BNCC. I. Ribeiro, Jorge Alberto
Rosa, orient. II. Título.

Gislaine Angeli

**JUVENTUDES E TRABALHO: O DISCURSO DOS JOVENS SOBRE EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL NO ENSINO MÉDIO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Aprovada em 12 dez. 2019

Prof. Dr. Jorge Alberto Rosa Ribeiro – Orientador.

Prof. Dr. Leandro Rogério Pinheiro – UFRGS

Profa. Dra. Ingrid Wink – UFRB

Prof. Dr. Gabriel Grabowski – FEEVALE

Dedico esta dissertação aos meus pais João e Adi e às minhas irmãs Carilaine e Grasielly. São as pessoas em quem mais confio no mundo e onde encontro abrigo nos momentos de incertezas. Obrigada por serem quem são.

Agradecimentos

Quero iniciar os meus agradecimentos à Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e ao seu Programa de Pós-Graduação em Educação, que me acolheu ao longo do meu percurso na pós-graduação. Só tenho a agradecer aos professores e colegas dessa instituição que engrandecem a pesquisa do nosso país num ambiente de troca de saberes mostrando a grandeza dessa faculdade em agregar diferentes conhecimentos em prol do desenvolvimento da educação. Fiquei admirada com as diferentes pesquisas e, dentro desse ambiente de troca, consegui ver muito além do que imaginava ser possível desenvolver e criar em uma pesquisa acadêmica, indo além do mero protocolo de uma produção escrita formal.

Um agradecimento mais que especial ao meu querido orientador Prof. Dr. Jorge Alberto Rosa Ribeiro, que desde o nosso primeiro encontro, lá em 2017, mostrou-se uma pessoa muito carinhosa e atenciosa. Todo o auxílio dado entre as disciplinas metodológicas e orientações nesse tempo de estudo foi primordial para o desenvolvimento desta pesquisa.

Também agradeço aos jovens que participaram deste estudo por meio dos grupos focais. Tenho um carinho imenso por eles como sua professora de história. A ideia e o desenvolvimento desta pesquisa jamais seriam possíveis sem o seu auxílio. Além deles, lembro aqui todos os jovens com os quais já tive o imenso prazer de trabalhar desde 2009, quando era estagiária em um projeto social e, hoje, como professora de história. Sou uma pessoa realizada com o meu trabalho e tenho muito orgulho da minha escolha profissional, e isso também agradeço a eles.

E, por fim, gostaria de agradecer a todas as pessoas que me apoiaram ao longo desses dois anos: equipe diretiva da escola onde trabalho, os colegas professores, amigos e familiares. Siamo seres sociáveis e precisamos uns dos outros para que nossas conquistas sejam possíveis. A todos vocês, meus sinceros agradecimentos.

*Somos humanos ou máquinas?
Animais ou máquinas?
Somos humanos ou máquinas?
Não me enferruja a chuvaiaia*

Francisco, El Hombre

RESUMO

Esta dissertação tem como objetivo analisar a partir dos discursos dos jovens estudantes de ensino médio, cuja escola contempla a educação profissional nessa etapa de ensino, os seus entendimentos sobre as metodologias e os discursos elaborados pela instituição de aprendizagem profissional em relação ao seu presente e futuro. A instituição escolar utilizada neste estudo apresenta algumas características que vão ao encontro das mudanças previstas pela reforma do ensino médio (atual BNCC), a saber: turno integral, maior carga horária para os componentes de português e matemática e, também, a integração da educação profissional como um itinerário de formação. É uma escola que conversa com os interesses do empresariado na formação do jovem trabalhador, que utiliza dados de programas como Todos pela Educação e PISA para justificar sua estrutura e ações junto aos adolescentes. Nessa instituição, estudam os jovens participantes deste estudo, quase todos filhos de trabalhadores da indústria do município de Gravataí e região, em sua maioria provenientes de escolas públicas. Eles não necessariamente desejam ingressar em uma carreira nas áreas de foco de formação da escola, criando alguns conflitos nas relações escolares. Na busca de entender o que esses jovens pensam sobre a sua formação e sobre as mudanças em percurso para o ensino nacional, esta pesquisa utiliza da análise de discurso e de grupos focais. Para a análise de discursos, tal técnica de pesquisa, é a melhor forma de perceber os posicionamentos da juventude, respeitando a sua identidade como sujeito histórico e entendendo que, como sujeitos de um tempo, estão implicados em posições ideológicas e sociais presentes nas relações cotidianas e na assimilação dessas, percebendo o discurso como uma representação dos sentidos. A partir dos grupos focais analisados, pôde-se confirmar a hipótese elaborada sobre a formação profissional: limitar-se à condição de formação do jovem trabalhador para moldagem e postura na inserção do mercado de trabalho sem relação com as suas vivências atuais ou futuras, limitando a visão do trabalho ao comportamento numa lógica econômica. Em síntese, pode-se afirmar que as reflexões teóricas apresentadas ao longo desta pesquisa vão ao encontro das falas dos jovens e representam um contraponto às mudanças que estão sendo desenhadas para o ensino médio.

Palavras-chave: Juventude. Educação profissional. Reforma do ensino médio. BNCC.

ABSTRACT

This thesis aims to analyze, through the discourses of young high school students, whose school contemplates professional education in this stage of education, their understandings about the methodologies and insights elaborated by the professional learning institution in relation to their present and future. By analyzing the organizational structure of the school used in this study, it is possible to identify some characteristics that meet the changes expected by the secondary education reform (current BNCC), namely: full-time program, more hours assigned for Portuguese and Mathematics and the integration of professional education as a training journey. The school, whose interests are aligned with the business community in the formation of young workers, uses data from programs such as Todos pela Educação and PISA to justify its structure and actions with adolescents. The young people heard in this research are students from this institution, almost all of them children of industry workers from the city of Gravataí and region, mostly from public schools. They do not necessarily want to start a career in the focus areas provided by the school, creating some conflicts in the school relations. In order to understand what these young people think about their education and the ongoing changes to the national education, this research uses the discourse analysis and focus groups. For discourse analysis, this methodology is the best way of perceiving the teenagers' thoughts, respecting their identity as historical subject and understanding that, as subjects of a particular time, they are implicated in ideological and social positions present in their day-to-day relationships and their assimilation, perceiving the discourse as a representation of the senses. From the analyzed focus groups, it was possible to confirm the hypothesis elaborated about the professional education: that it is limited to the condition of education of the young worker with the goal of molding their behavior for entering the labor market, without relation to their current or future personal experiences, and limiting their work view to a purely economic logic. In summary, it can be stated that the theoretical reflections presented throughout this study meet the young students discourse and oppose the changes designed to the secondary education.

Keywords: Youth. Professional Education. Secondary Education Reform. BNCC.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

| | |
|---|----|
| Tabela 1 - Roteiro de discussão..... | 58 |
| Tabela 2 - Roteiro com os significados elaborados pelos jovens..... | 76 |

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANPED – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

BNCC – Base Nacional Comum Curricular

CNE - Conselho Nacional de Educação

CNI – Conselho Nacional da Indústria

CONAE - Conferência Nacional de Educação

DCNs – Diretrizes Curriculares Nacionais

EPI - Equipamento de Proteção Individual

FACED – Faculdade de Educação

FAPA - Faculdades Porto-alegrense

FMI – Fundo Monetário Internacional

FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação

FURG – Universidade Federal do Rio Grande

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC – Ministério da Educação

MP – Medida Provisória

OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

PEC - Proposta de Emenda Constitucional

PIB – Produto Interno Bruto

PISA - Programa Internacional de Avaliação de Estudantes

PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua

PNE - Plano Nacional de Educação

RS – Rio Grande do Sul

UBES – União Nacional dos Estudantes

UFPR – Universidade Federal do Paraná

UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| 1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS: SOMOS HUMANOS OU MÁQUINAS?..... | 12 |
| 1.1 PROBLEMA DE PESQUISA | 20 |
| 1.2 OBJETIVO GERAL..... | 20 |
| 1.2.1 Objetivos Específicos..... | 20 |
| 1.2.2 Reflexões Iniciais: | 21 |
| 2 O JOVEM BRASILEIRO | 23 |
| 2.1 O JOVEM BRASILEIRO NA SUA PLURALIDADE..... | 26 |
| 2.2 O JOVEM BRASILEIRO, O TRABALHO E AS FINALIDADES DA ESCOLA | 31 |
| 3 AS REFORMAS INSTITUCIONAIS..... | 37 |
| 3.1 A REFORMA DO ENSINO MÉDIO | 39 |
| 3.2 ORGANIZAÇÃO ESCOLAR: PARA QUEM SERVE ESSA FORMAÇÃO DAS JUVENTUDES?..... | 42 |
| 3.3 OS SECUNDARISTAS E A REFORMA DO ENSINO MÉDIO | 49 |
| 4 COM A PALAVRA, OS JOVENS | 54 |
| 5 O JOVEM NO BRASIL É LEVADO A SÉRIO?..... | 80 |
| 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS | 86 |
| REFERÊNCIAS | 89 |
| ANEXO A | 92 |

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS: SOMOS HUMANOS OU MÁQUINAS?

Sempre acreditei que existe relação entre as escolhas que fazemos na vida e o meio em que nascemos e convivemos. O nosso olhar sobre o outro sempre vem acompanhado da nossa construção histórica, pois a nossa identidade está intimamente atrelada à nossa memória. Muitas das minhas vivências e experiências, acadêmicas e profissionais, vão ao encontro da linha de pesquisa “Trabalho, Movimentos Sociais e Educação”, com foco na formação profissional de jovens, principalmente os de baixa renda.

Nasci em Gravataí, em um bairro de classe média baixa. Meu pai e minha mãe foram um dos primeiros moradores de nossa rua e sempre trabalharam para conquistar as suas coisas. Quando minhas irmãs e eu nascemos, minha mãe optou por cuidar de nós em casa, sem condições de nos manter em alguma creche. Sempre estudamos em escolas públicas e convivemos com crianças em situações sociais bem heterogêneas, com problemas como pobreza extrema, violência doméstica, gravidez precoce e drogas. Ainda hoje tomo conhecimento de colegas do tempo de escola que estão na prostituição ou presos por tráfico. Naquela época, por ser criança e por não ter consciência da nossa condição, não via a dimensão dos problemas sociais enfrentados pelos colegas de escola e também sofria alguns preconceitos e limitações devido à condição social, fato que pude visualizar melhor já adulta.

No ensino fundamental, tive um professor que abriu meus horizontes para as ciências humanas. Ele era professor de História, e suas aulas eram muito teatrais e envolventes. Ele apresentou o mundo de Zezão, o operário brasileiro, e explicou como eram feitas as dívidas dos países com o FMI com um simples empréstimo de galinhas entre vizinhos. A forma como ele despertava o nosso gosto pelo conhecimento é algo que ainda hoje levo comigo. Tenho convicção de que muitas das minhas escolhas partem do período em que estive nessa escola, convivendo com esses colegas e a sua grande diversidade de problemas sociais, além das maravilhosas aulas de História.

As minhas aulas no ensino médio foram diferentes daquelas do ensino fundamental. Troquei uma escola municipal por uma estadual e parecia que aquele mundo que me havia sido apresentado na infância, dos problemas sociais e políticos, não havia passado por conhecimento dos meus novos colegas, que se mostravam distantes e desinteressados dos assuntos das ciências humanas.

Nessa época, as dúvidas sobre que profissão seguir começam a tomar forma. A minha condição social fazia com que meus pais, da forma como foram ensinados, direcionassem seus conselhos para outros caminhos distantes dos que me interessavam.

Foram mencionadas várias sugestões que incluíam cursos técnicos ou profissionalizantes para um suporte econômico e depois, finalmente, pensar em algo mais contemplativo. Como dizia meu pai: “Tu é muito revolucionária para a tua condição financeira”. Meus interesses eram entendidos como utópicos, pois a necessidade econômica deveria vir em primeiro lugar. Sabia que queria mostrar e desvendar a construção das formas e dos preconceitos da sociedade e, a partir disso, dar conta da nossa importância como seres humanos que vivem em sociedade e que nela têm um papel histórico de transformação. Contrariando as expectativas dos meus pais, escolhi o caminho que me envolvesse com o desenvolvimento crítico da sociedade: ser professora de História.

Ao longo da faculdade, entre cadeiras educacionais e específicas de História, entre monografias, artigos e resenhas, o foco no social e nos excluídos da sociedade sempre foi de meu interesse. Entrar em sala de aula ou em projetos sociais era uma necessidade para comprovar toda aquela teoria que a cada dia me deixava mais envolvida com a educação.

Em 2008, consegui meu primeiro estágio¹ na área de Educação e História, no Memorial do Rio Grande do Sul e, em 2009, comecei outro estágio², que fez toda a diferença na minha formação e vivência na relação entre educação e trabalho. Foi no Sistema S, para trabalhar como auxiliar pedagógico na disciplina de Atividades Culturais do programa Novos Horizontes. Esse programa tinha como foco a profissionalização e sociabilização de jovens em condições de vulnerabilidade social ligados ao Jovem Aprendiz³.

Fui efetivada em 2011 como funcionária dessa mesma instituição no cargo de auxiliar de biblioteca. Naquela época, distanciei-me da sala de aula, porém uma das minhas responsabilidades nessa função era organizar os projetos “Centro Cultural” e “Educação Continuada”, ambos com objetivo de incentivar a leitura para o trabalhador da indústria e da comunidade. Entre as atividades de educação continuada, houve apresentações em diferentes canteiros de obras. Por mais gratificante que seja o trabalho de ir a esses locais para dar incentivo à cultura e ao lazer, não pude deixar de notar a precariedade das condições expostas aos trabalhadores, que não tinham nem condições de fazer a própria higiene devido aos pequenos espaços destinados para isso em contraste ao grande número de funcionários.

¹ Estágio supervisionado desenvolvido no período de vínculo ao ensino superior em licenciatura plena em História na FAPA com a Secretaria da Cultura do Estado do Rio Grande do Sul.

² Estágio supervisionado desenvolvido no período de vínculo ao ensino superior em licenciatura plena em História na FAPA com o Sistema S.

³ O programa jovem aprendiz foi criado pelo governo federal a partir da Lei nº 10.097/00 com o objetivo de que as empresas do país desenvolvessem programas de aprendizagem promovendo a capacitação profissional de adolescentes e jovens no Brasil.

Ao longo do tempo e considerando a experiência adquirida até então, cada vez mais a educação se mostrava como o caminho no qual eu conseguiria realização profissional e pessoal. Desse modo, em 2012, ingressei em minha primeira pós-graduação na FACHED/UFRGS em Ensino da Geografia e da História: saberes contemporâneos.

Em 2013, surgiu a oportunidade de novamente trabalhar com o programa Novos Horizontes como monitora de projetos educacionais, assumindo o cargo de educadora no projeto, e voltei à sala de aula. Muito aprendi com os jovens, já formada e com mais experiência. Muito me inquietava a forma como esse aprendizado para a formação profissional era feita, como um mal necessário que poderia mudar suas vidas, uma salvação. Apesar de serem da mesma federação, as instituições envolvidas no projeto têm linhas de pensamento e de método de aprendizagem diferentes. Dentro das concepções de ensino que me foram ensinadas, a forma como a escola de formação profissional tratava os alunos me angustiava. Muitos diziam que era disso que os jovens precisavam: pulso firme e um ofício, indo totalmente contra o que eu acreditava como educadora.

Outra coisa que me inquietava era a precária educação básica desses alunos, em sua grande maioria alunos do ensino médio público da cidade de Porto Alegre. As deficiências em leitura, escrita e raciocínio lógico eram gritantes e, muitas vezes, dificultavam a sua formação profissional. Convivi com esses jovens ao longo de três anos. Apesar de sua condição social, da sua precária formação básica e dessa visão pessimista da sociedade que os visava como problema social, via que muitos desses alunos tinham sonhos, limitados à salvação do curso profissional, sem outra perspectiva de mudança. Tenho muito carinho por esses jovens e sempre penso no rumo que suas vidas tomaram e se consegui ajudá-los de alguma forma em sua caminhada.

No ano de 2016, o programa Novos Horizontes foi encerrado, e fui selecionada para a vaga de professora de História em uma das escolas de ensino médio da instituição, onde atuo até hoje. A escola é de turno integral, com o currículo básico do ensino médio atrelado à educação profissional nos dois últimos anos da etapa. A escola trabalha com foco em competências e habilidades, e os alunos realizam atividades de projetos visando à formação acadêmica e de pesquisa. A organização da escola se assemelha às mudanças propostas pela reforma do ensino médio através da reformulação da Base Nacional Comum Curricular, feita pelo governo interino de Michel Temer e continuado no governo Bolsonaro.

Na vivência com os alunos nessa realidade muito semelhante com a que será projetada para o ensino nacional, nasce a ideia desta pesquisa. Com um olhar direcionado ao jovem estudante do ensino médio e à sua vivência em uma escola integrada à educação profissional,

a ideia é buscar nas expectativas de vida, presentes e futuras desses jovens, seus entendimentos sobre a função e as aprendizagens realizadas dos cursos com foco em educação profissional, como eles direcionam para o mundo do trabalho e qual a sua avaliação quanto às mudanças pensadas pelo governo federal para o ensino médio.

O foco de estudo desta dissertação são jovens estudantes do ensino médio e a sua vivência em uma escola integrada à educação profissional, muito próxima aos moldes propostos nas mudanças realizadas a partir da reforma do ensino médio indicada em medida provisória pelo governo federal. Esses jovens têm entre 15 e 17 anos, são alunos frequentes da escola escolhida para a pesquisa e são, em sua grande maioria, moradores da cidade de Gravataí/RS. Em sua configuração, a escola realiza essa etapa da educação básica em conjunto à educação profissional com o curso básico de Elétrica de Manutenção com foco em automação, realizado em uma escola de formação profissional. A instituição em questão não autorizou a divulgação do seu nome na pesquisa e é apresentada ao longo do texto pelos nomes “escola do Sistema S”, para a formação básica, e “escola de educação profissional”, para a instituição de educação profissional na qual os alunos realizam a educação básica profissional.

Explorando as finalidades do ensino médio e da educação profissional, cabe ressaltar que no Brasil essa modalidade de ensino sempre esteve relacionada a uma visão dual de formação para a população. Nosso país foi construído através da diferença entre a formação da elite e a formação para a população em geral, estando esta abarcada pela visão da educação profissional focada na preparação de um ofício específico. Há uma grande discussão em torno das finalidades da formação profissional e o seu potencial papel emancipador frente às demandas do público que busca nessa modalidade melhorias nos seus padrões de vida, algo que exige políticas públicas efetivas dada a complexidade da tarefa de distanciar a visão produtivista da etapa para uma função social de formação integral dos jovens.

Nessa perspectiva, tem-se a criação através da Lei nº 11.892/2008 dos Institutos Federais de Educação - IFS a fim de dar conta da formação integrada profissional com o ensino médio, fazendo frente a outras instituições privadas do país que apresentam outro caráter de formação (COSTA; COUTINHO, 2018). Apesar de as mudanças pensadas pelos IFS para a integração e melhoria da qualidade do ensino médio atrelado ao ensino profissional serem positivas, essa experiência não está sendo utilizada pelo governo federal nas mudanças em percurso para o ensino médio, mantendo essa visão dual da escola e da finalidade da educação profissional apenas para o mero exercer de um ofício.

As instituições analisadas têm uma visão contrária à visão emancipatória do ensino integral fomentada pelos IFS. Elas surgem na década de 1940 no Brasil em dois momentos: a escola de educação profissional é criada em 1942, durante o Estado Novo sob regime de Getúlio Vargas, e a escola do Sistema S, em 1946, com o país sob comando de Eurico Gaspar Dutra. Numa sociedade predominantemente agrária e hierárquica que ainda vivia com fortes resquícios da escravidão, que recentemente havia sido abolida, temos a formação desses dois órgãos com características bem específicas dentro de um contexto em que o Estado geralmente era o responsável pelas demandas de organização e controle dos trabalhadores. E, diferente disso, as entidades são criadas pelo Estado com financiamento do aparato industrial e mantidas por associações industriais, ou seja, por lideranças industriais influenciadas por ideias estrangeiras com foco em estratégias de reorganização do trabalho e da própria vida cotidiana do trabalhador, a fim de aumentar a eficiência e a produção utilizando princípios científicos. Recusando os métodos adquiridos na prática e na tradição com foco na formação especializada, essas entidades têm a tarefa de organizar novas estruturas com programas e doutrinas adequados à visão de uma parcela dos empresários (WEINSTEIN, 2000).

A criação das entidades tinha como propósito a racionalização, como já explanado anteriormente. Porém, num primeiro momento, elas se colocam a suprir situações de “emergência”, vistas como primordiais naquele momento no país. No caso da escola de educação profissional, a urgência devia-se à falta crescente de operários especializados, causada pelo aumento da produção industrial e pela redução de imigração no período da Segunda Guerra Mundial. No caso da escola do Sistema S, foi a mobilização do operariado no pós-guerra, causada, em parte, pelo problema de acesso a itens básicos de sobrevivência. Portanto, a primeira tarefa das duas organizações seria fazer frente a esses problemas e, posteriormente, implementar os programas que demonstrassem melhor as orientações ideológicas e programáticas de seus fundadores (WEINSTEIN, 2000).

A principal missão da escola de educação profissional, na sua configuração, era formar jovens aprendizes para o trabalho na indústria (caso que ocorre até hoje na entidade). A formação de jovens operários oferecida dividia-se em duas categorias:

Os estudantes dos CAOs trabalhavam meio período na indústria e estudavam meio período no [escola de educação profissional]. O curso, aberto a alunos de catorze a dezoito anos com pelo menos quatro anos de escolaridade, em geral tinha três anos de duração e proporcionava uma formação que o [escola de educação profissional] considerava especializada. Os efêmeros CTMs, em contrapartida, não visavam à formação de operários especializados, oferecendo apenas formação “cultural e técnica em geral”. (WEINSTEIN, 2000, p. 139).

Além da formação em especializações em algumas áreas primordiais como metal, madeira e eletricidade, a entidade tinha uma elevada preocupação com a adequada socialização dos aprendizes. Por isso, desde os primeiros tempos, os idealizadores da escola de educação profissional acreditavam que era primordial para a entidade oferecer mais do que meras habilidades técnicas. A ideia e o diferencial seriam a formação de operários que, além das competências manuais para a execução do trabalho, teriam presentes em seus cursos valores morais, o que destoava de outras entidades de formação. Conforme Weinstein (2000, p. 144), “a equipe do [escola de educação profissional] não apenas considerava que os alunos tinham uma educação formal deficiente e baixo padrão de vida, mas também conclui que eles tinham padrões morais deficientes, maus hábitos de trabalho e pouca ‘cultura’”. Nesse sentido, a formação dos aprendizes precisava não apenas ser técnica, mas também se aproximar da imagem que a escola de educação profissional tinha do bom operário, com intervenções nas questões físicas, psicológicas e nas relações com a família.

A instituição da escola do sistema S, fundada alguns anos depois, por outro lado, tinha foco em outro desafio no contexto da época, o movimento operário e a sua crescente mobilização. Os primórdios da Guerra Fria e o ressurgimento do partido comunista, além de greves e manifestações por parte dos operários diante dos problemas de escassez sofridos pela população, representavam uma ameaça à paz social e influenciaram a fundação e as primeiras ações do sistema enquanto entidade.

Ao contrário da escola de educação profissional, que tentava manter uma neutralidade e foco na formação do novo operário, a instituição do Sistema S pretendia, ao desenvolver seu trabalho mediante as demandas necessárias no combate às carências, que fosse divulgada uma doutrina social de ordem no país no período pós-guerra. Como proferido no discurso de inauguração do Sistema S/São Paulo: “O [escola do sistema S], sem dúvida, corresponderá a esse objetivo. Será um instrumento por excelência de vulgarização da cultura, de popularização dos valores culturais nos meios proletários” (WEINSTEIN, 2000, p. 162), isso dentro de um pensamento de criar uma cultura verdadeiramente nacional combatendo a falta de moral e cultura percebidas na classe operária.

A instituição costumava afirmar que seus serviços contribuiriam, de forma indireta, para o aumento dos salários dos operários, pelo fato de aumentar seu acesso a serviços básicos. Os postos do sistema contavam com rede de abastecimento de alimentos, cozinhas com alimentação a baixo custo, consultórios médicos, cursos de alfabetização, entre outros serviços a fim de diminuir as carências do operariado. Além disso, contava com dezenas de assistentes sociais que tinham como objetivo fazer a divulgação dos benefícios da entidade

para indústrias e seus trabalhadores e, sempre que possível, transmitir a doutrina de paz social dentro das empresas (WEINSTEIN, 2000).

A criação dessas entidades oportunizou às lideranças industriais a propriedade de estabelecer programas e atividades visando à racionalização do ambiente industrial, tanto dentro quanto fora da fábrica. Porém, a adesão aos órgãos não foi realizada e incorporada pelos donos das indústrias de forma coesa. Até hoje visualizamos que, ao longo dos anos, a formação e manutenção das entidades ainda sofrem com altos e baixos, sempre precisando autoafirmar sua importância para o desenvolvimento do operariado industrial do país.

Conforme dados da Confederação Nacional da Indústria - CNI no jornal Estadão, “A Receita Federal repassou no ano passado R\$ 16,4 bilhões às 11 entidades do Sistema S. [...] Neste ano, entre janeiro e setembro, o Fisco recolheu R\$ 12,8 bilhões e repassou ao Sistema S” (TOMAZELLI, 2017). A entidade ainda hoje é representada pelos empresários com dinheiro de arrecadação das empresas dos diferentes segmentos e está envolvida na formulação e implementação das políticas públicas, principalmente no segmento de formação profissional.

A entidade questiona esse repasse como imposto, já que muitos representantes do governo questionam as verbas e as ações do Sistema S nas políticas públicas. Segundo a CNI, a Constituição “deixa claro que esses recursos são privados, o que foi confirmado em decisão do Supremo Tribunal Federal (STF)”. “Ao contrário dos impostos, os valores da contribuição compulsória são recolhidos apenas de determinadas categorias profissionais e empresas, e não de todo o público, e têm de ser destinados a propósitos específicos” (TOMAZELLI, 2017). Porém, o que se observa é que além da participação na implementação no ciclo de políticas públicas nacionais legitimando o sistema paraestatal, esse sistema ainda exerce influência nas agendas com pesquisas e pressões do empresariado na tomada de decisões governamentais.

A influência do Sistema S é tamanha nas formulações de políticas públicas que, em audiência pública, a instituição questionou a legislação e apontou que “a baixa adesão de jovens a essa possibilidade profissional está relacionada a três grandes fatores: distanciamento entre oferta e demanda, limitações de faixa etária impostas pela lei e perda da essência da aprendizagem como programa educacional” (SENAI, 2017). Essa afirmação ignora o fato de que as regiões Norte e Nordeste não têm o atendimento necessário em comparação com as regiões mais desenvolvidas do país – Sul e Sudeste –, indicando muito mais a manutenção e o aumento dos atendimentos do sistema nas regiões de seu interesse do que na implementação em novas áreas, em regiões menos ricas do país.

Ainda com suas diferenças nos focos de atuação, as entidades demonstram um papel doutrinador da classe operária, moldando o operário com princípios morais necessários, conforme lideranças da indústria, na sua formação técnica. Dentro desse contexto do Sistema S é que estão os jovens entrevistados para este estudo. Com o objetivo de ser um referencial na formação inovadora para o mundo do trabalho no segmento industrial no Estado do Rio Grande do Sul, com a proposta de uma articulação entre o ensino médio e a educação profissional, a escola do Sistema S Gravataí foi fundada em 2017 e é uma das escolas da rede que é mantida pela Federação das Indústrias.

Com a justificativa da baixa qualidade da educação pública no Brasil, a escola se propõe a ser um diferencial na formação dos jovens, principalmente para os alunos dos cursos técnicos, tecnológicos e das engenharias. Segundo a instituição, essas áreas são importantes para a inovação e a produtividade na indústria, e a baixa qualidade do ensino público afeta diretamente a economia brasileira com falta de inovação e competitividade. Esse fato dialoga com o processo de desindustrialização vivido pelo país nos últimos 50 anos, e a falta de desenvolvimento tecnológico faz com que o ramo industrial represente apenas 12,6% do PIB brasileiro (NOBREGA, 2019). Segundo a entidade, o setor privado necessita de uma resposta rápida para o crescimento econômico, assim justificando a criação das escolas.

Pela organização da escola, é possível relacioná-la com as mudanças previstas na reforma do ensino médio (atual BNCC) no que concerne ao aumento gradual das horas nessa etapa de educação e à divisão entre o que se tornará conhecimento obrigatório e o que será diversificado, abrangendo a educação profissional como um itinerário de formação. Além disso, trabalha com as justificativas dos índices de evasão e da preparação do jovem para o mundo do trabalho como primordial para a etapa, com foco na formação de profissionais para o ramo industrial e para a competitividade do setor na economia global.

Nessa instituição estão os jovens deste estudo, quase todos filhos de trabalhadores das indústrias do município de Gravataí e região. Vários são provenientes de escolas públicas e não necessariamente desejam ingressar em uma carreira nas áreas de foco de formação da escola, criando alguns conflitos nas relações escolares. É uma escola que conversa com os interesses do empresariado na formação do jovem trabalhador, utilizando dados de programas como Todos pela Educação e dados do PISA para justificar sua estrutura e ações junto aos adolescentes. Mas o que pensa esse jovem sobre as mudanças em percurso? Como ele compreende essa escola que prepara para o mundo do trabalho? Como entende as metodologias de trabalho da educação profissional na sua formação como sujeito? A partir da análise de discurso, por meio de grupos focais, pretende-se, com este estudo, analisar o

entendimento das juventudes em relação às metodologias e aos discursos da educação profissional com o seu presente e futuro e como essa educação se relaciona com as demandas atuais do empresariado brasileiro.

1.1 PROBLEMA DE PESQUISA

O problema de pesquisa desta dissertação é: como os jovens entendem o desenvolvimento da educação profissional integrada ao ensino médio na preparação para o mundo do trabalho com as mudanças estabelecidas a partir da reforma do ensino médio?

1.2 OBJETIVO GERAL

O objetivo geral desta pesquisa é analisar, a partir do discurso dos jovens estudantes da escola do Sistema S, cuja formação do ensino médio contempla a educação profissional oferecida pela escola de educação profissional do Sistema S, os seus entendimentos diante das metodologias e dos discursos elaborados pela instituição de aprendizagem profissional em relação ao seu presente e futuro.

1.2.1 Objetivos Específicos

A partir da definição do objetivo geral da pesquisa, serão contemplados os seguintes objetivos específicos:

- identificar as expectativas desses jovens sobre o seu futuro em relação ao mundo do trabalho;
- compreender como as expectativas de futuro desses jovens são exploradas pela instituição de educação profissional;
- entender como as metodologias utilizadas pela instituição de educação profissional contemplam a condição juvenil dos jovens que participam da instituição;
- identificar o posicionamento da instituição de educação profissional diante das demandas do mundo do trabalho e da formação do jovem trabalhador;
- refletir sobre o posicionamento dos jovens referente às mudanças propostas pelo governo com a reforma do ensino médio em relação às suas vivências em uma escola com formação integrada à educação profissional.

1.2.2 Reflexões Iniciais:

Na prática, os jovens em formação profissional são orientados sob uma perspectiva de controle e moldagem social visando à inserção no mercado de trabalho, pontos que por uma necessidade econômica das demandas juvenis são encarados como orgânicos na preparação destes ao futuro. E, apesar de inserida na formulação da BNCC como um itinerário de formação, as metodologias utilizadas na educação profissional ainda parecem distantes das realidades juvenis sem a efetiva preocupação sobre a formação integral do jovem. Elas se mostram ineficientes como espaço atento e sensível às singularidades, desejos e expectativas dos jovens, focando em uma lógica de produtivismo e de estímulo à formação de sujeitos econômicos, ignorando o presente e as diferentes perspectivas de futuro de tal público.

A seguir, apresento a estrutura da dissertação, a partir da qual busco responder ao problema de pesquisa e aos objetivos propostos.

No segundo capítulo, como embasamento teórico que irá auxiliar na análise desta pesquisa, apresenta-se a tese de Marcus Goulart (2018), doutor em educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, que cria uma rede documental sobre os estudos de juventude no Brasil a partir dos anos 1950. A ideia do estudo é identificar e explorar o foco das análises dos estudos acadêmicos sobre juventude e como ele vai se alterando ao longo do tempo até chegar na perspectiva de uma escola para e com o jovem.

Além dessa breve apresentação sobre as construções da juventude ao longo das décadas, serão apresentados os teóricos que auxiliaram na construção das perguntas e nas análises dos grupos focais na perspectiva da juventude e a sua formação para o mercado de trabalho, entre eles estão Minayo (2011), Dayrell (2007), Frigotto (2011; 2015; 2016), Falcão e Carrano (2011). Esses autores exploram em seus estudos a ideia das diversas juventudes existentes na realidade brasileira, pelas suas condições culturais e econômicas, que frequentam o ambiente escolar, mais intensamente a partir da massificação escolar nos anos 1990. Também questionam como escola e educadores percebem e trabalham no cotidiano escolar essas diferenças, principalmente para a formação ao mundo do trabalho, mostrando que, muitas vezes, pela própria condição financeira, muitos jovens já vivenciam no ensino médio o trabalho na sua vida, geralmente em condições precárias e sem perspectivas de avanço. Em relação à formação técnica, os autores exploram as dificuldades de inserção desses jovens que, mesmo com a formação necessária, veem o seu futuro interditado por questões da economia global e são considerados culpados por algo que foge ao seu controle.

No terceiro capítulo, serão contextualizadas as mudanças estruturais que estão ocorrendo no Brasil a partir das reformas institucionais propostas pelo governo federal – reforma do ensino médio, reforma trabalhista e reforma da previdência – e como essas mudanças se relacionam com as demandas das políticas neoliberais e sofrem influência significativa do setor privado, promovendo um sucateamento do Estado e uma alteração das políticas públicas, aumentando ainda mais as desigualdades existentes no nosso país. Para finalizar, apresento o posicionamento da juventude em relação à reforma do ensino médio através da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas – UBES, analisando notícias e posicionamentos apresentados pelo grupo em encontro nacional.

Após a apresentação de todo o aporte teórico e do contexto a ser problematizado, no próximo capítulo será explicada a metodologia realizada para o estudo, a fim de responder ao problema de pesquisa. Para isso, optou-se por um estudo qualitativo por meio da análise de discurso. Como base teórica e metodológica, foi utilizada a autora Mary Spink (2000), que reflete em sua obra sobre como a produção de sentidos é uma prática social construída por meio da linguagem em uso, mostrando que as pessoas produzem sentidos e se posicionam por meio das relações sociais cotidianas, sendo elas múltiplas e marcadas pela história. A responsabilidade do pesquisador que utiliza as práticas discursivas como produção de sentido é analisar os diferentes discursos elaborados por meio das suas escolhas teóricas, experiências e crenças, interpretando-as e dando sentido a elas.

Então, por meio de grupos focais com jovens estudantes do ensino médio, realizados em uma escola do Sistema S onde esses estudantes têm no cotidiano da escola uma proximidade com as mudanças previstas pela reforma do ensino médio, percebe-se que as hipóteses elaboradas alinham-se com as falas dos jovens estudantes da escola, levantando o questionamento de quais são os benefícios das mudanças propostas para os alunos das escolas públicas brasileiras que já vivenciam no cotidiano escolar problemas de estrutura e falta de professores aumentando as desigualdades já existentes na sociedade brasileira interditando ainda mais o futuro da juventude.

2 O JOVEM BRASILEIRO

O estudo das ciências humanas sobre juventude no Brasil começa a ganhar força a partir da década de 1920 e se desenvolve com foco no jovem como problema social. Distancia-se da ideia moralista do termo e, conforme Goulart: “busca-se pensar o jovem naquilo que ele é, prescrevem-se políticas públicas voltadas a ele, indica-se qual seria a melhor forma de educá-lo, sendo, então, o jovem cada vez mais produzido como um objeto de saber” (2018, p. 40). Sendo assim, muito mais do que entender a experiência juvenil, os estudos sobre o tema refletem o entendimento da sociedade brasileira e seus diferentes contextos ao longo das décadas, considerando que não é possível pensar a problematização do jovem sem o contexto analisado, que mudou constantemente ao longo dos últimos 100 anos.

Nessa perspectiva, Marcos Goulart (2018) inspira-se em Foucault para a produção de uma rede documental sobre juventude no Brasil. O autor analisou textos acadêmicos e institucionais dos últimos 50 anos explorando-os a partir das ideias da sociologia da juventude, que tem como foco a condição social do jovem e as construções estabelecidas nos diferentes contextos até chegar à visão atual da escola para e com o jovem.

Utilizando o pós-estruturalismo para a sua produção, o autor leva em consideração o que Foucault chama em sua obra de “história do pensamento”, por meio do qual se indaga como foram produzidos ditos sobre os jovens a partir de práticas sociais específicas, pensando na linguagem muito além do ato de fala e, sim, na forma como encaramos o mundo tendo relação com aquilo que vivemos. Sendo assim, os discursos também estabelecem relações de poder, pois, nos documentos analisados, há também uma orientação política e institucional sobre os problemas e as soluções para a juventude brasileira.

Para a construção de sua análise, o autor utilizou determinados textos e, a partir de um conjunto de proposições, frases e palavras que se apresentaram com certa regularidade, tendo em vista o objeto explorado, criou uma rede documental, o que o autor nomeou como um “rizoma” – sendo este uma estrutura epistemológica para a organização da produção realizada ao longo do tempo analisado. A escolha da rede documental para a análise do autor permite fazer as conexões entre os textos e os discursos estabelecidos sobre a juventude, mostrando a complexidade e as relações estabelecidas entre os diferentes seguimentos que tratam do tema.

Na construção de sua rede, Goulart mostra que nos anos 1970 temos duas vertentes para o tema. Na época, a produção discursiva sobre o jovem não estava relacionada à escola, mas, sim, à sua condição política e social. A primeira vertente era muito focada na juventude de classe média universitária atuante e com grande peso político dentro do contexto de regime

militar, e a segunda, focada na psicologia, na ideia do jovem como um desajustado social, aquele que se contrapõe moralmente à ordem, sendo necessário guiar essa juventude desorientada para o futuro almejado pelos seus pais e educadores. O jovem trabalhador, a grande maioria da juventude brasileira, começa a ser inserido nas produções ao final dos anos 1970 e início dos anos 1980, quando a formação profissional se torna necessária para o desenvolvimento econômico do país. Assim, o foco eram os grupos marginalizados nos grandes centros urbanos, sendo a educação vista como uma forma de resolver os problemas de delinquência juvenil oriundos das transformações ocorridas com a industrialização do país.

A formação profissional dos jovens, configurada na organização da LDB a partir da Lei Federal nº 5.692/1971, coloca um sentido na escola para as classes mais baixas quando deposita na formação secundária uma possibilidade de elevação social a partir da obtenção de um diploma necessário para o crescimento no mercado de trabalho.

E, a partir dos anos 1990, com a massificação escolar e com o intenso interesse do capital financeiro na formação da juventude, os discursos sobre o ser jovem e a escolarização básica ganham vitalidade nas pesquisas nacionais. Além das instituições clássicas formadoras (família e escola), o jovem passa a ganhar forma nos estudos culturais com foco na condição juvenil. Essa retomando muito das construções realizadas nos anos 1970, porém agora não limitada apenas a jovens de classe média. O jovem nas suas particularidades e nas suas diferenças sociais e de classe, a exemplo da inserção dos jovens trabalhadores nas escolas, é considerado nas análises acadêmicas, o que se reflete nas políticas públicas para a juventude no final do governo Fernando Henrique Cardoso e mais intensamente no governo Lula (GOULART, 2018).

Mesmo com as mudanças realizadas a partir da inserção de grande parcela da juventude na educação básica, os discursos sobre a juventude no intuito de pensar em uma formação para e com o jovem ganham força nos anos 2000, muito relacionada às políticas públicas desenvolvidas e na participação dos jovens nessas discussões, que vão além da formação básica, pois envolvem outros aspectos sociais na formação desses como sujeitos de direitos como a cultura, a saúde, o trabalho, etc. As discussões e ações sobre a juventude brasileira nas duas últimas décadas ganharam força no âmbito de pensar as diferentes formas de se viver a condição juvenil, servindo para diferentes discursos e frentes, conforme Goulart (2018, p. 93):

Talvez se possa afirmar que nunca se pretendeu ouvir tanto os jovens como nessas últimas décadas. Claro, cada escuta tinha um objetivo específico e um viés político distinto. Enfim, toda essa problematização da juventude pode ser vista como condição para muito do que se pensou sobre o ensino médio na década de 2010, quando essa etapa de ensino e toda a discussão que suscitou buscaram se conciliar

com a experiência juvenil. Por trás disso, não há apenas uma disputa em torno de qual escola se quer oferecer aos jovens, mas sobre a própria condição do jovem no contexto da escola.

A tese de Marcus Goulart (2018) traz uma contribuição para o entendimento sobre os discursos proferidos sobre a juventude brasileira em seus diferentes contextos, pois apresenta o quanto esses discursos legitimam as mudanças realizadas ao longo das décadas quando se pensa a juventude brasileira e a sua formação.

Também se percebe nesse momento a preocupação do setor econômico na formação da juventude, presente nas novas teorias de educação com foco em competências e aprendizagens socioemocionais que seriam necessárias para o exercício do trabalho e para as mudanças que são impostas pela sociedade tecnológica. Como nunca antes, percebem-se ações do setor privado na educação a fim de moldar a aprendizagem para as novas necessidades mundiais servindo a educação como um grande propulsor nos investimentos e na competitividade do país no mercado internacional.

Até 2016, antes do impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff, as ações do governo relacionavam-se com as produções acadêmicas, quando propunham mudanças significativas para o ensino médio brasileiro, pensando numa escola para e com o jovem. Porém, e essa é uma das indagações do autor ao final do seu estudo, as mudanças propostas pelo ex-governo interino de Michel Temer vão na contramão dos discursos até então elaborados pela academia e pelo Estado e marca o que muitos autores vão dizer ser um retrocesso no pensamento sobre juventude e educação.

O que mais chama atenção no cenário atual, com base nas mudanças significativas para a educação básica e nas reflexões e análises realizadas neste estudo, para o ensino médio a partir do que está sendo divulgado pelo governo atual como “o Novo Ensino Médio”, as justificativas teóricas para as mudanças em vigor relacionam-se muito com a ideia de que as informações e o conhecimento necessários para a juventude estão disponibilizados pela tecnologia e fica sob responsabilidade da escola o desenvolvimento de habilidades socioemocionais, essas muito necessárias para a inserção dos jovens no mercado de trabalho. Essas reflexões serão mais bem elaboradas no capítulo 3, que aborda as mudanças realizadas para essa etapa de ensino. O que fica evidente é que a rede documental elaborada por Marcus Goulart em sua tese de doutorado auxilia no entendimento dos discursos que legitimam as ações pensadas pelos governos, sendo necessário ter um olhar atento sobre as mudanças.

Para entendimento e aprofundamento teórico com os autores escolhidos que irão nortear as entrevistas e a análise dos dados neste estudo, serão exploradas a seguir as

diferentes realidades da juventude brasileira atual que frequenta o ensino médio, as interferências do capital financeiro em sua formação e as consequências dessa interferência para a educação básica.

2.1 O JOVEM BRASILEIRO NA SUA PLURALIDADE

Em seu texto *A condição juvenil do século XXI*, Minayo (2011) analisa a realidade dos jovens brasileiros na faixa dos 15 aos 19 anos em relação à sua vivência no processo educacional, condições de vida, trabalho, sexualidade, cidadania e violência.

A autora se apoia na tese de Savage na afirmativa de que a cultura jovem se transformou na base que sustenta o capitalismo atualmente, que viu sua transformação ao longo do tempo, e, hoje, permeia tanto a infância quanto a fase adulta no mundo ocidental. Segunda a autora, a juventude constitui a etapa da vida sobre a qual existe maior expectativa social, não sendo apenas uma passagem natural no ciclo da vida, mas de construção social. Historicamente, esse período está sendo cada vez mais ampliado, e há uma tendência universal de se caracterizar como jovem a população que compõe a larga faixa etária que vai dos 15 aos 30 anos.

E explorando especificamente o conceito de condição juvenil, a autora coloca que existem muitas definições: desde a que acentua semelhanças entre os jovens, mesmo com as diferentes realidades que permeiam os espaços e as diferentes condições socioeconômicas que possam existir nos sujeitos de um mesmo tempo histórico, uma segunda que enfatiza as desigualdades de classe, de gênero e de cor, e outra, que ressalta as características e os padrões culturais (MINAYO, 2011).

Para a autora, as relações estabelecidas entre as crianças na família, assim como em outros espaços institucionais, são um poderoso instrumento de reprodução da estrutura socioeconômica e das diferenças de gênero e étnicas. Essa reprodução das estruturas enfatiza as diferenças já existentes entre os jovens em contextos no que concerne a classes, países, regiões e estágios de desenvolvimento, gêneros e etnias, o que leva a um aumento das desigualdades. Para a autora, a condição juvenil tem uma relação experimental com valores e instituições sociais que inclui aceitação e absorção da cultura vigente, mas, também, com tensões entre as gerações com revoltas quando não ocorre uma troca amigável ou crise dos valores predominantes da sociedade. “Os jovens sabem que herdarão o mundo, sabem o que está errado e são impacientes em relação àquilo de que discordam” (MINAYO, 2011, p. 24).

Além do conceito de condição juvenil, a autora explora o conceito de moratória. Minayo (2011, p. 24) afirma que moratória é o “longo período em que se transformou o tempo de juventude estendido pelo menos até os 30 anos”, sendo associado à maior complexidade e ressignificação desse tempo no ciclo da vida. A nova condição juvenil, nos limites da moratória social, está vinculada ao processo de globalização capitalista que conversa com as mudanças existentes vistas através das mudanças econômicas e das relações produtivas criando novos hábitos e relações na contemporaneidade relacionadas à flexibilização, informalidade nas relações de trabalho, nas reduções de empregos e salários e, como consequência, nas trocas nos espaços e tempos.

É preciso ressaltar que a expressão “moratória social” tem significados diferentes segundo classes e estratos sociais: há a que atinge os jovens ricos e uma parte da classe média, para os quais existe uma ampliação do tempo em que permanecem na casa na sua preparação para empregos mais competitivos no mercado de trabalho globalizado; e há a realidade dos jovens das classes populares, que muito cedo tentam entrar no mercado de trabalho e buscam constituir família. Segundo a autora: “Nesse contexto, a ampliação da faixa etária jovem não significa distribuição igualitária de crédito social para uma sociedade competitiva. A condenação ao subemprego é um dos resultados dessa equação, e o empobrecimento da experiência de escolarização costuma ser outro” (MINAYO, 2011, p. 25).

No Brasil, os jovens ocupam, em muitos sentidos, o centro das discussões. Na análise da autora, eles têm consciência de que o mercado de trabalho nunca será o mesmo da estabilidade e do emprego fixo como na época de seus avós, quando uma carreira de sucesso tinha esses como objetivos maiores. Os problemas gerados pelo agravamento das crises econômicas, da reestruturação produtiva e do desemprego permeiam as suas vidas como é explorado por outros autores nesta dissertação, interditando o seu futuro (FRIGOTTO, 2011).

Explorado ainda pela autora em seu texto, ela coloca que a juventude no Brasil é o grupo mais prejudicada nas novas relações de trabalho, com o desemprego e dificuldade de inserção no mercado de trabalho e que questões de gênero e formação influenciam na remuneração desses jovens. Além disso, a autora explora a desigualdade de oportunidades vividas pelos jovens em formação e afirma:

Consideramos o fenômeno das desigualdades marcantes da vida social brasileira, que afeta principalmente a população jovem e se expressa na economia, na educação, na cultura e na cidadania, um tipo de violência estrutural (Minayo, 1994). Ela advém de configurações histórico-econômicas e culturais que se reproduzem por muitos meios, tornando vulneráveis suas condições de crescimento e desenvolvimento. Por ter um caráter de perenidade e se apresentar sem a intervenção imediata dos indivíduos, essa forma de violência aparece naturalizada, mas foi

construída nas gerações passadas e retrata a distribuição do poder e da riqueza. (MINAYO, 2011, p. 29)

No que concerne à sexualidade, a autora explora uma naturalização entre jovens e famílias nas relações. Essas muito mais permissivas para classe média do que para as camadas populares, que demonstram um caráter mais conservador. Além disso, o machismo ainda interfere nas relações evidentes nas questões de iniciação sexual, gravidez e aborto, encarados de forma diferente pelos pares.

Sobre a participação política, a autora expõe que, conforme pesquisa, há uma tendência de afirmar uma despolitização da juventude colocando essa como apática aos processos democráticos. A autora discorda das pesquisas analisadas lembrando que precisamos reconhecer a variedade de mecanismos e espaços existentes nos tempos atuais para a mobilização juvenil, antes muito restrita à luta política por parte das instituições (MINAYO, 2011).

Ao fim da sua análise, traz a questão sobre violência como uma das grandes preocupações dos jovens brasileiros. Explora que os mesmos são vítimas de violência nos espaços familiares e sociais (não só física, mas, também, psicológica) e, ao mesmo tempo, segundo dados de segurança pública, é uma parcela significativa da população que comete violência em atos de infração.

As particularidades nas análises realizadas por Minayo (2011) vão ao encontro de suas afirmações de que as desigualdades existentes nas condições juvenis também permeiam os grupos e as particularidades da juventude brasileira no que concerne a questões de inserção no mercado de trabalho, educação, sexualidade e violência. A pesquisa mostra as interferências nas construções sócio-históricas do país além da interferência do mercado global na constituição da juventude brasileira.

Na perspectiva sobre os sentidos da formação para a juventude e a sua relação com a escola, Dayrell (2007), em seus estudos, analisa os debates sobre o fracasso escolar em que professores, pais e alunos culpam-se mutuamente numa visão bastante pessimista sobre a formação escolar. Para o autor, as questões sobre as novas relações da escola e dos jovens passam por mudanças que estão ocorrendo na sociedade ocidental, que afetam diretamente as instituições e os novos processos de sociabilização das novas gerações, nos seus tempos e espaços. Dentro desse contexto, verifica-se uma nova condição juvenil que se constrói na relação entre como a sociedade confere significado a este momento da vida e como essa condição é vivida pelas diferenças sociais existentes – classe, gênero, etnia, entre outras.

Além disso, o autor coloca que a crise do ensino médio brasileiro também está atrelada ao processo de massificação da escola, a partir dos anos 1990. Antes restrito às camadas altas e médias, o ensino médio passa a receber um contingente de alunos cada vez mais heterogêneo. Concomitante a isso, vemos uma transição dessas classes para o ensino particular, atribuindo à educação pública a condição de “escola para pobre” (DAYRELL, 2007).

A condição juvenil existente está atrelada às construções culturais das juventudes e à sociabilização presente nos diferentes espaços e tempos. Além de sua condição social, os jovens têm interesses, amam, têm preferências e se utilizam de diferentes meios para expressar suas necessidades, como a música e o próprio corpo, sendo estas formas de constituição de sua identidade. Assim, o mundo da cultura aparece como um lugar privilegiado de práticas e representações no qual os jovens buscam demarcar uma identidade juvenil individual e/ou coletiva. São mediadores e/ou produtores culturais, interagindo e criando, entre grupos de interesses, expressões simbólicas da sua condição.

As culturas juvenis não são hegemônicas, pois sofrem interferência dos grupos com os quais os jovens se relacionam, do contexto interno e externo nos quais estão inseridos e dos objetivos estabelecidos nas relações entre seus pares. No caso brasileiro, para grande parcela dos jovens, a condição juvenil só é vivenciada porque estes trabalham, dando condições para o mínimo de recursos. Sendo assim, o trabalho também é importante na construção juvenil e influencia o percurso escolar (DAYRELL, 2007).

A sociabilização acontece em diferentes espaços de troca que podem ser de lazer, escola ou trabalho, de modo que os jovens passam a ressignificá-los transformando-os em lugar, produzindo territorialidades. Os amigos são parte fundamental na condição juvenil sendo um referencial na trajetória da juventude. Além disso, a reversibilidade é uma marca da atual juventude, podendo ocasionar trocas de grupos, afetividade e trabalho. Devido a essa reversibilidade, Dayrell (2007) designa essa juventude como “ioiô”.

O tempo é vivenciado de maneiras diferentes, dependendo do espaço em que se realiza. A dicotomia dos espaços, variando entre os institucionais com regras e controle e os de lazer onde os jovens usufruem do presente desprendendo-se das amarras institucionais, aparece nas trajetórias da juventude contemporânea sobre o seu futuro, evidenciando as dificuldades atuais de definir modelos de transição vividos pelos jovens brasileiros para a vida adulta.

A construção da condição juvenil atual expressa mutações profundas no processo de sociabilização, e isso reflete nas instituições tradicionalmente responsáveis pela socialização

das juventudes, como a família e a escola. Há uma ampliação dos universos sociais de referência que transitam entre família, escola, mídia e grupos sociais de trocas, colocando um desafio para as instituições na sua contribuição com a formação desse jovem.

Observando os desafios atuais da escola, ela ainda mantém o monopólio da cultura acadêmica, mas perde o monopólio cultural para a circulação social das informações e cultura de massas (DAYRELL, 2007). Apesar de sua massificação, como já exposto, ela ainda não se redefiniu internamente a ponto de criar diálogos com esses sujeitos e a sua realidade. Sempre com foco no que o jovem será ou na crítica ao hedonismo juvenil, a escola não reconhece o jovem no aluno, muito menos compreende a sua diversidade.

Institucionalmente, a escola é ordenada por um conjunto de normas e regras que buscam unificar e delimitar a ação dos sujeitos. Entretanto, no seu cotidiano, ela vive uma trama complexa estabelecida nas relações entre os sujeitos envolvidos (professores, funcionários, pais, entre outros), dando como característica o constante processo de construção. Na escola ainda predomina uma determinada concepção do aluno gestada na sociedade moderna. Ao entrar nas instituições, os jovens abandonam sua condição para se tornarem alunos, numa clara separação entre sociedade e escola. Espera-se que sejam disciplinados, obedientes, pontuais e que se envolvam em seus estudos, não considerando sua condição juvenil. Cabe ao jovem submeter-se ou ser excluído desse sistema (DAYRELL, 2007).

Nas últimas décadas, assiste-se à transformação dessa visão moderna significando a não submissão a modelos prévios, mas, ao contrário, a construção de sua experiência atribuindo sentido na sua formação. Diante disso, verifica-se uma ambiguidade na construção do sujeito na condição do ser jovem e do ser aluno, isso tudo perpassado pelas relações estabelecidas entre diferentes grupos existentes na sala de aula e nos processos de ensino-aprendizagem estabelecidos que geram sentido para a formação. A escola hoje contribui em partes na construção e na vivência da condição juvenil, visto a existência de outros espaços de interação.

Para finalizar, o autor propõe um questionamento levando à reflexão se ainda é válida uma proposta educativa de massas, homogeneizante, com tempos e espaços rígidos, numa lógica disciplinadora. Lógica em que a formação moral predomina sobre a formação ética, em um contexto dinâmico, marcado pela flexibilidade e fluidez, em que os jovens não querem ser tratados como iguais, mas reconhecidos nas suas especificidades, num momento privilegiado de construção de suas identidades, de projetos de vida, de experimentação e aprendizagem da autonomia.

Relacionando as afirmações de Dayrell sobre a flexibilização dos tempos atuais e as mudanças propostas por meio da reforma do ensino médio, percebe-se que, muitas vezes, as criações teóricas são utilizadas de forma distorcida e descontextualizada para legitimar as mudanças pensadas para a educação nacional em andamento. O jovem vive a realidade escolar de diferentes formas, como explorado por Dayrell, muito em função da diversidade juvenil existente. Nessa perspectiva, em vez de criar mecanismos uniformes de formação, o que ainda se observa nas metodologias de competências e habilidades, a escola e as instituições de aprendizagens devem estar preparadas para receber essas diferenças e auxiliar os jovens na construção da sua identidade e formação, não na perspectiva de um futuro próximo ou criando a ilusão de que as escolhas de itinerários de formação estão respeitando as suas individualidades, mas levando em consideração a atualidade desse jovem, sem negligenciar as suas experiências e necessidades. Uma dessas demandas é a própria necessidade de trabalho que uma grande parcela da juventude brasileira experimenta e que é o foco deste estudo.

2.2 O JOVEM BRASILEIRO, O TRABALHO E AS FINALIDADES DA ESCOLA

Para analisar as mudanças impostas pelo sistema e como elas se refletem no espaço escolar e na formação dos jovens brasileiros, alguns autores foram escolhidos a fim de oportunizar um melhor entendimento sobre a juventude e a formação para o trabalho. Entre eles, Nadia Falcão e Paulo Carrano (2011), que em seu texto sobre trabalho e juventude apontam que os currículos escolares se esvaziam de sentido para muitos jovens brasileiros ao conceberem o mundo do trabalho apenas como uma promessa e desconsiderarem que, para muitos deles, essa já é uma realidade. Há uma grande insatisfação no ambiente escolar, entre os jovens, por enxergarem a escola de forma exageradamente teórica e sem relação com o seu presente e sua condição juvenil. Já os professores não conseguem estabelecer relações entre essa juventude com as ferramentas pedagógicas oferecidas na sua formação aguçando as tensões existentes.

As respostas centradas na preparação para um futuro melhor parecem não ser suficientes, dadas as características da sociedade brasileira com acentuadas diferenças sociais. A experiência escolar, segundo os autores, potencialmente eleva as chances de inserção profissional e a melhoria da condição de vida, mas é preciso reconhecer que, para os jovens, o aumento da cobertura foi acompanhado por uma perda da qualidade da educação escolar, tornando mais obscura a experiência presente e a projeção de futuro.

Nesse contexto, existe a realidade de escolas pouco atraentes, apresentando-se “como laboratórios de socialização política, cultural e técnico-profissional esvaziado de sentido prático” (CARRANO; FALCÃO 2011, p. 168). Fora dos muros da escola, os jovens socializam em espaços e tempos muitas vezes desconhecidos pela escola, entrando em choque com a instituição escolar. Somando-se isso a fatores externos de condição social, a escola não se apresenta como uma experiência feliz para muitos jovens contribuindo com a evasão escolar.

O complexo de fatores que se costuma denominar de crise de identidade do ensino médio nos leva a questionar se esta também não seria uma crise de compreensão das realidades juvenis que circulam pelo ambiente escolar. Para o sistema, o insucesso seria resultante da baixa capacidade do indivíduo em produzir competências para enfrentar desafios estruturais nos quais ele pouco pode interferir. A escolarização tem se tornado um problema para os jovens com pressões imediatas para a inserção no mercado em escolas que não aplicam ou não relacionam os conteúdos aos serviços laborais. E, mesmo com a escolarização necessária, os jovens apresentam mais dificuldades de inserção, condições de trabalho e salário do que adultos sem a mesma formação, mostrando, muitas vezes, a ineficiência do sistema em garantir a sua real inserção no mercado de trabalho (CARRANO; FALCÃO 2011).

Cada sociedade configura-se com acordos e normas nas passagens dos tempos de vida e de condição juvenil. Em nossas sociedades urbanas, principalmente, os limites encontram-se cada vez mais obscuros, e as passagens geracionais não possuem mais marcadores precisos. É preciso ter em conta as muitas maneiras de ser jovem e de ser adulto, pois nem todos os jovens vivem a juventude como uma situação de transição e preparação para as responsabilidades da vida adulta. Isso se dá pelas diferentes realidades juvenis presentes, ampliadas pelas consequências da instabilidade e precarização do trabalho cada vez mais visível na vida adulta (CARRANO; FALCÃO 2011).

O quadro de mudanças que as sociedades de economia capitalista vêm atravessando tem afetado substancialmente os modos de passagem da juventude para a vida adulta podendo sugerir que hoje há maiores possibilidades de perversos movimentos de estagnação. Segundo os autores, para uma mudança efetiva na escolarização e no conseqüente sentido desta para os jovens, deveria existir uma relação entre a qualidade na educação, abandonada a partir da massificação escolar dos anos 1990, em conjunto com uma inserção protegida no mundo do trabalho, levando em consideração as múltiplas formas de ser jovem (CARRANO; FALCÃO 2011).

Já nos estudos de Frigotto (2011; 2015), o autor aponta que, nas últimas duas décadas do século XX e início do século XXI, houve um conjunto de contradições no campo socioeconômico, político, cultural e educacional em relação à juventude que demanda um esforço de pesquisa indicando a necessidade de ir além das explicações já realizadas e levantadas para com o tema. A primeira contradição refere-se à crescente preocupação da agenda política dos organismos internacionais com a juventude. A contradição está no fato de serem estes organismos, e o Estado, o sustentáculo do sistema que interdita o futuro da juventude. A segunda refere-se também à preocupação desses com a rebeldia e desestabilização que os jovens podem desencadear na sociedade, esforçando-se para a despolitização juvenil na sociedade atual. E em terceiro, o fato de os organismos internacionais apostarem na educação formal e nos programas e políticas de requalificação como meio não de integração, mas de inclusão, não de emprego, mas de empregabilidade, criando uma flexibilização do jovem trabalhador (FRIGOTTO, 2011).

A escola como conhecemos é a instituição máxima do ideal burguês que vai cumprir o papel de reprodução das relações sociais. Trata-se de uma escola laica, pública, gratuita e universal que, no pensamento iluminista, levaria a sociedade à prosperidade. Ainda assim, o autor se questiona sobre o porquê de isso ainda não ser cumprido? E como garantir que a educação, a escolaridade e o futuro emprego possam ser cumpridos? Segundo o autor, não podem ser cumpridos, pois se contrapõem à sociedade de classe. Por isso que, baseado nos estudos de Marx, atrelado à teoria do materialismo histórico, o autor explora que ao mesmo tempo em que este reconhece o sentido civilizatório da revolução burguesa, mostra seus limites e a necessidade histórica de sua superação para ir além da emancipação religiosa e política e instaurar relações sociais que permitam a soberania humana. Em outros termos, as ideias e os movimentos existentes estão condicionados à condição de classe e servem, dentro do processo histórico, para legitimar a manutenção e as ações contra as crises e para a dominação simbólica. “Em outros termos, é liberal para a classe detentora do capital” (FRIGOTTO, 2011, p. 106).

A dualidade da escola não é uma invenção da burguesia, mas a expressão necessária da estrutura de classe. Mesmo com a dualidade, a escola foi concebida como um ambiente de reprodução e produção de conhecimentos, valores, atitudes e símbolos e está atrelada ao direito social da juventude na preparação da vida em sociedade. Entretanto, para que esse sistema exista, é necessário realizar constantes transformações nos instrumentos de produção, conseqüentemente precarizando as condições de trabalho, prejudicando a visão de futuro da juventude em formação, não cumprindo o papel prometido.

Pode-se evidenciar esse agravamento por dois tempos históricos. O primeiro atrelado às mudanças do modelo fordista e das políticas keynesianas no contexto da Primeira Guerra Mundial e da Revolução Soviética, com o objetivo de acumular e concentrar mais capital por meio da expropriação do trabalho. A derrota do sistema de controle do capital, a regulação fordista e keynesiana, o aumento da desigualdade entre nações e a expansão do socialismo real no pós-Segunda Guerra faz com que haja uma relação linear entre educação e trabalho, ou emprego, numa perspectiva produtivista e mercantil da escola (FRIGOTTO, 2011).

Ainda nessa perspectiva, em 1950 temos a teoria do capital humano de Theodore Schultz, que, não considerando as questões de classe, institui que para diminuir as desigualdades entre as nações cabia estabelecer conhecimentos, habilidades, atitudes e valores que melhoram a força de trabalho criando um padrão de desenvolvimento. Nesse sentido, entendia-se que o papel da educação era primordial para a diminuição das desigualdades entre os grupos sociais e os países. Isso está atrelado à regressão social, política, cultural e educacional nas últimas décadas do século XX e início do XXI. A derrocada do socialismo real que coloca o sistema vigente como o vencedor e eterno, além de uma mudança qualitativa nos processos produtivos e organizacionais com propriedade quase absoluta do sistema de capital, mudam a visão social para uma nova interpretação na aplicação política de que não se deveria ver o conjunto da sociedade, mas sim os indivíduos, não havendo lugar para todos, apenas para os mais competentes, que se identificam com a empresa, empreendedores, gestores ou patrões e “disso resulta uma regressão social em todas as esferas da vida, recaindo, sobretudo, na classe trabalhadora” (FRIGOTTO, 2015, p. 227).

Com o surgimento da especulação do capital financeiro a partir da globalização, há um imperialismo simbólico que se relaciona ao campo da educação e do trabalho na construção de uma sociedade do conhecimento atrelada à tecnologia, à qualidade total, às competências, ao empreendedorismo e ao capital humano cumprindo uma função ideológica, motivo utilizados pelos gestores para justificar o desemprego estrutural e a precarização do trabalho numa sociedade de empregabilidade. Para Frigotto (2011), essa análise nos permite afirmar que essas noções orientam as políticas e mascaram que o capitalismo, hoje, realmente interdita o futuro da atual e das próximas gerações de jovens. Segundo Frigotto (2015, p. 225):

As visões idealistas, racionalistas, empiristas e funcionalistas interessam à classe detentora do capital, pois as concepções de realidade social e os métodos de abordá-la naturalizam a sociedade capitalista e não revelam a sua natureza fundada na exploração e na alienação.

O sistema capitalista domina todas as partes do mundo, mas não da mesma forma. No caso do Brasil, onde existe um capitalismo dependente, há uma divisão entre setores minoritários da sociedade, colocados como modernos, e os majoritariamente atrasados, vistos como uma barreira para o país tornar-se desenvolvido, isso justificado pelo longo processo de colonização, constituindo o país como um sistema de capital periférico. A burguesia brasileira construiu um abismo social que gera a miséria e a violência e se alimenta delas, pois, além de nunca colocar um projeto de escolaridade e formação profissional como direito social e subjetivo, sempre interrompeu violentamente as mudanças estruturais por ditaduras e golpes, sendo o caso mais recente o impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff.

No plano ideológico, a teoria do capital humano sempre ataca pela questão da falta de profissionais qualificados. No entanto, o que assistimos é uma constante migração dos jovens com qualificação em busca de melhores condições em diferentes países. Aos jovens pobres e sua formação, quando a questão tomou forma de preocupação, o problema atacado foi o da quantidade, com a massificação escolar, deixando de lado a qualidade. Frigotto (2011) expõe que, nas últimas décadas, assistimos à desestruturação do Estado pelas políticas neoliberais do governo Fernando Henrique Cardoso e a desestruturação da sociedade pelo governo Lula. Nesse último caso, conforme o texto, houve políticas de erradicação por parte do governo, com foco nas políticas para a juventude, mas não houve uma mudança estrutural do ideal da classe dominante. Quando a mesma se sentiu ameaçada, posicionou-se contra o governo, gerando um novo golpe político na busca da reorganização do capital.

Em publicação para o portal da Anped⁴ no ano de 2016, Frigotto aborda as mudanças estruturais que estão acontecendo no Brasil a partir da tomada do poder pelo governo interino de Michel Temer. Segundo o autor, as mudanças realizadas estão sendo feitas sem nenhum cuidado confirmando o compromisso dos proponentes da reforma com as demandas do mercado, ignorando totalmente o direito universal da educação garantido pela constituição do país.

A reforma do ensino médio, segundo o autor, remete ao obscurantismo de autores como Destutt de Tracy, que defendia, ao final do século XIX, uma escola rica em conhecimento, cultura, entre outros recursos, para alguns que podiam disponibilizar o seu tempo para a dedicação aos estudos, e outra escola pragmática, para os que não tinham muito tempo para ficar na escola e se destinavam ao duro ofício do trabalho (FRIGOTTO, 2016). A reforma atual retrocede aos moldes da organização educacional dos tempos do regime militar,

⁴ Anped - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação.

quando se implementou no país o ensino da educação profissional compulsória atrelada à etapa que hoje corresponde ao ensino médio. Na visão do autor, esse retrocesso mostra-se mais perverso do que a reforma empreendida em 1971, pois ela se destinava a todos, e esta tem como enfoque a formação dos filhos dos trabalhadores, principalmente os da educação pública brasileira, explorando a errônea ideia de que a escolha de itinerários de formação é uma opção nas suas decisões. Relacionando com as outras reformas em andamento, como a trabalhista e a da previdência, as mudanças pensadas para o ensino nacional criam, para o autor, um *apartheid* educacional brasileiro, “quando se junta prepotência do autoritarismo, arrogância, obscurantismo e desprezo aos direitos da educação básica plena e igual para todos os jovens, o seu futuro terá como horizonte a insegurança e a vida em suspenso”.

As relações atuais do sistema capitalista caminham para crises globais que afetarão o mundo como um todo (2015) e, nesse contexto, a formação da juventude está em volta de um futuro interdito. Cabe aos educadores e aos movimentos sociais confrontar os antagonismos de classe tirando o fardo depositado no próprio trabalhador pelo seu fracasso em um sistema de inclusão precário no mundo do trabalho.

A análise realizada pelos diferentes autores apresentados neste capítulo, num primeiro momento, reflete sobre os discursos elaborados pela academia sobre a juventude brasileira e como essa visão está atrelada aos diferentes contextos e legítimas ações para essa juventude (GOULART, 2018). Também explora a crise existente na instituição escolar, na formação dos jovens numa sociedade de capitalismo global em que as incertezas quanto ao futuro e à precarização nas relações de trabalho redefinem as trajetórias dessa juventude para a vida adulta (FRIGOTTO, 2011). Consequentemente, é complexa a tarefa das instituições em entender a nova dinâmica da juventude a fim de melhorar o sentido da formação para os jovens, principalmente no caso brasileiro em que, muitas vezes, para viver a condição juvenil, esses já estabelecem relações de trabalho como meio de viabilizar tal condição (CARRANO; FALCÃO, 2011). Além disso, como já proposto por Frigotto (2011), o próprio sistema não garante a formação mínima, pois isso vai de encontro aos interesses de perpetuação da condição de classe, criando crises e diminuindo ainda mais os direitos do trabalhador e do jovem em formação.

A seguir, serão exploradas as mudanças institucionais que estão sendo vivenciadas pela sociedade brasileira, com maior ênfase nos últimos dois anos, e como essas afetam a formação da juventude, apresentando um pouco melhor a reforma do ensino médio e a construção da Base Nacional Comum Curricular.

3 AS REFORMAS INSTITUCIONAIS

Carlos Montaño, no seu livro *Terceiro setor e questão social* (2002), analisa o chamado “terceiro setor” e a sua função dentro do atual momento do capitalismo neoliberal na tentativa de deslegitimar o Estado como promovedor das soluções sociais transferindo esse papel para instituições da já mencionada sociedade civil. Essa leitura sobre a ação das políticas sociais divide a realidade em três esferas autônomas: Estado, mercado e sociedade civil. Esta última é vista como organizações não lucrativas e não governamentais, instituições de caridade, atividades filantrópicas, ações solidárias, ações voluntárias e atividades pontuais e/ou informais. “Tudo indica que o terceiro setor refere-se, em contraposição ao ‘primeiro’ (Estado) e ao ‘segundo’ (mercado) [...], à sociedade civil [...]. O ‘terceiro setor’ seria [...] o conjunto de organizações mais ou menos formais da ‘sociedade civil’” (MONTAÑO, 2002, p. 182). Logo, na visão do Montaño (2002), essa seria a forma do sistema neoliberal de desresponsabilizar o Estado e o capital da sua função social, autorresponsabilizando o cidadão e a sua comunidade por suas demandas, despolitizando os problemas sociais. Ou seja, perde-se o caráter de luta política e ideológica das demandas sociais e vincula-se isso a uma questão apenas técnico-operativa.

Na leitura de Montaño (2002), não podemos deixar de refletir sobre as demandas cada vez mais existentes do terceiro setor como uma opção ideológica e de reestruturação do Estado a essa realidade. As políticas universais, que deveriam ser garantidas pelo poder público, são acusadas pelos neoliberais de criarem a crise, sendo necessário minimizar os gastos nessa área, diminuindo, conseqüentemente, a ação de tais políticas.

Segundo o autor (2002), essa minimização da ação do Estado nas demandas sociais faz com que sejam retiradas as responsabilidades sociais deste e transferidas para o mercado, não como um complementar, mas como um substituto. Em vez de políticas universais estatais, o que temos são políticas mercantilizadas pelo mercado (setores que geram lucro) para pessoas com possibilidade de adquirir tal serviço. No entanto, para pessoas carentes e sem condições, as ações mínimas do Estado e do terceiro setor seriam a solução. Ora, nessa dupla visão o que temos são serviços diferenciados entre os mercantis (com a qualidade que pode ser paga) e os fornecidos pelo Estado (precarizados) ou terceiro setor (duvidosos e descompromissados).

O curioso é que em geral essas instituições do terceiro setor não têm condições de autofinanciamento e dependem, muitas vezes, de fundos públicos para o seu funcionamento, as chamadas parcerias. Esse redirecionamento dos gastos públicos serve para a política neoliberal, que direciona os gastos para algumas ações pontuais de pouco valor minimizando-

os, e, ao mesmo tempo, desvalorizando o papel do Estado que passa a ser visto como ineficiente e que opera ideologicamente para a manutenção e legitimação do sistema.

Essa tripla visão sobre os atendimentos sociais na esfera estatal, filantrópica (ligado ao terceiro setor) e mercantil cumpre uma função ideológica dentro do sistema neoliberal de reduzir o papel do Estado na intervenção social, redirecionando sua modalidade de ação apenas para os interesses econômicos de coerção social, organização legal e de proteção do mercado numa economia cada vez mais expansiva de mercado global. Por mais exploradores que fossem os modos de produção anteriores, por mais agressivos os meios de extração de excedentes à disposição da classe dominante, em nenhum outro sistema a produção social respondeu de forma tão imediata e universal às demandas do explorador (MONTAÑO, 2002).

Criou-se a ilusão, no capitalismo moderno, de que estamos vivendo num momento no qual o Estado não é significativo para a organização social, pois existe um modo global de organização que se faz em âmbito econômico. O Estado neoliberal deve fortalecer direitos individuais à propriedade privada e às instituições de mercado de livre funcionamento e de livre comércio. Trata-se de arranjos institucionais considerados essenciais à garantia das liberdades individuais. Setores antes gerados pelo Estado têm de ser repassados à iniciativa privada.

Nesse sentido, ainda segundo o autor (2002), as ações sociais vinculadas ao terceiro setor crescem consideravelmente dentro da lógica neoliberal, isto entendido como um fenômeno complementar do projeto neoliberal de reduzir o papel do Estado transferindo para a sociedade civil a responsabilidade sobre as políticas sociais, criando abismos ainda maiores nas desigualdades sociais. Assim sendo, gera-se uma dualidade no atendimento: no primeiro caso, quem tem condições financeiras pode custear determinadas demandas com serviços de qualidade conforme custo e, no segundo caso, aqueles sem condições ficam com precárias intervenções do Estado, no seu mínimo atendimento, ou com serviços filantrópicos do terceiro setor. Tais serviços, prestados pelo terceiro setor, muitas vezes são realizados com dinheiro público e sem a devida qualidade pela desresponsabilização das ações a partir de seu caráter solidário.

Relacionando-se a essa visão de mercantilização e desresponsabilização das demandas sociais, na atualidade brasileira estão sendo desenhadas mudanças estruturais significativas e impactantes em três frentes sociais importantes para a população, que são a reforma do ensino médio (Lei Federal nº 13.415/2017), a reforma trabalhista (Lei Federal nº 13.467/2017) e a reforma previdenciária (PEC 06/2019). Os autores Ricardo Antunes e Luci Praun em seu artigo *A aposta nos escombros: reforma trabalhista e previdenciária - a dupla face de um*

mesmo projeto (2019) afirmam que essas reformas são claramente relacionadas às políticas neoliberais com a justificativa de melhoria dos índices econômicos do país, porém que a curto e longo prazo vão interferir na vida dos brasileiros prejudicando principalmente a grande parcela pobre da população que necessitava das legislações para garantir seus direitos básicos.

Sobre essas propostas e alterações de lei, em 2017 mudanças significativas ocorreram na legislação trabalhista no governo interino de Michel Temer, com mudanças que promovem a flexibilização das relações de trabalho, como abertura para negociações entre trabalhadores e empresário e a terceirização de todos os cargos de trabalhos, justificados pela promessa do aumento de vagas. Indo na contramão do discurso positivo do governo, entendemos isso como uma precarização nas relações de trabalho, pois transferirá para o trabalhador os riscos que antes competiam ao empregador, desresponsabilizando-o sobre o trabalho e enfraquecendo as entidades que protegem o trabalhador.

Além disso, em 2019, no governo Bolsonaro, é proposta a emenda constitucional intitulada pelo governo de “a nova previdência”, acentuando as mudanças já estabelecidas pelas mudanças da legislação trabalhista ao propor uma privatização da previdência, o que coloca o sistema sob risco de extinção, sugerindo mudanças irreais para a grande maioria da população brasileira como idade mínima e tempo de contribuição que não dialogam com as realidades de trabalho do país, retirando o papel social da previdência tornando-a um mero negócio a quem puder pagar (ANTUNES; PRAUN, 2019).

Indo ao encontro dessas mudanças apresentadas em percurso, temos a reforma do ensino médio, foco de análise deste estudo, que está sendo discutida ao longo da década no Brasil. Entretanto, posterior ao impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff, as discussões em torno das mudanças para o ensino médio sofrem uma reviravolta pelo governo interino dialogando com as outras mudanças já apresentadas e fica clara a intenção política de desmonte das instituições públicas em favorecimento de uma pequena parcela do empresariado brasileiro, não respeitando a população e os objetivos constitucionais do direito da sociedade.

3.1 A REFORMA DO ENSINO MÉDIO

Analisando as mudanças ocorridas nos últimos tempos sobre a regulação e a organização do ensino médio e as juventudes inseridas nessa realidade, verifica-se que, a partir da Emenda Constitucional nº 59/2009, o ensino médio, apesar de já definido pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação como uma das etapas da educação básica, tornou-se

obrigatório no Brasil. Além disso, as políticas voltadas para a juventude cresceram consideravelmente a partir de 2002, com o governo federal da época, cujo presidente era Luiz Inácio Lula da Silva, instaurando políticas efetivas se comparadas às exercidas nos governos anteriores (SPOSITO, 2003). O exemplo disso é a criação da Lei nº 12.852/2013, que institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e as diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude, mudando radicalmente as políticas e o olhar do Estado para com os jovens.

Embora as leis e as políticas públicas tenham aumentado consideravelmente nas últimas décadas para incentivar o desenvolvimento da educação básica e a efetiva inclusão dos jovens como sujeitos de direitos, ainda existe no país a triste realidade de muitos jovens com idades entre 15 e 17 anos, os quais deveriam estar cursando o ensino médio, estarem fora da escola ou em situação de defasagem escolar. Ora, a expansão da obrigatoriedade do ensino fundamental e, posteriormente, do ensino médio ampliou massivamente a presença dos jovens nas escolas do país, porém, ainda está longe da universalização desejada. Conforme dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD de 2016: “No Brasil, 24,8 milhões de pessoas de 14 a 29 anos não frequentavam escola e não haviam passado por todo ciclo educacional até a conclusão do Ensino Superior” (IBGE, 2018). Esse dado evidencia que quase metade da população jovem do Brasil, hoje em torno de 50 milhões, não tem a escolarização básica.

Com o advento das leis que garantem a obrigatoriedade do ensino médio, perceberam-se os desafios da implementação com a extensiva massificação escolar, ou seja, do acesso às diferentes realidades ao ambiente escolar, antes restrito a poucos. Conforme Dayrell (2007, p. 1116):

Com a massificação, as escolas passam a receber um contingente de alunos cada vez mais heterogêneo, marcados pelo contexto de uma sociedade desigual, com altos índices de pobreza e violência, que delimitam os horizontes possíveis de ação dos jovens na sua relação com a escola.

A partir da massificação escolar proposta pelas novas configurações da sociedade brasileira com a Constituição de 1988, há um aumento significativo da presença juvenil na escola. Esse grupo, antes restrito, agora se configura como um grupo plural de realidades e expectativas dentro de um mesmo espaço.

No âmbito da educação profissional, visto seu caráter técnico voltado exclusivamente para a obtenção de um ofício, entende-se que, a partir do Decreto nº 5.154/2004, há uma reintegração da educação profissional ao ensino médio, além das outras ofertas existentes e

fomentadas por outras políticas públicas. Com a promulgação da Lei nº 11.741/2008, fomentou-se a institucionalização das escolas técnicas, e com a Lei nº 11.892/2008, criam-se os Institutos Federais de Educação – IFS, a fim de dar conta da formação integrada profissional com o ensino médio, pensando na formação integral do ser humano e fazendo frente a outras instituições privadas do país, como a analisada neste estudo, ligadas ao Sistema S (COSTA; COUTINHO, 2018).

Como já explorado anteriormente, esta pesquisa vai ao encontro dos pensamentos de Dayrell (2007), Carrano (2011) e Frigotto (2011; 2015), que analisam a juventude não por um viés etário ou de momento de passagem dentro do ciclo da vida em que todos têm características em comum, mas como uma construção social e cultural dada as várias possibilidades e contextos existentes na configuração do ser jovem. Isso se mostra relevante no Brasil, pois o trabalho se configura como parte importante para grande maioria da população jovem no suporte financeiro para a sua condição juvenil. E essas diferentes culturas, como já explorado por muitos teóricos, não conseguem estabelecer relações com a aprendizagem formal das instituições de ensino – antes configuradas para uma parcela da população –, a sua vida e seus anseios quanto ao presente e futuro. As incertezas que rodeiam a vida desses jovens, muitas vezes, fazem com que eles não percebam as instituições de ensino como suportes, mas como atrasos no andamento da sua vida.

O sistema escolar tem funcionado como um funil, em que muitos ingressam, mas poucos conseguem concluir, especialmente de forma regular e sem distorção idade/série, principalmente os alunos em condições sociais desfavoráveis. Falando especificamente do ensino profissional, foco deste estudo, em pesquisa sobre o sentido atribuído pelos jovens sobre o ensino integrado, o doutor em educação pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), Márcio Luiz Bernardin (2016), aponta em seus estudos que os jovens que buscam essa modalidade de ensino na etapa final do ensino querem uma forma mais rápida de inserção no mercado de trabalho. O imediatismo pretendido relaciona-se a uma grande parcela da população brasileira que, por questões econômicas, precisa inserir-se o mais rápido possível no mercado de trabalho e, muitas vezes, sem a pretensão de continuar os estudos, percebem na modalidade uma forma de formação específica, mais útil que a modalidade regular de ensino. Porém, ao mesmo tempo em que, na visão dos jovens, auxilia na inserção do mercado de trabalho, o ensino profissional não contempla formação para outras diversas modalidades de trabalho e continuação dos estudos, sendo visto como prejudicial para os que buscam caminhos diferentes dos ofertados pelo curso. Entretanto, como já mencionado neste estudo na análise de Carrano (2011) e Frigotto (2011; 2015), o próprio sistema interdita o futuro da

juventude sem garantir a sua inserção no mercado de trabalho, criando a ilusão de que um estudo profissional em detrimento da continuação de seus estudos seja o melhor caminho educacional para esses jovens, que precisam trabalhar para garantir as suas mínimas condições.

A formação básica brasileira sofreu muitas mudanças ao longo das últimas décadas, acompanhada da extensão e heterogeneidade do público juvenil presente na escola, passando até hoje por muitos desafios na busca de uma formação significativa dos jovens. Entre essas possibilidades, o ensino profissional é visto, principalmente por jovens em situação econômica desfavorável, como uma solução rápida para a inserção no mercado de trabalho, mas essa modalidade limita as possibilidades de mudança ou continuação dos estudos, pelo seu caráter técnico e prático.

Com as mudanças realizadas por medida provisória e presentes na reconfiguração da BNCC, a educação profissional ganha importância dentro da organização do currículo do ensino médio e cabe entender qual é a sua função nessa nova organização e a sua relação com a formação do jovem trabalhador.

3.2 ORGANIZAÇÃO ESCOLAR: PARA QUEM SERVE ESSA FORMAÇÃO DAS JUVENTUDES?

Sabe-se que a escola está atrelada à sociedade capitalista na formação, produção e reprodução do conhecimento considerado necessário para a economia vigente. Assim, não se podem desconsiderar os processos existentes na elaboração do currículo. As escolas, enquanto organizações, são importantes agências de legitimação de determinados grupos sociais em detrimento de outros, por meio das quais ideologias são reestruturadas e legitimadas.

Assim, queiramos ou não, diferentes forças se introduzem no coração do currículo, do ensino e da avaliação. O que conta como conhecimento, as formas nas quais está organizado, quem tem o poder de ensiná-lo, o que conta como demonstração apropriada de sua aprendizagem e – um aspecto tão crítico quanto os anteriores – a quem é permitido fazer todas essas questões e respondê-las, tudo isso faz parte de como a dominação e a subordinação são reproduzidas e alteradas nesta sociedade. Sempre há, então, uma política que traduz o conflito entre o que alguns consideram simplesmente como descrições neutras do mundo e o que outros veem como concepções de elite que dão poder a alguns grupos enquanto o tiram de outros. (APPLE, 2000, p. 54).

Entre uma infinidade de conhecimentos universalmente produzidos ao longo da história da humanidade, devem ser feitas escolhas do que ensinar, tornando o currículo um

conhecimento oficial a ser transmitido. Os conteúdos e as formas de organização desse currículo não deixam de ser construções ideológicas de uma visão de mundo e de escolhas impostas a diferentes camadas sociais que não estão representadas nesse currículo (APPLE, 1989).

Por isso, no processo de análise curricular, deve-se sempre problematizar as construções do currículo a partir dos sujeitos que participam diretamente da sua construção: “Devemos, contudo, perguntar sempre: que grupo está liderando esses reforços de reforma? Esta pergunta, naturalmente, leva a outra questão, mais ampla. Quem se beneficia e quem perde como resultado de tudo isso?” (APPLE, 2000, p. 57).

Isso não quer dizer que a escolha do currículo e da organização escolar deva ser analisada simplesmente como determinada e executada por questões econômicas e de interesse das classes dominantes impostas a outros grupos. A partir da prescrição realizada na organização curricular, não podemos deixar de considerar que, dentro do Estado, os conflitos de classes e de diferentes grupos na determinação desse currículo sempre existiram como forma de contestação, resistência e ressignificação do que deve ser ensinado. Esses conflitos existem e afetam a execução do currículo oficial no cotidiano escolar. No caso do Brasil, por exemplo, as desigualdades sociais estão presentes na configuração das diferentes realidades vividas na escola brasileira. As diferenças sociais e estruturais, além dos profissionais envolvidos, influenciam na execução do currículo prescrito.

Com o impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff (2016), foram realizadas mudanças pelo governo interino nos objetivos da educação básica, principalmente em torno do ensino médio. A partir de uma medida provisória, apresentada em 2016 e aprovada em 2017, mudanças significativas na organização dessa etapa da educação foram feitas. Um exemplo é a determinação de 60% das disciplinas como obrigatórias e 40% como facultativas, de modo que os alunos das redes públicas e privadas de todo o país poderão escolher entre as seguintes áreas de conhecimento: Linguagens, Matemática, Ciências Humanas, Ciências da Natureza e Ensino Profissional, além do aumento gradual das horas de aulas da etapa, passando a ter turno integral (SANTOS, 2017).

O ensino profissional, já presente na realidade brasileira na modalidade de ensino integrado e dentro de outras políticas voltadas para a juventude, entra como uma solução para uma rápida inserção dos jovens ao mercado de trabalho após o fim da etapa básica de educação. Tais cursos apresentam-se como um diferencial para afastar o risco do desemprego e da falta de competitividade na inserção no mercado de trabalho e, para os que já trabalham, construir melhores condições de trabalho e renda (BERNARDIM, 2016).

Entretanto, a partir das alterações sugeridas e dos grupos envolvidos com a reformulação da BNCC como medida de mudanças para o ensino médio no país, questionamos se a inserção do ensino profissional como um itinerário formativo contempla essa formação necessária para a juventude ou mostra-se como um retrocesso, visto o foco de aprendizagem utilizado na educação profissional. Cabe a nós pesquisadores problematizarmos essas questões.

O ensino médio, última etapa da educação básica brasileira, sempre esteve na mira das mudanças educacionais. As mudanças para essa etapa são necessárias, não apenas por índices de avaliação, mas porque temos de melhorar o desenvolvimento social do país, e ninguém se opõe à ideia de que a educação tem papel fundamental nisso. No entanto, devemos ter um olhar atento às mudanças que estão sendo propostas e como elas serão realizadas.

Dialogando com as reflexões feitas acima, tem-se a organização da escola a partir da análise da construção do currículo, como está sendo proposto no país nos últimos tempos e com mais vigor nos últimos dois anos. A construção de um currículo escolar vai além da constituição neutra de conhecimentos preestabelecidos a serem ensinados ou, muito menos, deve ser encarada como uma forma de organizar as questões burocráticas da escola e do trabalho do professor. O currículo escolar deve estar ligado à perspectiva do papel social da escola de “proporcionar o acesso de todos a um tipo de conhecimento que não está disponível em outro lugar, ao menos quando se pensa na grande maioria da população” (GALIAN, 2016, p. 5). Logo, a escolha do currículo é um ato político e está entrelaçada com conflitos sociais por tentar definir o tipo de cidadão que queremos formar e como fazer isso.

Entre uma infinidade de conhecimentos universalmente produzidos ao longo da história da humanidade, devem ser feitas escolhas do que ensinar, tornando o currículo um conhecimento oficial a ser transmitido. Os conteúdos e as formas de organização desse currículo não deixam de ser construções ideológicas de uma visão de mundo e de escolhas impostas às diferentes camadas sociais que não estão representadas nesse currículo (APPLE, 1989). Por isso, no processo de análise curricular, deve-se sempre problematizar as construções do currículo a partir dos sujeitos que participam diretamente da sua construção, questionando quais são as intenções dessa formulação e quem se beneficia com elas. E, apesar disso, deve-se levar em consideração os diferentes agentes presentes na execução desse currículo que mostram a existência de conflitos entre as classes e diferentes grupos que sempre existiram como forma de contestação, resistência e ressignificação do que deve ser ensinado (APPLE, 2000). Esses conflitos existem e afetam a execução do currículo oficial no cotidiano escolar. No caso do Brasil, por exemplo, as desigualdades sociais estão presentes na

configuração das realidades vividas na escola brasileira. As diferenças sociais e estruturais, além dos profissionais envolvidos, influenciaram na execução do currículo prescrito.

A partir dessas reflexões, busco analisar as mudanças propostas para o ensino médio brasileiro. O projeto da BNCC está em discussão desde a implementação da última Constituição Nacional, em 1988, que já previa uma organização nacional do currículo escolar para a educação básica. Com a inserção da LDB 9.394/96, o processo de discussão e regulamentação sobre o que deve ser ensinado em cada etapa de ensino começa a tomar forma na figura das diretrizes nacionais curriculares – DCNs –, quando prevê no artigo 9º:

IV- Estabelecer, em colaboração com os Estados, Distrito Federal e os Municípios, competências e diretrizes para a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio, que nortearão os currículos e os seus conteúdos mínimos, de modo a assegurar a formação básica comum. (BRASIL, 1996).

As diretrizes são normas obrigatórias que orientavam a educação básica no planejamento curricular das escolas e dos sistemas de ensino, implantadas pelo Conselho Nacional de Educação – CNE. As DCNs levavam em consideração a autonomia das escolas que, conforme sua realidade, tinham a liberdade de escolher os conteúdos a desenvolver dentro das áreas de conhecimento a fim de formar as competências necessárias, levando em consideração os sujeitos daquele espaço escolar e suas particularidades.

E, com isso, formaram-se os Parâmetros Curriculares Nacionais (1997-2000), que estabeleciam referenciais curriculares para as escolas brasileiras. Organizadas por partes, do 1º ao 5º ano e do 6º ao 9º ano do ensino fundamental e ensino médio, ela previa conteúdos, habilidades e competências a serem desenvolvidos, servindo como documento para a normatização das redes pública e privada de ensino e para orientação dos exames nacionais de avaliação da educação básica. Em 2010, foram consolidadas as discussões sobre a base, como parte das propostas do Plano Nacional de Educação na Conferência Nacional de Educação – CONAE. Em 2012, foi feita a reformulação das diretrizes atualizando o currículo para todo o ensino básico.

O Plano Nacional de Educação – PNE, organizado no ano de 2014 pela Lei 13.005, prevê 20 metas para a melhoria da educação brasileira com validade de 10 anos. Entre as metas, está a formulação e a implementação da Base Nacional Comum Curricular. As discussões em torno da base foram feitas por todo o país. Debatida entre especialistas e, logo após, no ano de 2015, pela população por meio dos conselhos estaduais e municipais de educação. A ideia era a de que, após as discussões, o documento seria analisado pelo MEC e encaminhado para o CNE para possíveis mudanças e, a partir daí, seria aplicado pelo governo.

Na primeira versão realizada, algumas mudanças foram propostas pelo governo Dilma para a organização do plano e uma segunda versão foi realizada com intervenção do Ministério da Educação, conforme previsto nos conselhos. Porém, desde então, o MEC, o governo e as leis foram decompostos resultando na modificação de algumas pautas em torno do plano.

Com o impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff em 2016, foram realizadas mudanças pelo governo interino nos objetivos da educação básica, principalmente em torno do ensino médio. A partir de uma medida provisória, apresentada em 2016 e aprovada em 2017, mudanças significativas na organização do ensino médio foram feitas. Segundo o *site* do MEC (2018):

A reforma do ensino médio é uma mudança na estrutura do sistema atual do ensino médio. Trata-se de um instrumento fundamental para a melhoria da educação no país. Ao propor a flexibilização da grade curricular, o novo modelo permitirá que o estudante escolha a área de conhecimento para aprofundar seus estudos. A nova estrutura terá uma parte que será comum e obrigatória a todas as escolas (Base Nacional Comum Curricular) e outra parte flexível. Com isso, o ensino médio aproximará ainda mais a escola da realidade dos estudantes à luz das novas demandas profissionais do mercado de trabalho. E, sobretudo, permitirá que cada um siga o caminho de suas vocações e sonhos, seja para seguir os estudos no nível superior, seja para entrar no mundo do trabalho.

Em entrevista sobre a BNCC, o doutor em Educação Roberto Rafael Dias da Silva coloca que, infelizmente, a base curricular não tem como objetivo uma mudança na formação cidadã. Conforme Silva (*apud* SANTOS, 2017, p. 33):

Em síntese, a BNCC pode ser posicionada na justaposição entre financeirização da vida e a primazia de saberes utilitaristas. Sob essa perspectiva, não é difícil compreender por que seu conceito orientador é a noção de competência. Ao mesmo tempo, em um exercício mais ampliado de pensamento, faz-se possível entender o recente sucesso das pedagogias inovadoras centradas nos interesses dos estudantes, em suas capacidades e nas promessas de autorrealização em um mundo financeirizado.

A BNCC perde seu foco na formação cidadã, lacuna importante do ensino na formação plena do indivíduo, não priorizando seu papel na qualificação e, sim, na padronização do ensino brasileiro e tenta enquadrar o ensino médio dentro das necessidades de mercado, tanto de produção da mão de obra técnica necessária quanto individualização do sujeito social e barateamento dos serviços educacionais. Em entrevista sobre o assunto, a professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Dra. Cláudia Piccinini, coloca-se contrária às mudanças ocorridas nas últimas revisões apresentadas pelo atual governo. Conforme a entrevista dada pela autora (ANTUNES, 2017):

E o que nós percebemos nesse processo é que a BNCC foi incorporando as bandeiras do movimento empresarial. Apesar de o documento ter recebido uma quantidade imensa de falas, de participações, de indicações dos professores e de sindicatos durante o processo de consulta pública, o que a gente vê é que no projeto final o que está colocado é a demanda do movimento empresarial.

Exemplo da participação do empresariado na construção e elaboração do BNCC é o Movimento pela Base Nacional Comum⁵, organização que desde 2013 articula-se em favor da base e que conta com organizações ligadas ao empresariado e que atuam na educação pública por meio de diversos programas. O programa Todos pela Educação⁶ é uma organização que, com a criação de uma carta compromisso em 2006, articula-se com o governo nas mudanças propostas na educação básica e também conta como mantenedores do projeto o empresariado de grandes corporações do país e a própria Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE⁷, que é responsável pelo Programa Internacional de Avaliação de Estudantes, conhecido como PISA, que visa a classificar os países na formação dada aos jovens com fins de mão de obra qualificada, vista com bons olhos pelas grandes corporações para investimento nesses países.

A própria reformulação da LDB a partir da MP 746/2016 e da reforma do ensino médio nos dá indícios dos objetivos empresariais na educação brasileira: “§ 7º Os currículos do ensino médio deverão considerar a formação integral do aluno, de maneira a adotar um trabalho voltado para a construção de seu projeto de vida e para sua formação nos aspectos físicos, cognitivos e socioemocionais” (BRASIL, 2016). Conforme o doutor em educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, David Chaves (CHAVES *apud* ANTUNES, 2017), trata-se de expressões tiradas diretamente de documentos sobre educação produzida pela OCDE, que defende a necessidade de que a escola desenvolva nos estudantes certas “competências socioemocionais”, entendidas como elementos centrais para alavancar o desempenho nas avaliações externas.

Para Silva (2017, p.32), “o processo de construção da Base negligencia um debate acerca dos propósitos ou finalidades públicas da escolarização”, que deveriam ser voltadas para a formação cidadã e para o exercício da democracia e não, apenas, para o processo de desenvolvimento de competências necessárias para o desenvolvimento do trabalho. O autor segue afirmando (2017, p. 32), “em outras palavras, existe uma intensa preocupação com os

⁵ <http://movimentopelabase.org.br/>

⁶ <http://www.todospelaeducacao.org.br/>

⁷ <http://www.oecd.org/brazil/>

métodos, com as didáticas e, mais recentemente, com o design pedagógico, e a consequência [...] seria um esvaziamento do debate crítico sobre as finalidades da escola”.

O que mais chama a atenção sobre o assunto é o fato de que nos últimos tempos a formulação da BNCC e a reforma do ensino médio, feita por meio da medida provisória, andavam adiantadas pelo antigo governo de Michel Temer e no atual governo Bolsonaro, sem nenhuma discussão de especialistas e, entre as 20 metas elencadas pelo PNE (2014) – as quais já deveriam estar em processo –, quase nenhuma está sendo cumprida ou direcionada pelo atual governo. Ou seja, a BNCC não servirá como melhoria efetiva do ensino público se as outras demandas previstas não forem contempladas.

Nessas visíveis mudanças voltadas para o mundo empresarial, as mudanças estabelecidas pela medida provisória para o ensino médio não mostram efetivas melhoras para essa etapa final da educação básica. Conforme a própria OCDE (LIRA, 2014), o investimento é muito abaixo para um equilíbrio na infraestrutura entre as diferentes realidades das escolas brasileiras e a desvalorização dos professores com péssimos salários e sem um plano de carreira adequado. O que vemos hoje é o sucateamento da educação básica pública brasileira acompanhada por uma BNCC que não dialoga com a realidade da escola mostrando-se insuficiente para atender às demandas da sociedade, sendo muito mais voltada para as necessidades dos órgãos internacionais com fins de investimento do que para a melhoria das condições sociais e das desigualdades.

Relacionando as mudanças propostas pelo governo em relação ao Novo Ensino Médio, integral, apenas com a obrigatoriedade das disciplinas de português, matemática e inglês, e a possibilidade de itinerários de formação com os anseios já expostos pelas diferentes realidades juvenis presentes nas escolas brasileiras, hoje, deve-se questionar se essas mudanças buscam de fato melhorar a vivência desses jovens nas instituições de educação ou se são um retrocesso na formação juvenil não buscando efetivamente um olhar sobre a juventude com suas demandas atuais e preocupações futuras. Será que a opção de um itinerário de formação profissional pode dar conta da formação e reflexão da juventude sobre o mundo do trabalho e das mudanças sociais existentes que interferem na vida cotidiana do jovem?

Uma das propostas do governo federal é a inserção de profissionais de notório saber para ministrar as aulas do itinerário profissional que serão ofertadas aos jovens brasileiros, realidade esta já presente nas instituições de educação profissional, como no caso da escola de educação profissional analisada neste estudo, onde os profissionais não têm formação pedagógica para ministrar as aulas. Como já exposto nas reflexões feitas por Dayrell (2011),

os próprios profissionais da educação, que na sua formação têm um olhar sensível sobre o humano em formação, têm dificuldade de observar o jovem existente no aluno. Como profissionais de notório saber, que não passaram por essa sensibilização pedagógica, preparam e entendem as juventudes com suas diferenças sociais e culturais, para um mundo de empregabilidade onde o sujeito é visto como o único responsável pelo seu fracasso ou sucesso?

Com toda a contextualização feita sobre as reformas institucionais e, em específico, da “reforma do ensino médio”, ficam os seguintes questionamentos: o que os jovens brasileiros, que nas últimas décadas participam ativamente das mudanças propostas para o ensino e para as políticas públicas, sendo considerados sujeitos de direitos, pensam sobre as mudanças em percurso? Como compreendem essa escola que prepara para o mundo do trabalho? Como entendem as metodologias de trabalho da educação profissional na sua formação como sujeito?

Serão exploradas a seguir algumas ações do movimento secundarista frente a essas mudanças que se apresentam e, também, posterior a isso, a partir da análise de discurso, por meio de grupos focais, pretende-se, com este estudo, analisar o entendimento das juventudes em relação às metodologias e discursos da educação profissional com o seu presente e futuro e como esta se relaciona com as demandas atuais do empresariado brasileiro.

3.3 OS SECUNDARISTAS E A REFORMA DO ENSINO MÉDIO

Para entender como a juventude manifesta-se frente às mudanças propostas pelo governo por meio da reforma do ensino médio, serão analisados os posicionamentos e as ações da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas – UBES. Essa entidade representa os estudantes secundaristas de todo o país e, ao longo de sua existência, tem se posicionado frente às demandas da juventude, atualmente com as que se relacionam com a luta pela melhoria do ensino público brasileiro. As informações são retiradas do próprio *site* da UBES, que mantém um histórico das lutas dos secundaristas feitas por meio da entidade, além de notícias em que mostram seu posicionamento diante das mudanças pensadas para o ensino médio.

Fundada no ano de 1948, no governo de Eurico Gaspar Dutra, durante o 1º Congresso Nacional dos Estudantes Secundaristas, a entidade teve um papel significativo de representatividade secundarista ao longo do tempo, evidenciado na Campanha da Legalidade,

e foi uma das principais forças das Reformas de Base conduzidas por Jango, participando do Comício da Central.

A entidade foi violentamente atingida pelo Golpe Militar de 1964, principalmente a partir do Ato Institucional⁸ n°5, em 1968, que aumentou a repressão e perseguição aos estudantes, desmantelando o movimento estudantil que culminou a entrada dos estudantes para a ilegalidade — através da luta armada —, fugindo do país, sumindo, sendo presos ou mortos. Em 1984, os secundaristas estavam presentes na campanha pelas Diretas Já! Nas ruas do país e, posteriormente, em 1985, tiveram um papel fundamental na eleição de Tancredo Neves para presidente, o primeiro civil a dirigir o país após 21 anos de ditadura militar.

Na década de 1990, a UBES mostra-se resistente às mudanças projetadas pelo governo Fernando Henrique Cardoso para a educação básica. E, durante os governos Lula e Dilma, o movimento recupera o diálogo com o poder público, integrando, em 2013, o movimento responsável pela aprovação do Estatuto da Juventude, além de participar de várias implementações de políticas públicas, como a reserva de vagas para estudantes de baixa renda nas universidades, a Lei de Cotas, a ampliação das vagas no ensino superior, aprovação do Plano Nacional de Educação e os investimentos de 10% do PIB nesse setor.

A entidade se posicionou contra o impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff em 2016, realizando manifestações contra as ações do governo interino de cortes na educação, contra a redução da maioria penal e reformas como a trabalhista, da previdência e do ensino médio, inclusive com a ocupação de mais de mil escolas no período (UBES, 2019).

Segundo o *site* da entidade (2019):

Entre as atuais reivindicações da UBES ainda estão a retomada do Plano Nacional de Educação, que determina o uso de 10% do PIB para a educação, a renovação do Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica), a garantia de democracia e liberdade nas escolas, o fim do machismo, do racismo e da homofobia no ambiente escolar e a assistência estudantil. Também defende outras pautas como a desmilitarização da polícia militar, o combate à proposta de redução da maioria penal e a defesa da reforma política democrática, com o fim do financiamento de empresas a políticos.

Analisando diferentes notícias do *site* da entidade, percebe-se que o grupo secundarista se coloca contrário às mudanças pensadas para o ensino médio por meio da reforma. Em uma notícia intitulada *O futuro incerto do ensino médio* (PESCIOTTA, 2018), é explorado como as mudanças que estão sendo efetivadas podem precarizar ainda mais o ensino público, não

⁸ Os chamados Atos Institucionais foram um conjunto de normas impostas a partir de 1964 e estavam acima até mesmo da Constituição.

respeitando a formação integral do jovem quando propõe itinerários de formação que serão oferecidos conforme demanda dos municípios e sem a obrigatoriedade de todas as opções, limitando ainda mais as escolhas da juventude. Além disso, coloca que o ensino a distância esvazia a escola como espaço significativo da juventude. Também afirma que a falta de recursos torna inviável muitas das mudanças propostas, como o próprio aumento de carga horária para a etapa de ensino, que passa de 880 horas para 1.400 horas.

Em outra reportagem intitulada *BNCC joga ainda mais incertezas sobre o Ensino Médio* (UBES, 2018), além dos posicionamentos já apresentados na outra reportagem, evidencia-se que em um país onde muitos professores não lecionam nas disciplinas de sua formação, um documento que abre a possibilidade para que sistemas de ensino não ofereçam todas as disciplinas aumenta ainda mais a precarização do ensino. Isso demonstra como o documento mascara problemas já existentes hoje no ensino público.

Nos dias 21 e 22 de julho de 2018, mais de 300 jovens secundaristas se reuniram em São Paulo para o Seminário Nacional da Educação da UBES, em que discutiram as mudanças pensadas para o ensino médio e, ao final do encontro, produziram uma carta com o posicionamento dos secundaristas sobre as mudanças (UBES, 2018):

CARTA DE SÃO PAULO

No último período, nós, estudantes secundaristas, presenciamos um golpe parlamentar que implementa um desmonte de direitos duramente conquistados durante anos pelo movimento estudantil secundarista.

Não contentes com a tomada do governo, a quadrilha de Temer tornou a educação pública um dos principais alvos de desmonte. Prova disto é a aprovação do Projeto de Lei de Conversão (PLC) 34/2016 – MP 746 –, que trata da reforma do Ensino Médio, junto à Emenda Constitucional (EC) 95 – PEC 55 –, que congela os investimentos na educação pública. Estas mudanças não acontecem à toa, mas são parte de um projeto de destruição da educação, já que é impraticável a realização de propostas contidas na reforma com a contenção de recursos na educação. Como construir mais escolas se não há mais investimento?

Reunidos em São Paulo, estudantes secundaristas do Brasil constroem uma plataforma de ideias e propostas sobre qual educação queremos. Este seminário é fruto da aula de cidadania, rebeldia e combatividade que os estudantes deram nas milhares de escolas ocupadas pelo país, resistindo aos ataques da mídia, da polícia, da direita organizada, etc. As ocupações demonstraram a urgência dos estudantes terem papel destacado na formulação da escola que queremos e na decisão de qual educação nos serve.

A Medida Provisória (MP) 746, em conjunto à Base Nacional Comum Curricular, apresentada pelo governo no dia 5 de abril de 2018, tem como essência dar um caráter tecnicista e mercantilista para o nosso currículo, prejudicando, principalmente, a juventude que está presente nas escolas públicas e que já tem seu direito à formação crítico-educacional negada cotidianamente. Tentam nos impor um destino irreversível: ingressar no mercado de trabalho de forma desigual e sem perspectivas de uma formação continuada através da entrada na universidade. Além da reforma do ensino médio, os setores mais conservadores da política brasileira

propõem o Projeto de Lei (PL) 8672015 – Lei da Mordça⁹ – que ataca o princípio constitucional do pluralismo de ideias e das concepções pedagógicas, assim como a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar, divulgar o pensamento, a arte e o saber. O projeto tem como proposta central a retirada dos debates fundamentais das intuições de ensino e também limita a liberdade do magistério.

Em três anos a educação pública já perdeu mais de oito bilhões em seu orçamento, comprometendo o funcionamento das escolas regulares, técnicas e institutos federais. Deste modo, nós, estudantes, reivindicamos mais investimentos em educação a partir da regulamentação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB) financiados pela utilização dos recursos do Fundo Social do Pré-sal e dos Royalties do Petróleo. Somente assim será possível garantir os 10% do PIB para a educação pública brasileira.

Diante de tantos ataques à educação pública e à juventude brasileira, a “primavera secundarista” surge como símbolo de resistência de uma geração, ocupando mais de 1.200 escolas em todo país em oposição ao desmonte educacional do governo golpista. As juventudes em conjunto com as Frentes Brasil Popular e Povo Sem Medo mobilizaram e protagonizaram grandes atos de rua, construindo em abril de 2017 a maior greve geral que o país já viu, condenando a política neoliberal daqueles que servem ao imperialismo internacional e não ao povo brasileiro.

A União Brasileira das e dos Estudantes Secundaristas conclama os estudantes em defesa de uma escola pública, gratuita, democrática, universal, laica, inclusiva e de qualidade social. Por isso exigimos a imediata revogação da EC 95, tal como da PLC 34/2016, que trata da Reforma do Ensino Médio. Também há necessidade de urgentes debates por todo o território nacional sobre uma nova BNCC, por entendermos que esta Base apresentada pelo governo não foi construída a partir da participação da sociedade e dos amplos setores educacionais.

UBES, 21 de julho de 2018.

Além dessas discussões, a entidade tem cobrado do governo federal o cumprimento das metas do Plano Nacional de Educação. Segundo o grupo, das 20 metas, pelo menos 16 estão estagnadas. No ano de 2019, também colocam-se contra o projeto do governo intitulado Future-se, que prevê a privatização e o desmonte das instituições públicas (UBES, 2019).

A UBES, como entidade que representa a luta secundarista no país, mostra-se contrária às mudanças estabelecidas, evidenciando, em notícias e encontros, a precarização do ensino público pela flexibilização do currículo por meio dos itinerários de formação e pela falta de investimentos estipulados pelo governo.

Como apresentado ao longo deste estudo, nas duas últimas décadas, a juventude viu-se como protagonista na produção de políticas públicas e nas mudanças pensadas nas metodologias e construções de aprendizagens e, como nunca antes, foi considerada como sujeito de direitos respeitando as múltiplas formas da condição juvenil. Entretanto, com as mudanças realizadas a partir de 2016, assistimos à perda de direitos e da fala dessa juventude para uma lógica mercantil da escola e da própria vida desses jovens, o que se reflete no posicionamento da entidade que representa os secundaristas no país.

⁹ Lei da Mordça é o nome dado ao Projeto de Lei n.º 867/2015, que pretende incluir, entre as diretrizes e bases da educação nacional, o "Programa Escola sem Partido".

Tentando entender a vivência dessa juventude nas mudanças propostas, serão analisadas as falas dos jovens que já vivenciam de alguma forma essas mudanças estabelecidas para o ensino médio, principalmente com foco na educação profissional, desenhada pela Base Nacional Curricular Comum, como um itinerário de formação.

4 COM A PALAVRA, OS JOVENS

Tendo como problema de pesquisa como os jovens entendem o desenvolvimento da educação profissional integrada ao ensino médio, a presente pesquisa se propõe a analisar a partir dos discursos dos jovens estudantes da escola do Sistema S, cuja formação do ensino médio contempla a educação profissional, os seus entendimentos frente às metodologias e aos discursos elaborados pela instituição de aprendizagem profissional em relação ao seu presente e futuro.

A hipótese elaborada é a de que, na prática, os jovens em formação profissional são orientados sob uma perspectiva de controle e moldagem social visando à inserção no mercado de trabalho, pontos que por uma necessidade econômica de grande parcela da população brasileira são encarados como rotineiros na preparação dos jovens ao futuro. E, apesar de inseridas na formulação da BNCC como um itinerário de formação, as metodologias utilizadas na educação profissional ainda parecem distantes das realidades juvenis sem a efetiva preocupação sobre a formação integral do jovem, mostrando-se ineficientes como espaço atento e sensível às suas singularidades, aos seus desejos e às suas expectativas, focadas em uma lógica de produtivismo e de estímulo à formação de sujeitos econômicos, ignorando o presente e as diferentes perspectivas de futuro de tal público.

A escola analisada solicitou não ser identificada ao longo da pesquisa, então, será realizada a apresentação das propostas da instituição e como ela dialoga com a reforma do ensino médio, no viés da educação profissional, porém sem identificá-la.

As instituições envolvidas no processo de formação dos jovens analisados serão nomeadas de duas maneiras: será chamada de “escola do Sistema S” a instituição que cuida da educação formal e de “escola de educação profissional” a que fica exclusivamente com a responsabilidade de desenvolver o curso de formação básica profissional. As duas instituições são vinculadas ao mesmo conselho e surgem na década de 1940 no Brasil, em um país ainda agrário e sem uma experiência concreta de formação da classe operária, que ainda dava seus primeiros passos. Com o objetivo de não apenas formar o trabalhador tecnicamente para a execução do seu trabalho, defendiam uma lógica de instruir o seu aluno à formação manual e moral, contemplando o que se esperava de um bom operário (WEINSTEIN, 2000). Ao longo dos anos, sempre necessitaram afirmar a sua importância quanto instituição de formação da classe operária confrontando-se com o Estado para a sua permanência. Hoje, contribuem com os discursos de afirmação das mudanças impostas com a reforma do ensino médio, focando na formação da classe trabalhadora para o ramo industrial e colocando-se à disposição para a

formação dos professores da rede pública com viés nas aprendizagens de competências e habilidades.

Com a justificativa da baixa qualidade da educação pública no Brasil, a escola analisada se propõe a ser um diferencial na formação dos jovens, principalmente para os alunos dos cursos técnicos, tecnológicos e das engenharias, que, segundo a instituição, são importantes para a inovação e produtividade na indústria, já que a baixa qualidade da educação afeta diretamente a economia brasileira com falta de inovação e competitividade. Segundo a entidade, o setor privado necessita de uma resposta rápida para o crescimento econômico, assim justificando a criação das escolas na última década. As afirmações da instituição relacionam-se com o que já foi apresentado por muitos autores, como Suzane da Rocha Vieira Gonçalves, professora adjunta da Universidade Federal do Rio Grande – FURG (2017, p. 143):

Os principais defensores da Reforma do Ensino Médio são os grupos de empresários, que têm seus interesses contemplados na proposta do governo. A nova organização não esconde sua intencionalidade na preparação de mão de obra, buscando aumentar a produtividade dos trabalhadores no Brasil, priorizando a preparação técnica.

A rede de escolas do Sistema S é oferecida aos jovens em turno integral com o total de 1.400 horas por ano. O currículo escolar é dividido em duas partes. A primeira parte básica é organizada nas quatro áreas do conhecimento definidas pelo MEC: Linguagens, Matemática, Ciências Naturais e Ciências Humanas¹⁰; e uma segunda parte denominada de Diversificada que inclui: Atualidades, Projetos de Aprendizagem, Oficinas Tecnológicas e Ciências Aplicadas. Nessa segunda parte, está contemplada a educação profissional, a cargo da escola de educação profissional no segundo e terceiro anos do ensino médio e está integrada nas horas previstas para a conclusão do curso.

Pela organização da escola, é possível relacioná-la com as mudanças previstas na reforma do ensino médio no que se refere ao aumento gradual das horas nessa etapa de educação e a divisão entre o que se tornará conhecimento obrigatório e o que será diversificado, abrangendo a educação profissional como um itinerário de formação. Além, também, da organização da carga horária das áreas de conhecimento sendo 50% para matemática e ciências naturais, 30% para a área de linguagens e 20% para ciências humanas,

¹⁰ Os componentes das áreas de conhecimento na escola pesquisada são: Linguagens – português, inglês, espanhol (para o terceiro ano do ensino médio), educação física, teatro e música; Matemática; Ciências Naturais – biologia, física e química; e Ciências Humanas – filosofia, geografia, história e sociologia.

com os componentes de português e matemática recebendo um maior número de horas-aula. Além disso, trabalha com as justificativas dos índices de evasão e da preparação do jovem para o mundo do trabalho como primordial para a etapa, com foco na formação de profissionais para a indústria e para o desenvolvimento de soluções para o ramo, melhorando a competitividade do setor na economia global, o que é incumbido à instituição. A escola atende principalmente a jovens que são filhos de trabalhadores da indústria até 18 anos incompletos.

Nessa instituição, estão os jovens deste estudo, quase todos filhos de trabalhadores das indústrias do município de Gravataí e região. Vários são provenientes de escolas públicas e não necessariamente desejam ingressar em uma carreira nas áreas de foco de formação da escola, criando alguns conflitos nas relações escolares. É uma escola que conversa com os interesses do empresariado na formação do jovem trabalhador, que utiliza dados de programas como Todos pela Educação e dados do PISA para justificar sua estrutura e ações junto aos adolescentes.

Algo que deve ser enfatizado na análise dessa escola é o fato de que ela se propõe a ser um modelo de excelência a ser seguido pelo ensino público, propondo-se ser uma instituição de referência para o estado do Rio Grande do Sul nas mudanças que estão sendo impostas. Entretanto, mesmo prometendo mudanças significativas para as escolas públicas a partir das metodologias voltadas para a prática industrial laboral e com o desenvolvimento de competências e habilidades como soluções para a educação brasileira, deve ser ressaltado que, além de uma mudança significativa do público que é atendido pela instituição (apenas filhos de trabalhadores da indústria), a escola conta com toda uma estrutura de apoio para o desenvolvimento das suas atividades, como internet, computadores, salas de aprendizagens (música e teatro), laboratórios equipados para a área de ciências da natureza e uma sala oficina onde os alunos podem desenvolver seus projetos com toda a estrutura disponível. Além disso, os professores¹¹ atuam nos seus componentes de formação, o que cria um abismo impensável de comparação com a realidade brasileira. Segundo Grabowski (2019, p.101), apenas 53% dos professores em atuação no ensino público básico desempenham aulas nas suas áreas de formação, sendo os mais prejudicados os componentes de sociologia, filosofia, artes, física e química. Sem mencionar o congelamento de 20 anos de investimentos em educação já realizados pelo governo federal que dificultam o desenvolvimento e a melhoria das infraestruturas das escolas públicas de educação básica brasileira.

¹¹ Todos os professores vinculados ao ensino médio formal da escola têm formação acadêmica no componente em que atuam.

É dentro dessa instituição que estão os alunos entrevistados. E, para organização e execução desta pesquisa, optou-se por um estudo qualitativo por meio da análise de discurso, por meio de entrevista com grupos focais com os jovens estudantes a ser realizada em uma escola do Sistema S. Tal técnica de pesquisa, para a análise de discursos, é a melhor forma de perceber os posicionamentos da juventude, respeitando a sua identidade como sujeito histórico e entendendo que, como sujeitos de um tempo, estão implicados em posições ideológicas e sociais presentes nas relações cotidianas e na assimilação dessas, percebendo o discurso como uma representação dos sentidos. Conforme Spink (2000, p. 41):

O sentido é uma construção social, um empreendimento coletivo, mais precisamente interativo, por meio do qual as pessoas – nas dinâmicas das relações sociais historicamente datadas e culturalmente localizadas – constroem os termos a partir dos quais compreendem e lidam com as situações e fenômenos a sua volta.

A análise de discurso é qualitativa porque, ao rejeitar a ideia da linguagem como uma forma neutra de descrever o mundo, ela valoriza-a como central por ser definida a partir de uma prática social. Também pressupõe a interpretação do posicionamento dos sujeitos a partir de três áreas distintas: da linguística, do materialismo histórico e da psicanálise, envolvendo-as nas dimensões da linguagem, da história e da pessoa. O objetivo dessa análise é questionar os sentidos presentes em diferentes formas de produção da linguagem, “bastando que sua materialidade produza sentidos para a interpretação; podem ser entrecruzadas com séries textuais (orais ou escritas) ou imagens (fotografias) ou linguagem corporal (dança)”. (CAREGNATO, 2006, p. 680).

Entendendo que a análise de discurso trabalha com o sentido elaborado pelos sujeitos nas construções estabelecidas pela sociedade, sendo elas múltiplas e marcadas pela história, a responsabilidade do pesquisador que utiliza essa linha de pesquisa é analisá-los por meio das suas escolhas teóricas, experiências e crenças, interpretando o seu discurso e dando sentido a ele. É impossível existir sentido sem a interpretação e cada estudo pode ter um sentido diferente, mesmo se utilizando de igual técnica para a investigação.

O foco de análise desta pesquisa serão as falas dos jovens estudantes a fim de perceber como as dimensões do mundo do trabalho estão sendo elaboradas por eles por meio da educação profissional e de como esta relaciona a aprendizagem com as perspectivas e os desejos da juventude sobre o presente e o futuro. Para isso, foi utilizada a técnica de grupo focal, sendo esta entendida como um pequeno grupo de discussão que, com o auxílio de um moderador, tem o objetivo de apontar as percepções dos participantes para análises

qualitativas sobre um determinado assunto previsto e, assim, ampliar a compreensão a respeito de um projeto, programa ou serviço (GOMES, 1999). A ideia da “fala em debate” é primordial para a técnica, e o mediador dos grupos deve se esforçar para que os tópicos de discussão propostos promovam um debate entre os participantes, observando todas as colocações como uma construção do grupo teórico, a fim de responder à questão-problema e aos objetivos elaborados para este estudo (NETO, 2002).

Muito utilizada por cientistas sociais, essa abordagem oportuniza a coleta de dados por meio de grupos pertencentes ao público-alvo de pesquisa, no caso deste estudo os jovens de uma escola do Sistema S, com a finalidade de produzir dados que foram interpretados com auxílio das teorias já apresentadas. Para o andamento dos grupos focais, foram estipuladas algumas etapas com o objetivo de qualificar a execução e, conseqüentemente, a obtenção dos dados (GOMES, 1999). Entre elas estão a seleção dos jovens, a execução dos grupos focais e a transcrição das entrevistas para posterior análise.

Ao desenvolver na prática as etapas pensadas para a organização dos grupos focais, houve algumas alterações em relação ao que era previsto no projeto inicial. A partir do convite feito aos alunos do segundo ano do ensino médio, nove se mostraram interessados para o desenvolvimento dos dois grupos organizados. Um grupo focal foi executado no dia 28 de novembro de 2018, e o outro, no dia 5 de dezembro de 2018, com uma duração de 50 a 60 minutos em média. A pesquisadora realizou todo o processo das entrevistas com os jovens e, para que fosse possível perguntar, analisar e registrar expressões dos jovens, utilizou de recursos de gravação de áudio e vídeo. Então, ao mesmo tempo em que conduzia as perguntas, havia uma câmera registrando as suas reações, bem como um gravador registrando as falas dos jovens.

Foi elaborado um roteiro de perguntas relacionado aos objetivos específicos da pesquisa a fim de qualificar o tempo e as falas a serem analisadas.

Tabela 1 - Roteiro de discussão.

| Questão | Item | Objetivo |
|---|--|---|
| Com o que querem trabalhar no futuro? Para esse tipo de trabalho, qual seria a formação educacional necessária? Como pretendem realizá-la? | - Futuro profissional - Planos educacionais para o futuro | Identificar as perspectivas desses jovens sobre o seu futuro em relação ao mundo do trabalho. |
| Descrevam a rotina de vocês | - Metodologia | Perceber como as perspectivas |

| | | |
|--|---|---|
| <p>na instituição de ensino profissional Como essa rotina auxilia na formação profissional pretendida?</p> <p>Como as expectativas de futuro (elencadas anteriormente) são trabalhadas na escola de educação profissional?</p> | <p>- O efeito do curso básico profissional para a sua vida profissional</p> | <p>desses jovens quanto ao seu futuro são exploradas pela instituição de educação profissional.</p> <p>Entender como as metodologias utilizadas pela instituição de educação profissional contemplam a condição juvenil dos diferentes grupos que participam da instituição.</p> |
| <p>O que o termo mundo do trabalho significa para vocês?</p> <p>Quais as diferenças na forma de apresentar o mundo do trabalho na escola do sistema S e na escola de educação?</p> | <p>- Mundo do trabalho</p> | <p>Identificar o posicionamento da instituição de educação profissional frente às demandas do mundo do trabalho e da formação do jovem trabalhador.</p> <p>Comparar, de forma breve, as construções realizadas na educação formal e na educação profissional sobre o Mundo do Trabalho.</p> |
| <p>Identifiquem coisas positivas e negativas quanto à formação profissional que vocês realizam na escola de educação profissional.</p> | <p>- Metodologia</p> | <p>Entender como as metodologias utilizadas pela instituição de educação profissional contemplam a condição juvenil dos diferentes grupos que participam da instituição.</p> |
| <p>Para terminar, entendendo as semelhanças entre a escola e as mudanças previstas para o ensino médio por meio da reforma proposta para a organização do currículo, como vocês analisam as mudanças em percurso?</p> | <p>- Reforma do ensino médio</p> | <p>Refletir sobre o posicionamento dos jovens referente às mudanças propostas pelo governo com a reforma do ensino médio em relação às vivências em uma escola com formação integrada à educação profissional.</p> |

Como ferramenta de análise, foram feitas as transcrições dos áudios, gravações de vídeo dessas entrevistas e um material de registro com as palavras mais significativas elaboradas pelos jovens ao longo das conversas. E é esse material que será utilizado como apoio para as análises das perguntas e dos objetivos da pesquisa.

Para a organização do texto, num primeiro momento foi construído o perfil dos jovens entrevistados a partir das fichas preenchidas por eles ao final do grupo focal (essa ficha estará disponível no Anexo A). Posteriormente a isso, foi feita a análise das discussões realizadas nos grupos focais relacionando as perguntas com os objetivos específicos estipulados para o

estudo, além da ênfase das palavras mais utilizadas pelos jovens, buscando refletir sobre os sentidos elaborados por eles em relação à formação profissional.

Para a etapa de análise dos grupos focais, serão disponibilizadas ao longo do texto algumas falas realizadas pelos jovens e, a fim de não identificar os jovens entrevistados, será utilizada outra forma de nomeá-los. Então, para a identificação das falas individuais será utilizado as nomenclaturas de *jovem 1*, *jovem 2* e assim sucessivamente ao longo das transcrições.

Os jovens entrevistados são alunos da escola do Sistema S de ensino médio e têm entre 16 e 18 anos de idade, e a grande maioria reside na cidade de Gravataí com os familiares (pai, mãe e irmãos). Os alunos são oriundos do ensino fundamental público (município e estado) e privado da cidade. Entre os jovens que participaram do estudo, mais da metade é originária do ensino privado do município, porém essa não é a realidade da escola, que conta com 264 alunos dos totais 311 que estudaram no ensino fundamental em escolas públicas.

Esses alunos indicaram que nunca trabalharam formalmente, porém o que se percebe no cotidiano da escola é que muitos dos jovens, apesar de não ter a necessidade de ajudar os responsáveis no sustento familiar, fazem diferentes tipos de trabalhos informais na própria escola a fim de poder garantir seu lazer, roupas e outras necessidades do público jovem. Essa situação vai ao encontro do que foi afirmado pelos autores Carrano, Falcão (2011) e Dayrell (2007), no Capítulo 2, de que na sociedade brasileira, muitas vezes, para a juventude vivenciar a sua condição juvenil, ela já precisa trabalhar, e geralmente em trabalhos informais e com pouca remuneração. No caso dos jovens da escola deste estudo, além dos trabalhos informais realizados por eles na escola, como venda de doces, salgados entre outras coisas, a partir do segundo ano do ensino médio, pelo vínculo com a escola de educação profissional, os alunos recebem bolsas de empresas industriais através do programa jovem aprendiz.

Sobre os responsáveis desses jovens, observou-se um nível de educação entre o ensino médio ao superior completo, com a exceção de um pai com ensino fundamental incompleto. As mães, em sua maioria, trabalham e são professoras, administradoras e donas de estabelecimento comercial. Os pais quase todos trabalhadores da indústria, desde empresários a trabalhadores da área de produção, justificando o vínculo dos alunos com a escola. O nível de escolaridade dos pais dos alunos entrevistados é elevado. Certamente a formação educacional dos pais e a sua inserção em diferentes ambientes de trabalho influenciam esses jovens quanto ao seu futuro profissional, o que se reflete muitas vezes em suas falas, principalmente quando definem suas perspectivas de futuro e trabalho.

Quando questionados sobre seus interesses e momentos de lazer, os jovens colocaram diferentes realidades, entre elas pesquisas de diferentes segmentos, feminismo, psicologia, artes, trocar ideias com os seus amigos, animes, jogos de *videogame*, igreja. Muitas foram as respostas desses jovens mostrando a diversidade de interesses e de culturas existentes no ambiente escolar, indo ao encontro dos teóricos Dayrell (2007), Carrano (2011) e Frigotto (2011), que afirmam que a juventude não pode ser percebida apenas por um viés etário ou de momento de passagem dentro do ciclo da vida, em que todos têm características em comum, mas como uma construção social e cultural dada as várias possibilidades e contextos existentes na configuração do ser jovem. Além dos jovens entrevistados, no cotidiano da escola são perceptíveis os diferentes interesses e as formas que essa juventude vive a sua condição e se relaciona com os seus pares.

Fazendo relação com o posicionamento apresentado pela entidade que representa os estudantes secundaristas do Brasil, a UBES, quanto às mudanças previstas, pode-se colocar que elas não circulam nesse ambiente escolar e que a grande maioria dos alunos dessa instituição também desconhece o papel da UBES como representante. A escola não possui grêmio estudantil ou representação dos alunos que explicita a sua opinião de forma organizada e política para qualquer pauta dos jovens nas necessidades diárias, bem como frente às mudanças que estão sendo propostas pelo governo federal para o ensino médio. Os alunos realizam avaliações da instituição ao final do ano letivo e conversas com a diretora, porém a organização estudantil não é considerada importante pela instituição afirmando que os alunos já tem total liberdade para expressar as suas opiniões e demandas. O que se percebe no cotidiano é que, por meio desse discurso desmotivam-se as organizações juvenis, diminuindo os espaços de mudança democráticos.

A partir das respostas dadas por esses jovens ao questionário aplicado, podemos observar que eles são oriundos de famílias com suporte financeiro, em que os responsáveis têm uma formação básica completa e, em sua maioria, ensino superior. Embora tenham condição privilegiada, entendem a importância do trabalho para o sustento e têm no seu convívio escolar diferentes realidades de colegas que utilizam do trabalho informal para, muitas vezes, garantir as necessidades da juventude.

Também podemos perceber que vivem a sua condição juvenil de diferentes formas, conforme já apresentado, evidenciando as diferentes maneiras de ser jovem. No entanto, não têm no cotidiano escolar relação com as organizações de representação secundarista, deixando esses jovens distantes das discussões sobre as mudanças que estão sendo propostas com a reforma do ensino médio. Isso irá se refletir nas suas falas e nos sentidos que irão atribuir à

sua formação presente e futura, posterior ao ensino médio, algo que precisa ser levado em consideração na análise das entrevistas.

A partir das perguntas *Com o que querem trabalhar no futuro? Para esse tipo de trabalho, qual seria a formação educacional necessária? e Como pretendem realizá-la?*, pretendia-se identificar as perspectivas desses jovens sobre o seu futuro em relação ao mundo do trabalho.

Alguns jovens responderam que já sabiam o que queriam fazer: economia, relações internacionais, educação física, criação de jogos, psicologia ou algo que tivesse relação com a área de ciências humanas. Outros, também, responderam que ainda não sabiam muito bem o que queriam fazer e estavam com dúvidas com o que iriam trabalhar no futuro, demonstrando as incertezas ainda vividas nessa fase da vida quanto às escolhas profissionais.

Quando questionados quanto à formação e aos caminhos que seriam trilhados por esses jovens para chegar ao futuro profissional desejado, os jovens que já tinham alguma ideia sobre as suas preferências também já haviam explorado os caminhos que são necessários para alcançá-los: faculdade, cursos técnicos, entre outros. O que mais chama atenção na fala dos jovens é o fato de o vestibular é uma preocupação quase unânime entre eles, não importando se já sabem ou não a faculdade desejada. Isso mostra o valor que o ensino superior tem para o seu status social, realidade esta que se relaciona com os dados já apresentados sobre a formação dos familiares, de modo que já vislumbram essa perspectiva de formação para suas vidas.

Em relação à formação profissional realizada no ensino médio, pelas respostas elaboradas pelos jovens nas perguntas apresentadas, nenhum dos entrevistados apresentou interesse em seguir no ramo industrial ou da formação realizada por eles na instituição de educação profissional, mostrando como a finalidade dessa formação específica não tem sentido prático para esses jovens entrevistados.

Posteriormente, foi solicitado aos jovens que *descrevessem a sua rotina na escola de educação profissional e avaliar como essa rotina auxilia na formação profissional pretendida*, com o intuito de entender como as metodologias utilizadas pela instituição de educação profissional contemplam a condição juvenil dos diferentes grupos que participam da instituição, além de perceber como as perspectivas desses jovens quanto ao seu futuro são exploradas pela instituição de educação profissional e entender como as metodologias utilizadas pela instituição de educação profissional contemplam a condição juvenil dos diferentes grupos que participam da instituição.

Para problematizar as questões acima, além das perguntas, foi utilizado um vídeo institucional da escola de educação profissional¹² que ilustrava as diretrizes da instituição na formação técnica. O vídeo não foi elaborado para as escolas do estado do Rio Grande do Sul, mas, sim, do Mato Grosso do Sul, porém entende-se que as diretrizes institucionais são elaboradas a nível federal e, portanto, não foi problema para os jovens relacionar o vídeo com a realidade deles nessa instituição.

A partir do vídeo, foram realizadas as perguntas aos jovens sobre a sua rotina e como eles percebem a escola na sua formação profissional. Como resposta, os alunos enfatizaram muito que o curso profissional foca no desenvolvimento das teorias e práticas já preestabelecidas pelo instrutor, ou seja, limitada à formação da prática realizada – curso básico de eletricista industrial com ênfase em automação. Eles reproduzem o que o instrutor manda e não podem fazer nada além do que já está predeterminado.

Além disso, enfatizaram muito na rotina as questões comportamentais e de regras estabelecidas pela instituição, como fazer fila de entrada e saída das salas, obrigatoriedade do uso dos materiais como os EPI's, mesmo quando não necessário e uma hierarquia bem estabelecida entre instrutor e alunos. A rotina rígida sempre é justificada na preparação desses jovens para o ambiente de trabalho. O que consegui observar é que não é a aprendizagem básica de eletricista que mais chama a atenção dos jovens na rotina ou a relação dessa formação com as preocupações da vida dos jovens – presente e futuro – e, sim, o quanto essa rotina focada no comportamental é um diferencial para a sua formação no ambiente de trabalho, especificamente no caso dos jovens entrevistados, para um ambiente industrial.

Alguns trechos da entrevista realizada:

Jovem 1: “Além deles passarem o próprio conteúdo que é para tu aprender as questões sobre o curso, eles passam essa questão comportamental de como interagir na empresa, como se portar dentro de uma empresa, tanto que um exemplo que quando a gente vai para certas práticas a gente não pode ficar sentado para realizar alguma atividade porque dá a ideia de que a gente tá descansando, entendeu. Ou a gente faz ajoelhado ou agachado para dar a ideia que está...”

Entrevistadora: “Que tipo de atividade?”

Jovem 1: “É tipo assim: eu tenho que instalar uma tomada que tá lá embaixo, aí tu não pode fazer essa instalação sentado, tu tem que fazer ela ou agachado ou ajoelhado, que é para dar a entender que tu tá tipo disposto a fazer aquela atividade, entendeu?”

¹² Link do vídeo utilizado para falar sobre as instituições de ensino das quais os jovens participam <https://www.youtube.com/watch?v=vq-jbypsc3w>

Jovem 2: “É uma questão de porte, de postura no ambiente de trabalho. Ali na escola de educação profissional basicamente a gente tem um ambiente de indústria muito claro. Então, como a escola já é muito famosa nesse meio, eles prezam muito por essa questão comportamental e de postura.”

Jovem 3: “É. Eles estão preparando a gente para entrar na indústria, por isso que eles cobram bastante. Tipo, na hora de fazer a prática, tu não pode levar celular para dentro dos boxes, tu não pode usar pulseira, brinco, tu tem que tá sempre com o capacete e óculos. Essas coisas são fundamentais para quem vai trabalhar na indústria.”

Outros comentários sobre a pergunta no outro grupo focal:

Jovem 6: “tem fila desde o início, quando a gente chega lá até a entrada da sala de aula e todos fazem fila e cada professor sai com a sua fila, o instrutor no caso, aí o nosso professor para entrar na sala precisa cumprimentar ele com um aperto de mão...”

Jovem 5: “Mas a fila é generalizada.”

Jovem 4: “E aí, quando o professor chega ele já cobra da gente a chamada, e tem que falar presente pra garantir que ninguém está faltando.”

Jovem 7: “Se tu não falar presente, tu ganha falta.”

Jovem 5: “Se falar qualquer outra coisa, ganha falta.”

Sobre como a formação pode auxiliar na sua trajetória profissional, os alunos colocaram que poderia ser um início para alcançar o seu objetivo. Faculdade e outros cursos têm um custo, e iniciar no mercado de trabalho com um diploma profissional pode, na visão dos alunos, auxiliar financeiramente na busca do seu sonho. Essa questão relaciona-se muito com o que foi abordado no artigo de Bernardin e Silva (2016), que aponta que os jovens que buscam a modalidade de ensino integrada à educação profissional na etapa final do ensino médio acreditam que o diploma profissional possa garantir uma rápida inserção no mercado de trabalho.

A urgência em realizar alguma tarefa remunerada relaciona-se à realidade de uma grande parcela da população brasileira que, por questões econômicas, tem a preocupação de garantir o seu sustento e continuidade nos estudos, geralmente em instituições particulares¹³. No entanto, como já explorado por Falcão e Carrano (2011), apesar da formação, os jovens apresentam mais dificuldades de inserção, condições de trabalho e salário do que adultos, muitas vezes, pela ineficiência do sistema em garantir a real inserção desses no mercado de

¹³ Para muitos jovens da escola e no pensamento popular, a universidade pública federal não foi feita para ingresso de alunos pobres que precisam trabalhar enquanto estudam ou oriundos das escolas públicas do país, portanto, geralmente idealizam o ensino superior por via privada ou pelo Enem.

trabalho, que no estudo realizado é ainda mais grave com o processo de desindustrialização constante da economia brasileira (GLOBO, 2019) que não tem condições de garantir a rápida inserção desses jovens em um mercado de trabalho no ramo industrial. Um exemplo seria a própria cidade de Gravataí, que neste ano viu uma das suas principais empresas, a italiana Pirelli, fechar as portas da sua unidade que existia há 40 anos na cidade, desempregando uma média de 900 funcionários (G1, 2019).

Além disso, as questões comportamentais são retomadas nessa resposta, pois os jovens acreditam que, mais do que saber um ofício, eles devem aprender a se comportar e respeitar as organizações, papel esse que é enfatizado constantemente ao longo das conversas do grupo. Eles deixam transparecer que, ao contrário da escola, a rigidez de certas práticas é uma constante dentro da indústria, e eles devem estar preparados para isso.

E ainda, segundo os jovens, as falas sobre o que é o mundo do trabalho realizadas pela escola de educação profissional estão diretamente atreladas à formação do curso realizado pelos alunos. Além disso, essas falas ficam em volta das atividades para a indústria e como se comportar nessas atividades específicas.

Seguem alguns trechos dos grupos realizados:

Entrevistadora: “A instituição de ensino profissional aborda outras possibilidades de formação ou de trabalho além do enfoque ao curso realizado?”

Jovens entrevistados: “Não.”

Jovem 7: “O instrutor fala como se o nosso futuro certo vai ser trabalhando dentro de uma indústria.”

Com o objetivo de identificar o posicionamento da instituição de educação profissional frente às demandas do mundo do trabalho e da formação do jovem trabalhador e comparar, de forma breve, as construções realizadas na educação formal e na educação profissional sobre o mundo do trabalho, os jovens foram questionados sobre (1) *o que entendem sobre mundo do trabalho* e (2) *como as diferentes instituições envolvidas na sua formação apresentam essa temática*.

As respostas para a primeira pergunta foram relacionadas à execução de uma atividade específica e todo o processo de preparação que eles devem passar até chegar ao trabalho a esse trabalho, todos eles entendem o papel das instituições de ensino como modeladores de futuros trabalhadores. Porém, quando questionados sobre as diferentes formas pelas quais a instituição de educação profissional e a escola abordam o tema do mundo do trabalho, eles conseguem relacionar essa preparação muito mais com o ensino profissional por falar sobre questões de comportamento e rotina, vinculando o ensino médio formal ao um mero depósito

de conteúdos preparatórios para Enem e vestibular, não dialogando com as finalidades da escola determinadas pela LDB como a preparação para cidadania.

Outra diferença latente nos alunos sobre as diferenças entre a escola e o curso de iniciação é que a escola, segundo eles, abre um leque de possibilidades e de agir, estimulando muito a autonomia e a criatividade. Ao contrário disso, está a instituição de ensino profissional que, segundo os alunos, os coloca dentro de uma caixinha novamente, aos moldes do trabalho formal da indústria.

Sobre essas diferenças, cabe ressaltar que, ao longo das entrevistas, os alunos sempre colocam que as escolas do Sistema S têm um diferencial em relação às outras escolas por trabalhar a partir de projetos com foco no empreendedorismo juvenil. O que consigo observar na construção das falas dos jovens são duas realidades de escolas (formal e profissional) que dialogam com as mudanças pensadas para o ensino médio a partir da reforma proposta.

No caso do ensino formal, pela estrutura oferecida com foco na aprendizagem por competências e habilidades, em certas ocasiões, a escola apresenta-se como atrativa para esses jovens, especificamente no quesito de estimular o protagonismo juvenil e o empreendedorismo. No entanto, esse foco desqualifica as aprendizagens dos conteúdos e aponta como benéficas as habilidades que serão necessárias para o mercado de trabalho em um ambiente atrativo para esses jovens que prospectam, dentro das mudanças desenhadas para as relações de trabalho, um lugar em um futuro profissional próximo. Esse posicionamento se aproxima das afirmações de Frigotto (2015), quando este aborda que, a partir do surgimento da especulação do capital financeiro originário da globalização, há um imperialismo simbólico que se relaciona ao campo da educação e do trabalho na construção de uma sociedade do conhecimento atrelado à tecnologia, às competências, ao empreendedorismo e ao capital humano, cumprindo uma função ideológica, justificando o desemprego estrutural e a precarização do trabalho numa sociedade de empregabilidade, afetando as perspectivas e a formação da juventude.

A educação profissional atrai, em certa medida, pelo quesito de formação comportamental dos trabalhadores, o que é visto por esses jovens como extremamente necessário para manter-se bem colocado no mercado de trabalho. Além disso, existe um discurso institucional de que a escola de educação profissional é valorizada por empresas do ramo industrial por esse enfoque na formação comportamental dos seus alunos, com a afirmação de que eles terão mais facilidades para entrar no mercado de trabalho. Esses discursos se apresentam como atrativos dentro da cultura de capitalismo dependente que vivemos em que se precisa formar mão de obra para a criação de produtos e serviços.

Alguns trechos das respostas dos jovens para as perguntas realizadas:

Jovem 2: “eu acho que mundo do trabalho é toda a tua carreira assim ela vai estar presente desde agora no ensino médio, como a gente já tá tendo na escola profissional, então eles basicamente te introduzem o mundo do trabalho, aqui na escola do Sistema S também, eles falam bastante, mas, ali na escola profissional eles trazem toda essa questão de comportamento, questão de porte, eles tem essa questão de carreira de sucesso no mundo do trabalho, então basicamente eles dão uma introdução para a gente entrar meio que preparado assim para enfrentar qualquer coisa que a gente tem nesse meio na nossa carreira em toda nossa trajetória.”

Entrevistadora: “O que seria uma carreira de sucesso? Como eles trabalham isso na escola profissional?”

Jovem 2: “Muitos anos numa indústria, um bom salário, um currículo bom.”

Jovem 1: “um cargo alto.”

Jovem 3: “reconhecimento.”

Jovem 2: “ter um bom salário, ter um reconhecimento bom, muitos anos de empresa, porque na indústria, pra ter um reconhecimento bom, tem que estar muito tempo na empresa, basicamente isso assim que eles mostram.”

Essa concepção de carreira de sucesso, em que os trabalhadores ficam muitos anos em uma mesma empresa, não dialoga com a realidade atual de flexibilização das relações de trabalho e das questões de empregabilidade, como já foi explorado neste estudo por autores como Frigotto (2015). É uma visão ultrapassada sobre uma carreira de sucesso no trabalho que conversa com outras gerações de trabalhadores. No caso da instituição de educação profissional analisada, remete aos anos 1940, quando esta surge na formação do jovem trabalhador.

Outras respostas relacionadas à pergunta que comparam as instituições e levantam a questão do empreendedorismo juvenil:

Jovem 6: “Eu acho que a escola do Sistema S é diferente da escola profissional nesse quesito porque ela mostra ao aluno todas as possibilidades de empreender, de criar, e o outro é ensino profissionalizante, e ele é só voltado para esse meio, não de criar uma empresa ou como ela vai funcionar, e, sim, relacionado ao meio industrial.”

Jovem 4: “A escola profissional, às vezes, já nos ensina muitas coisas, que muitas vezes são difíceis de aprender, mas que já existem. Já na escola do Sistema S também ensina muitas coisas assim, mas quer mais que a gente crie, que a gente inove, que gente crie coisas novas ou relacione.”

Dentro das diferenças elencadas nas respostas às perguntas, eles mostram que a própria formação docente traz esse diferencial para as escolhas e vivências no mundo do trabalho. Eles afirmam que, na escola, os professores das diversas áreas mostram diferentes realidades sobre o mundo do trabalho e sobre o que “fazer” e “aprender”, porém não reconhecem isso nas direções das instituições e nos profissionais¹⁴ que atuam na educação profissional, sempre muito limitada ao ambiente fabril e ao aspecto comportamental no curso específico, mostrando-se limitadora. É importante ressaltar que enquanto o Plano Nacional da Educação (PNE) estabelece que seja preciso garantir que todos os professores do ensino básico possuam graduação na área de conhecimento em que atuam, as mudanças elaboradas pela medida provisória- MP 746/2016 do novo ensino médio, já implementadas na Lei de Diretrizes e Bases da educação- LDB, habilitam profissionais de notório saber para desenvolver as atividades da educação profissional, sem necessitar de uma licenciatura. Isso já acontecia com a educação profissional integrada ao ensino médio, porém, com as alterações realizadas com as escolhas dos itinerários de educação, a formação desses profissionais para desenvolvimento do ensino-aprendizagem se torna, mais do que nunca, primordial para a formação desses jovens, algo que o notório saber não contempla.

Sobre isso, algumas das falas dos jovens:

Jovem 2: “Aqui na escola do Sistema S, a gente tem muito a questão tipo várias opções, opções mais amplas do mundo em si, não só do mundo do trabalho, então basicamente aqui¹⁵ tu tem mais oportunidade de aprender o que tu deseja do que na escola de educação profissional, lá é bem aquilo que o *jovem 3* falou, que é bem aquilo que te bota literalmente na linha, sabe?! Naquela linha industriário, bom currículo para eles. Aqui na escola não, aqui óbvio que a gente tem muito menos vivência sobre o mercado de trabalho, mas, ainda assim, eles te deixam meio que com a cabeça mais aberta assim pro que tu vai querer, enquanto na educação profissional eles tentam, literalmente tentam te botar para indústria, que é basicamente o que eles propõem para a gente, mas aqui eles te dão uma visão mais ampla, têm várias situações que tu aprende coisas sobre outras áreas, tipo os trabalhos que tu pode aprender muito bem, com áreas que eu goste, que aqui eu já tive muitas outras opções sobre o que eu quero fazer, meio que dá essa condução, e na escola de educação profissional não, eles vão direto ao ponto ao que faz na indústria, tu vai bem e é isso pra tua vida.”

¹⁴ Essas diferenças são apresentadas na figura do instrutor responsável por conduzir as atividades na educação profissional, que tem sua formação para o ramo industrial e não de licenciatura. Enquanto os profissionais envolvidos na escola de educação formal são todos licenciados nos componentes que lecionam.

¹⁵ Escola do Sistema S.

Jovem 5: “A escola do Sistema S abre mais o leque de oportunidades do que pode fazer, não foca só na indústria, ela mostra para a gente que a vida não é só trabalhadores da indústria que produzem as coisas, ela mostra outras oportunidades pra gente e deixa a gente inovar também.”

Jovem 8: “Nós temos o direito de escolher o que a gente se sente bem trabalhando, não somente na indústria em frente a uma máquina.”

Jovem 5: “Isso se dá bastante pelos professores mais do que pela direção. A fala da direção é mais assim: a escola é da indústria, vamos tentar focar mais na indústria, mas os professores têm essa visão mais aberta, e isso acaba transpassando pra gente, pela convivência.”

Entrevistadora: “Por que vocês acham isso? Tem alguma coisa que vocês possam dar de exemplo?”

Jovem 5: “Os próprios professores não estão presos a essa parte do... ‘ah, vamos trabalhar na indústria’. Como tu¹⁶, que está tentando crescer fora desse meio fazendo o teu mestrado.”

Jovem 6: “Acho que em questão das atividades que são propostas aqui na escola do Sistema S pro nosso meio de abrir a mente para tudo que tá no mundo do trabalho, incluso a diversidade de profissões, porque aqui a gente é, a gente tem um entusiasmo que parte dos professores e da gente também de correr atrás daquilo que a gente acha que vai ser produtivo para nossa vida ao longo das experiências, porque na escola de educação profissional é o contrário disso.”

Ao mesmo tempo em que os jovens criticam os métodos de aprendizagens da escola profissional como limitadores e que servem para moldar o seu comportamental, eles falam que o curso pode ser uma alternativa para muitos jovens que precisam, que não têm a oportunidade de conseguir emprego em outros ramos de trabalho, mostrando-se como um alento para aqueles que não têm condições de pagar uma faculdade ou que não tenham um suporte financeiro familiar, sendo uma opção para a rápida inserção no mercado de trabalho. Essa ilusão da vantagem em se ter um diploma profissional para a inserção imediata já foi observada neste estudo por meio da pesquisa de Carrano e Falcão (2011), para os quais os processos de desindustrialização vividos pelo país nos últimos 50 anos (GLOBO, 2019)

¹⁶ Nessa fala, a jovem exemplifica as diferentes formas pelas quais os professores apresentam o mundo do trabalho com a minha experiência no mestrado, indo além do ambiente industrial apresentado pelos instrutores na escola de educação profissional.

mostram que essa garantia de inserção imediata no mercado de trabalho não pode ser dada como certa.

Conforme entrevista:

Jovem 1: “Por mais que eu não concorde com alguns aspectos desse tipo de metodologia do ensino profissionalizante¹⁷, porque querendo ou não ainda é uma tendência levar esse pessoal¹⁸ para ser chão de fábrica, então daí eu não concordo com alguns aspectos, porém eu acho que tipo, a maioria das pessoas não conseguem fugir disso, então querendo ou não, a gente pode ter um ponto de vantagem.”

Jovem 2: “Uma válvula de escape. É aquela questão, se tudo der errado...”

Jovem 3: “Tu tem a escola de educação profissional.”

Jovem 2: “Tenho o currículo da escola de educação profissional, então eu vou pra ali.”

Jovem 1: “Por mais que tenha aspectos que eu acho que sejam ruins, porque levam a gente a fazer certas coisas, mesmo assim serve como uma válvula de escape, que, querendo ou não, você vai ter um futuro, digamos assim.”

Jovem 2: “Por exemplo, quem não faz um curso da escola de ensino profissional ou qualquer outro curso, não tem nada ele começa do zero no ambiente de trabalho. A gente não, a gente vai começar com um curso, já temos o nosso currículo, aqui já tem uma carga, então basicamente tipo se eu não der certo na área que eu quero, eu tenho aquele curso. É que nem eu falei, eu pretendo usar esse curso na indústria pra eu ter dinheiro para fazer uma faculdade, é um auxílio que dá muito grande só que não é o nosso foco.”

Quando questionados sobre *coisas positivas e negativas da formação profissional* com o objetivo de entender como as metodologias utilizadas pela instituição de educação profissional contemplam a condição juvenil dos diferentes grupos que participam da instituição, a primeira questão levantada pelos alunos foi a credibilidade da instituição de educação profissional para a formação com foco na indústria como algo positivo. Segundo os jovens, essa credibilidade vai abrir muitas portas de trabalho para eles. Em suas falas, eles colocam que as empresas dão preferência a trabalhadores que tenham a sua formação nesta escola. Essa alusão à rápida inserção ao mundo do trabalho a partir do currículo é uma construção cultural, pois, apesar da escolarização, de modo geral os jovens apresentam mais dificuldades de inserção, piores condições de trabalho e salário do que adultos sem a mesma

¹⁷ Metodologia que aponta as questões comportamentais como primordiais.

¹⁸ Em sua fala, quando diz *esse pessoal*, o jovem está se referindo à população mais pobre, que geralmente é relacionada a trabalhos mais braçais e de menor remuneração.

formação, mostrando, muitas vezes, a ineficiência do sistema em garantir a sua real inserção no mercado de trabalho (CARRANO; FALCÃO, 2011).

Como ponto negativo, os jovens abordam a hierarquia estabelecida na instituição, a ponto de se sentirem inferiores por serem alunos. Enquanto visualizam na escola do Sistema S um ambiente de troca entre professores e alunos mais amigável, na instituição de ensino profissional eles conseguem ver a mudança de comportamento no tratamento dos instrutores com eles e com funcionários de cargos superiores dentro da instituição.

Conforme conversas desenvolvidas nos grupos:

Jovem 3: “Essa divergência de pensamento¹⁹ que a gente tem também é outro ponto negativo. Tipo a gente teve um ano inteiro no ano passado a gente saindo da caixa fazendo projetos por nós mesmos, aí chega esse ano e a gente tem duas realidades diferentes, tipo de ficar fechando e abrindo a caixa toda hora atrapalha muito porque o cara acaba se confundindo, acaba se estressando mais de vez em quando.”

Nessa fala, o jovem faz menção à organização do currículo escolar, por meio do qual no primeiro ano do ensino médio eles desenvolvem o turno integral na escola do Sistema S e, a partir do segundo ano, iniciam a educação profissional.

Jovem 1: “É, lá²⁰ também a gente vê um sistema de hierarquia bem claro, já é diferente um pouco da escola, porque lá a gente vê quem manda mesmo, bem aquele famoso ditado manda quem pode, obedece quem deve, então tá bem nesse âmbito. Já na escola foge um pouquinho disso, por mais que tenha a presença dessa hierarquia, é um pouco mais ameno, não é tão presente, torna o ambiente melhor.”

Jovem 2: “superioridade²¹ na escola de educação profissional é muito grande. Por exemplo, nós tínhamos um professor que virou coordenador de outra escola da instituição, ele já mudou totalmente, a forma de ele se portar, a vestimenta dele, isso é muito claro. Isso eu acho que é um ponto negativo porque é como o *jovem 1* disse que a gente tem um ambiente muito mais igualitário aqui²². Todo mundo acaba meio que se tratando como iguais. Lá na escola de educação profissional não, tu te porta de um jeito com um e te porta de outro jeito com outro. Por ele ser maior²³ que esse, tu vai te portar com mais educação, tu vai ser mais puxa-saco²⁴ assim.

¹⁹ Diferenças institucionais entre as escolas.

²⁰ Na escola de educação profissional.

²¹ Hierarquia institucional.

²² Escola do Sistema S.

²³ Ter um cargo com maior prestígio dentro da instituição.

²⁴ Jovem fala dando ênfase na palavra “puxa-saco”.

Jovem 1: “E querendo ou não, por mais que o pensamento correto seria tratar todos da mesma forma, eles mesmos acabam ensinando que tipo tu tem que respeitar o superior. Eu acho que esse ponto de vista desse tipo de ensinamento é meio errado, se tu vai tratar tem que tratar todos da mesma maneira, sabe? Mesmo que tu não queira. Aqui na escola já é mais um ambiente diferente. Como a gente conversa com aluno, a gente conversa com os professores, a gente conversa com a diretora. Claro, entre os alunos claro que vai mudar um pouco, porque tu tem mais intimidade do que com os professores, mas não foge muito do normal.”

A última pergunta, relacionada às *mudanças propostas para o ensino médio e como eles se enxergam numa escola muito próxima a essas mudanças*, tem o objetivo de refletir sobre o posicionamento dos jovens referente às mudanças propostas pelo governo com a reforma do ensino médio em relação às vivências em uma escola com formação integrada à educação profissional.

Para desenvolver a conversa sobre o tema, foi colocado aos jovens uma das propagandas veiculadas pelo governo federal no ano de 2018 sobre a reforma do ensino médio²⁵. Após assistirem ao vídeo e ao serem elaboradas as perguntas, os alunos reponderam que o que a reforma propõe será “um choque” para os jovens, de acordo com suas próprias palavras. A primeira consideração dos alunos foi quanto à mudança significativa que houve do ensino fundamental para o ensino médio em relação à forma como era realizada a aprendizagem e o foco da escola. As instituições que os alunos frequentam têm o foco específico de preparação para o mercado de trabalho imediato e, não, segundo os jovens, para os vestibulares e Enem. Os alunos que vieram de escolas do município mostram que essa diferença foi grande para eles nessa transição e colocam que a mudança na metodologia faz com que se sintam inferiores aos alunos que vieram de escolas particulares, pois tiveram muitas dificuldades em assimilar essas diferenças, por falta de uma bagagem de conteúdos aos quais não tiveram acesso no ensino fundamental.

Uma das jovens questiona a diferença de carga horária de português e matemática para as outras áreas de conhecimento, principalmente a de ciências humanas, relacionando com a formação cidadã que vem do desenvolvimento dessa área.

Além disso, criticam a obrigação de terem de escolher as disciplinas que devem ser realizadas nessa etapa de ensino e afirmam que essas escolhas são prejudiciais para a formação do jovem, pois são limitadoras para a aprendizagem do aluno e para outras escolhas de vida que possam surgir ao longo do ensino médio.

²⁵ Link de acesso à propaganda do governo federal sobre a reforma do ensino médio: <https://www.youtube.com/watch?v=iIszj0WWqfA>

Conforme as respostas elaboradas pelos jovens nos grupos focais:

Jovem 2: “querendo ou não o ensino médio que a gente tem hoje, tirando a escola do Sistema S, ele é muito focado em Enem, tipo tu é muito focado na questão de que precisa fazer o Enem/vestibular. A reforma como que falou as coisas vão poder escolher matemática, português, inglês e ponto. Outro ponto negativo é que o cara que vem de uma renda menor tem um conhecimento menor e precisa de todo aquele conteúdo para passar no Enem para ter um futuro numa faculdade, ele vai cair por terra, sabe? Ele não vai ter mais aquilo, dependendo das opções que ele tiver, na região que ele veio, por exemplo, porque só vai ter matemática e inglês ele não vai conseguir suportar as ciências da natureza e humanas que têm no Enem, então basicamente não vai ter uma vivência tão boa quanto ele teria se tivesse todas as áreas e já trazem o Enem. Então basicamente a pessoa precisa do Enem pra ter uma formação superior, ele vai ser muito prejudicado por isso porque, por exemplo, ele tem uma região ali, naquela região tem três escolas e as três escolas trazem os mesmos conteúdos, então ele vai ter que escolher aquilo, ele não vai ter escapatória porque não tem como se locomover tão longe para ter um ensino que ele precisa no Enem, então isso vai ser muito difícil.”

Jovem 9: “Pela minha experiência de já ter estudado em uma escola pública, eu acho que não daria certo. Porque geralmente faltam professores, geralmente o de humanas, o professor de história. Sempre falta e demora quase que o ano inteiro para voltar o professor. Então acabaria que o aluno não teria educação nenhuma com a outra e procurar muito fora o que às vezes acaba não tendo auxílio ou não tendo a vontade de procurar. Daí acaba sendo uma trava sendo uma deficiência de ensino.”

Jovem 8: “Como ela disse, o aluno sairia muito prejudicado, por exemplo, de humanas. Todas as matérias são essenciais para quando tu for para uma faculdade ou para o vestibular tu vai precisar daquilo que tu aprendeu lá atrás e aí tu não vai ter aquilo.”

Jovem 9: “Porque quando faltava um professor, eu já fiquei muito tempo sem professor de história, o estado ele não tem preocupação de retomar aquilo que tu não aprendeu naquele tempo, tu só vai seguir a tua vida com aquilo que ele conseguiu passar até o final do ano, se isso acontecesse no ensino médio não teria essa preocupação de recuperar tudo que o aluno vai precisar para o vestibular ou Enem e aí, às vezes, acaba pegando outro professor que na verdade ele é de filosofia que acaba dando uma explicação errada.”

Jovem 6: “Seria ainda mais precarizada a educação.”

Entrevistadora: “Se fosse por vocês, não teria reforma de ensino médio?”

Jovens: “Não.”

Entrevistadora: “tá, mas ela é aprovada por 79% dos brasileiros.”

Jovem 9: “Mas não perguntaram pra gente!”

Jovem 5: “79% dos que responderam, mas quem respondeu?”

Jovem 9: “Os deputados.”²⁶

Os dados utilizados para a produção da propaganda governamental sobre o ensino médio, com a afirmação de que 79% dos brasileiros aprovam a reforma, são questionáveis e vão ao encontro das afirmações feitas pelos jovens. A Anped (2017) se pronunciou em relação à propaganda e afirmou, em texto, que esses dados foram compilados de uma pesquisa encomendada pelo Ministério da Educação – MEC para o Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística – IBOPE, cuja pergunta não especificava as mudanças da reforma, apenas questionava a população (1.200 participantes) sobre se era favorável a mudanças nessa etapa de ensino. Ora, todos os brasileiros são favoráveis a mudanças, mas que mudanças são essas? As pessoas, os professores e os jovens envolvidos no processo realmente aprovariam essas mudanças? Foram consideradas as suas reais necessidades nessas mudanças?

Nessa última pergunta realizada no grupo focal, ficam evidentes os questionamentos da sociedade em geral, sobretudo os principais envolvidos nas mudanças como professores, universidades e estudantes, sobre quais serão os benefícios dessas mudanças para essa etapa de ensino, principalmente para os oriundos das classes mais baixas e que frequentam o ensino público sucateado e sem as condições necessárias de estrutura para a qualidade dos espaços de aprendizagens dignos aos seus jovens sendo prejudicial para a sua emancipação social, oficializando, conforme as palavras de Frigotto (2016), o *apartheid* educacional brasileiro. Segundo Suzane da Rocha Vieira Gonçalves (2017, p. 143):

A maneira flexível como foi proposta a organização do EM tende a ampliar as desigualdades sociais e culturais da sociedade brasileira. As instituições privadas de ensino provavelmente oferecerão um ensino médio bastante amplo, com diversidade de conteúdos e atividades, enquanto as escolas públicas estaduais, com seus poucos recursos, fruto do baixo investimento, terão um currículo reduzido e com pouca ou quase nada de diversificação.

Além das questões já desenvolvidas no texto, cabe ressaltar as palavras mais utilizadas pelos jovens ao longo da conversa, registradas ao longo da realização dos grupos focais. O que ficou evidente, ao analisar como a escola de educação profissional prepara os jovens na etapa do ensino médio, é que o discurso de preparação relacionado ao aspecto comportamental na formação do jovem trabalhador está presente em quase todas as questões

²⁶ Risos dos alunos ao final da fala do jovem.

discutidas pelos alunos. Poucos foram os momentos que os jovens identificaram a formação técnica como atrativa ou que, além dessa atividade específica, outros elementos sobre o presente e futuro deles fossem explorados de alguma forma pelo curso. A formação profissional está atrelada à construção de trabalhadores industriais aptos à produção e reprodução de atividades e, em nenhum momento, questões de formação cidadã ou crítica parecem ser desenvolvidas ou ter importância no curso profissional.

Ao analisar os grupos focais, fica evidente na fala dos jovens a preocupação da escola de educação profissional em formar futuros trabalhadores para a produção e reprodução de atividades que, no caso da escola analisada, serão para o ramo industrial. Seguindo o que já foi explorado por Dayrell (2007), ainda predomina uma determinada concepção do aluno gestada na sociedade moderna em que, ao entrar nas instituições, os jovens abandonam sua condição para se tornarem alunos, numa clara separação entre sociedade e escola. Espera-se que sejam disciplinados, obedientes, pontuais e que se envolvam em seus estudos, não considerando sua condição juvenil. Cabe ao jovem submeter-se ou ser excluído desse sistema. É importante lembrar que, em nenhum momento, foi demonstrado pelos jovens que as ações desenvolvidas no curso profissional se relacionam com as suas vivências atuais ou com suas formações futuras, limitada ao desenvolvimento do curso específico e à postura dos alunos como um diferencial para a formação industrial. Segundo a instituição de ensino, isso é valorizado pelas indústrias e, acreditam os alunos em suas falas, que será uma garantia caso os seus planos futuros não funcionem como planejam, já que um diploma da escola profissional pode garantir um futuro.

Além disso, enfatizam as diferenças entre como os instrutores do curso profissional apresentam o mundo do trabalho e a forma como os professores da escola o expõem, apesar de muitos alunos não relacionarem as atividades desenvolvidas na escola como preparatórias para o mundo do trabalho, por não falar especificamente do cotidiano de um trabalhador imaginado por eles, mas, sim, da diversidade de possibilidades que vai muito além do ambiente fabril e de controle rígido que envolve a formação profissional.

Sobre a reforma proposta para essa etapa de ensino relacionando-se com a sua vivência em uma escola do Sistema S no ensino médio, os jovens falam sobre um choque de mudanças, pois a escolha de itinerários limita o seu futuro em relação às possibilidades de prestar um vestibular ou Enem. Algo que chama a atenção nos posicionamentos dos alunos é a finalidade do ensino médio, principalmente dos alunos oriundos das escolas particulares, cuja necessidade de conteúdo sempre foi uma constante, criando-se, assim, um sentimento de perda na mudança de metodologia para competências e habilidades. Que a rede privada de

ensino crie propagandas para a clientela usando como argumento a inserção nas universidades é de conhecimento de todos, e isso se reflete nos posicionamentos e na forma como os alunos oriundos dessas escolas encaram as mudanças.

Os jovens procedentes de escolas públicas relacionam as mudanças com a precariedade das escolas e com a falta de profissionais que irão se refletir na falta de itinerários ofertados e no aumento da negligência do poder público em solucionar as deficiências, mostrando os abismos que serão criados para os alunos do ensino público com a implantação das mudanças aprovadas para essa etapa.

Para evidenciar o enfoque dado pelos jovens em cada uma das respostas, foi organizada uma tabela em que apresentamos a questão e o sentido percebido nas respostas dos jovens entrevistados:

Tabela 2 - Roteiro com os significados elaborados pelos jovens.

| Questão | Item | Objetivo | Significados |
|--|---|---|--|
| Com o que querem trabalhar no futuro? Para esse tipo de trabalho, qual seria a formação educacional necessária? Como pretendem realizá-la? | - Futuro profissional - Planos educacionais para o futuro | Identificar as perspectivas desses jovens sobre o seu futuro em relação ao mundo do trabalho. | - Sem certeza das escolhas do futuro - Realizar uma faculdade |
| Descrevam a rotina de vocês na instituição de ensino profissional. Como essa rotina auxilia na formação profissional pretendida? Como as expectativas de futuro (elencadas anteriormente) são trabalhadas nessa instituição? | - Metodologia - O efeito do curso básico profissional para a sua vida profissional | Entender como as metodologias utilizadas pela instituição de educação profissional contemplam a condição juvenil dos diferentes grupos que participam da instituição. | - Foco no conteúdo do curso. - Comportamento, postura, disciplina para o mundo do trabalho - Regras - Primeiro emprego - Pagar faculdade - Instrutores limitam expectativas de futuro apenas na indústria |
| O que o termo mundo do trabalho significa para vocês? Quais as diferenças na forma de apresentar o mundo do trabalho na | - Mundo do trabalho | Identificar o posicionamento da instituição de educação profissional frente às demandas do mundo do trabalho e da formação | - Carreira de sucesso - Preparação para exercer uma profissão - Escola, trabalho |

| | | | |
|--|----------------------------------|--|--|
| <p>escola do Sistema S e na educação profissional?</p> | | <p>do jovem trabalhador.</p> <p>Comparar, de forma breve, as construções realizadas na educação formal e na educação profissional sobre o mundo do trabalho.</p> | <ul style="list-style-type: none"> - Escola: conteúdo, diversidade de atividades, construção de conhecimento, protagonismo, autonomia - Professores x instrutores - Educação profissional: preparação para a rotina em uma empresa, hierarquia, comportamento - Se tudo der errado, tem o curso profissional; - Vida = trabalho |
| <p>Identifiquem coisas positivas e negativas quanto à formação profissional que vocês realizam.</p> | <p>- Metodologia</p> | <p>Entender como as metodologias utilizadas pela instituição de educação profissional contemplam a condição juvenil dos diferentes grupos que participam da instituição.</p> | <ul style="list-style-type: none"> - Positivos: facilidade em ingressar na indústria - Negativos: mudança de metodologia das instituições (escola do Sistema S e educação profissional); hierarquia na educação profissional; pouco respeito pela diversidade |
| <p>Para terminar, entendendo as semelhanças entre a escola e as mudanças previstas para o ensino médio através da reforma proposta para a organização do currículo, como vocês analisam as mudanças em percurso?</p> | <p>- Reforma do ensino médio</p> | <p>Refletir sobre o posicionamento dos jovens referente às mudanças propostas pelo governo com a reforma do ensino médio em relação às vivências em uma escola com formação integrada à educação profissional.</p> | <ul style="list-style-type: none"> - Choque para os estudantes: sentimento de inferioridade dos alunos do ensino público; sentimento de perda de conteúdo para os alunos da rede privada -As dificuldades do ensino fundamental irão se agravar |

| | | | |
|--|--|--|---|
| | | | <ul style="list-style-type: none"> - Não prepara para o vestibular - Formação cidadã: e as ciências humanas? - Prejudica alunos da rede pública - Itinerários de formação - Contra a reforma do ensino médio |
|--|--|--|---|

Os jovens que participam deste estudo são filhos de trabalhadores da indústria e, em grande maioria, têm perspectivas de cursar o ensino superior, valorizado por eles em suas colocações sobre futuro profissional. São jovens que, por serem alunos de uma escola que se propõe a ser referência para a reforma aprovada, já têm em seu cotidiano muitas das mudanças pensadas para essa etapa de ensino como turno integral, maior carga horária para matemática e português, além de inserir a educação profissional como itinerário de formação. E, quando questionados sobre as mudanças propostas pelo governo federal pela sua vivência numa escola que dialoga com essas mudanças, colocam que a escola prepara para o mercado de trabalho, limitando a formação dos alunos ao ramo industrial sem as perspectivas de prestar com qualidade um vestibular e/ou Enem. E enfatizam como será prejudicial para jovens pobres que têm na escola o seu único aporte para a formação.

A partir dos grupos focais analisados, pode-se confirmar a hipótese elaborada para este estudo sobre a formação profissional limitar-se à condição de formação do jovem trabalhador para moldagem e postura na inserção do mercado de trabalho sem relação com as vivências atuais ou futuras desses jovens, limitando a visão do trabalho ao comportamento do jovem numa lógica econômica. Além disso, no caso do ensino formal, pela estrutura oferecida pela escola do Sistema S, que aponta como benéfico o foco no desenvolvimento das habilidades que serão necessárias para o mercado de trabalho, os jovens afirmam não perceberem uma formação para estudos posteriores como vestibular/Enem, mas para ações que responsabilizam o sujeito pelo seu emprego numa lógica “empreendedora”, dialogando com as mudanças desenhadas para as relações de trabalho com as reformas propostas.

Muitas das colocações feitas pelos jovens ao longo dos grupos focais dialogam com as teorias desenvolvidas recentemente sobre os malefícios das mudanças propostas pelo governo federal, não preocupado com a formação da juventude brasileira, mas, sim, com a lógica econômica de produtivismo, interditando o futuro dos jovens, principalmente os

oriundos das escolas públicas do país que pode criar abismos ainda maiores nas desigualdades já existentes no país.

5 O JOVEM NO BRASIL É LEVADO A SÉRIO?

No decorrer da minha história, as inquietações sociais que estavam envoltas na minha realidade me direcionaram para a formação em licenciatura em História. Mesmo com a resistência dos meus familiares, que não viam na formação de professora um futuro promissor, construí minha trajetória profissional com foco na formação de jovens, não apenas como professora de História, mas, também, com vínculo a projetos educacionais com foco em educação profissional básica. E uma das coisas que sempre me inquietavam era a forma como a educação profissional conduzia a aprendizagem dos jovens, como uma salvação para a sua vida e que esses deviam se moldar para a execução do seu trabalho no ambiente industrial. E, nesse percurso, hoje sou professora de uma rede de escolas com vínculo com a indústria e que se aproxima muito das mudanças que são pensadas para a educação a partir da reforma do ensino médio.

A partir da minha experiência profissional, surgem algumas indagações que embasam esta pesquisa: o que pensa o jovem estudante dessa escola que se aproxima da reforma do ensino médio sobre as mudanças em percurso? Como ele compreende essa escola que prepara para o mundo do trabalho? Como entende as metodologias de trabalho da educação profissional na sua formação como sujeito?

As questões levantadas acima nortearam toda a construção do projeto de pesquisa e posterior análise dos resultados obtidos e, ao longo dessas considerações finais, serão apresentadas e relacionadas aos teóricos utilizados para a construção desta dissertação. Posso adiantar que ainda tenho as inquietações que me motivaram a ser professora e, hoje, com as mudanças que estão sendo previstas para a educação brasileira, é urgente o papel do professor e do pesquisador em problematizar essas mudanças para que elas de fato sejam propulsoras de melhorias para o ensino brasileiro.

Nesse sentido, exploraram-se nesta dissertação os discursos proferidos sobre a juventude ao longo das décadas que, conforme estudo de Goulart (2018), sempre estiveram ligados ao contexto histórico nacional. No início dos anos 1970, esse jovem era visto como um potencial problema social e, ao longo dos anos, esse pensamento foi sendo modificado até chegar aos anos 2000 com uma ideia de juventude mais participativa nas decisões e na sua interferência na formulação das políticas públicas voltadas para esse grupo. Além disso, não só governo e juventude aparecem mais relacionados às mudanças, mas o próprio capital internacional começa a produzir ações para esse grupo, mostrando um interesse nunca antes visto.

Além de Goulart, este estudo tem como base os pensamentos de Minayo (2011), Dayrell (2007), Frigotto (2015), Falcão e Carrano (2011), ao identificar a juventude como muito mais do que um momento etário da vida humana, mas como um complexo diverso de possibilidades e vivências. Esses autores veem, muito atrelado ao capitalismo atual, as dimensões do ser jovem e do ser adulto sofrerem interferências ao longo dos anos pelo próprio sistema, que não garante a formação mínima, pois isso vai ao encontro ao interesses de uma determinada classe, criando crises e diminuindo ainda mais os direitos do trabalhador e do jovem em formação. Conseqüentemente, é complexa a tarefa das instituições em entender a nova dinâmica da juventude, a fim de melhorar o sentido da formação para os jovens, principalmente no caso brasileiro em que, muitas vezes, para viver a condição juvenil, esses já estabelecem relações de trabalho como meio de viabilizar tal condição. E, com as mudanças em andamento, percebemos que os interesses econômicos se sobrepõem à formação e aos direitos estabelecidos para a juventude, indo além da dificuldade de entender as necessidades desses jovens num processo de imposição das mudanças com fins mercadológicos.

Nos últimos três anos, estamos vivenciando mudanças significativas no Brasil que dialogam com a leitura de Montañó (2002), em que demandas cada vez mais existentes do terceiro setor, vinculadas à esfera privada, aparecem como uma opção ideológica e de reestruturação do Estado. As políticas universais, que deveriam ser garantidas pelo poder público, são acusadas pelos neoliberais de criarem a crise, sendo necessário minimizar seus gastos, diminuindo, conseqüentemente, a ação dele nas políticas públicas.

Indo ao encontro dessa visão de mercantilização e de desresponsabilização do Estado para as demandas sociais, na atualidade brasileira estão sendo desenhadas mudanças estruturais significativas e impactantes em três frentes sociais e todas elas claramente relacionadas às políticas neoliberais com a justificativa de melhoria dos índices econômicos do país, que são a reforma trabalhista, a reforma da previdência e, como análise deste estudo, temos a reforma do ensino médio, que vão interferir na vida dos brasileiros prejudicando principalmente uma parcela menos favorecida da população que necessita das políticas públicas para garantir os seus direitos básicos.

Explorando mais especificamente a reforma por meio da organização da Base Nacional Comum Curricular – BNCC, apresentada pelo governo federal, podemos trazer a ideia de Apple (1989), que afirma que existe uma infinidade de conhecimentos universalmente produzidos ao longo da história da humanidade, de modo que é impossível para a escola desenvolver todos esses conhecimentos, por isso devem ser feitas escolhas do

que ensinar, tornando o currículo um conhecimento oficial a ser transmitido. As escolhas dos conteúdos e as formas de organização desse currículo não deixam de ser construções ideológicas de uma visão de mundo e de escolhas impostas a diferentes camadas sociais que não estão representadas nesse currículo. Por isso, no processo de análise curricular, deve-se sempre problematizar as construções do currículo a partir dos sujeitos que participam diretamente da sua construção, indagando quem está liderando esses reforços, quem se beneficia e quem perde como resultado de tudo isso. Para quem serve o currículo prescrito? (APPLE, 2000).

A construção da Base Nacional Comum Curricular está sendo discutida ao longo da década no Brasil, porém, posterior ao impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff, as discussões em torno das mudanças para o ensino médio sofrem uma reviravolta pelo governo interino e atual governo Bolsonaro dialogando com as outras mudanças já apresentadas. Fica clara a intenção política de desmonte das instituições públicas em favorecimento de uma pequena parcela do empresariado brasileiro, não respeitando a população e os objetivos constitucionais de direito do cidadão.

Utilizando essa reflexão de Apple, pensar nas mudanças propostas pelo governo em relação ao que está sendo chamado de o “Novo Ensino Médio”, apenas com a obrigatoriedade das disciplinas de português, matemática e inglês e a possibilidade de itinerários de formação com os anseios já expostos pelas diferentes realidades juvenis presentes nas escolas brasileiras, hoje, deve-se questionar se essas mudanças de fato buscam melhorar a vivência desses jovens nas instituições de educação ou se configuram um retrocesso na formação juvenil não buscando efetivamente um olhar sobre a juventude com suas demandas atuais e preocupações futuras. Será que a opção de um itinerário de formação profissional pode dar conta da formação e reflexão da juventude sobre o mundo do trabalho e das mudanças sociais existentes que interferem na vida cotidiana do jovem?

Nas duas últimas décadas, a juventude viu-se como protagonista na produção de políticas públicas e nas mudanças pensadas nas metodologias e construções de aprendizagens e, como nunca antes, foi considerada como sujeito de direitos respeitando as múltiplas formas da condição juvenil. No entanto, com as mudanças realizadas a partir de 2016, assistimos a uma clara perda de direitos, o que se reflete no posicionamento da própria juventude apresentado neste estudo através da UBES, entidade dos secundaristas do país que, em congresso, expõe suas insatisfações e preocupações com as mudanças que estão sendo colocadas e questiona quais serão os recursos para a efetiva implementação dessas mudanças.

Tentando entender como a juventude percebe a reforma proposta, foram analisadas as falas dos jovens que já vivenciam de alguma forma essas mudanças estabelecidas para o ensino médio. São filhos de trabalhadores da indústria e, em grande maioria, têm perspectivas de cursar o ensino superior. Esses jovens são alunos de uma escola que se propõe a ser referência para a reforma aprovada e já tem em seu cotidiano muitas das mudanças pensadas para essa etapa de ensino, como turno integral, maior carga horária para matemática e português, além de inserir a educação profissional como itinerário de formação.

Para organização e execução desta pesquisa, optou-se por um estudo qualitativo por meio da análise de discurso realizada com grupos focais, pois tal técnica de pesquisa permite perceber os entendimentos da juventude respeitando a sua singularidade como sujeito histórico que, como sujeitos de um tempo, são constituídos em torno de posições ideológicas e sociais presentes nas relações, sendo o discurso uma representação dos sentidos elaborada por eles. Conforme Mary Spink (2000), a análise de discurso é qualitativa porque, rejeita a ideia da linguagem como uma forma neutra de descrever o mundo por ser determinada a partir de uma prática social. Também pressupõe a interpretação do posicionamento dos sujeitos a partir de três áreas distintas envolvendo-as nas dimensões da linguagem, da história e da pessoa elaborando os termos a partir dos quais compreendem e lidam com as situações e realidades à sua volta.

A escola em que os jovens participantes deste estudo frequentam tem como objetivo ser referência na formação inovadora para o mundo do trabalho no segmento industrial no Estado do Rio Grande do Sul propondo uma articulação entre o ensino médio e a educação profissional. A escola do Sistema S analisada é uma das escolas da rede mantida pela Federação das Indústrias. Segundo a entidade, o setor privado necessita de uma resposta rápida para o crescimento econômico, assim justificando a criação das escolas e, como o sistema, apoia as mudanças que estão sendo realizadas para o ensino médio utilizando as escolas como um portfólio dessas alterações.

Ao analisar os grupos focais, fica evidente na fala dos jovens a preocupação em relação à escola de educação profissional em formar futuros trabalhadores para a produção e reprodução de atividades que, no caso da escola analisada, serão para o ramo industrial. Seguindo o que já foi explorado por Dayrell (2007), percebemos que na educação profissional ainda predomina uma determinada concepção do aluno gestada na sociedade moderna em que, ao entrar nas instituições, os jovens abandonam sua condição social para se tornarem alunos, numa clara separação entre vida e preparação para o mercado de trabalho. Como enfatizado em algumas falas dos jovens quando questionados sobre como o curso pode

auxiliar na sua formação e no que pretendem trabalhar no futuro: “[...] o máximo que vai conseguir mostrar é como é que vai ser um ambiente de trabalho talvez inicial para *mim* cumprir o meu objetivo, sabe? Eu não vou sair sendo que eu quero ser, então já vai ser um início para mim, como eu vou me portar em um ambiente de trabalho, mas é só mais uma questão comportamental do que do próprio ensino mesmo que eles ensinam lá, tipo, a elétrica pra mim, é um curso que não me agrega em nada”. É preciso enfatizar também que, em nenhum momento, foi demonstrado pelos jovens que as ações desenvolvidas no curso profissional se relacionam com as suas vivências atuais ou com suas formações futuras, limitada no desenvolvimento do curso específico e na postura dos alunos como um diferencial para a formação industrial, algo que é, segundo os jovens entrevistados, valorizado pelas indústrias e que acreditam que será uma alternativa caso os seus planos futuros não funcionem como planejam, já que um diploma da escola profissional pode garantir um futuro como já exposto na análise: “Se tudo der errado, tenho o diploma da escola de educação profissional”. Algo que, com a desindustrialização vivida pelo país (GLOBO, 2019), com exemplo na própria cidade com o fechamento de uma das suas indústrias mais antigas e importantes, a italiana Pirelli, sabemos que essa rápida inserção no ramo industrial não é garantida.

E, quando questionados sobre as mudanças propostas pelo governo federal pensando na sua vivência numa escola que dialoga com essas mudanças, colocam que a escola prepara para o mercado de trabalho, limitando os alunos nessa formação ao ramo industrial sem as perspectivas de prestar com qualidade um vestibular e/ou Enem. E enfatizam como será prejudicial para jovens que têm na escola o seu único aporte para a formação: “[...] basicamente a pessoa precisa do Enem pra ter uma formação superior, ele vai ser muito prejudicado por isso porque, por exemplo, ele mora em uma região e ali naquela região tem três escolas, e as três escolas trazem os mesmos conteúdos, então ele vai ter que escolher aquilo, ele não vai ter escapatória porque não tem como se locomover para tão longe para ter um ensino que ele precisa no Enem, então isso vai ser muito difícil”.

A partir dos grupos focais analisados, percebe-se que a hipótese elaborada para este estudo sobre a formação profissional limitar-se à condição de formação do jovem trabalhador para moldagem e postura na inserção do mercado de trabalho sem relação com as vivências atuais ou futuras desses jovens, limitando a visão do trabalho ao comportamento numa lógica econômica, relaciona-se com as análises feitas. Além disso, colocado pelos jovens ao longo das discussões, no caso do ensino formal oferecido pela escola do Sistema S, o foco na metodologia de competências e habilidades necessárias dialogam com a ideia de formação para o mercado de trabalho com ações que responsabilizam o sujeito pelo seu emprego numa

lógica “empreendedora” e se relaciona com as mudanças desenhadas para as relações de trabalho com as reformas propostas nos últimos dois anos.

Muitas das colocações discorrem com as diferentes falas realizadas por professores e especialistas apresentados ao longo da escrita desta pesquisa recentes sobre os malefícios das mudanças propostas pelo governo federal, não preocupado com a formação da juventude brasileira, mas, sim, com a lógica econômica de produtivismo, interditando o futuro dos jovens, principalmente os oriundos das escolas públicas do país, o que pode criar abismos ainda maiores entre as classes. Como já foi explorado por Frigotto (2011), cabe a educadores, pesquisadores, a própria juventude, assim como toda a sociedade lutar para que os malefícios dessa formação que se desenha sejam expostos e problematizados para que mudanças significativas sejam criadas e possam de fato auxiliar na formação da juventude.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como intuito problematizar as mudanças que estão sendo desenhadas pelo governo federal no intitulado “O novo ensino médio” para a última etapa da educação básica. O aporte teórico desta pesquisa, que considera essas mudanças maléficas para a formação da juventude e mostra que as propostas não levam em consideração a formação integral do jovem, vai ao encontro das falas dos jovens elaboradas a partir das perguntas produzidas em grupos focais.

A minha preocupação no desenvolvimento da pesquisa foi utilizar a minha experiência profissional com jovens em formação básica profissional quanto às questões que me angustiavam naquela formação focada no comportamental e dar voz à juventude que participa dessa formação frente às mudanças que estão sendo construídas. Tenho uma ligação muito forte com essa modalidade de ensino e com os jovens entrevistados, e a minha maior preocupação foi a de realmente ouvir e respeitar as suas colocações sem julgamentos ou imposições, o que muitas vezes foi difícil diante das percepções apresentadas por eles ao longo dos grupos focais.

As mudanças que estão em desenvolvimento a partir da PEC 746/2016 vão alterar toda a estrutura do ensino médio brasileiro, principalmente quando abre a possibilidade de itinerários de formação. Na leitura do governo e das instituições privadas que apoiam a reforma, essa alteração dá a possibilidade de escolha para os jovens em formação para o seu futuro. Essa utopia de diferentes alternativas é maléfica quando cria a ilusão de liberdade de escolha, quando, na realidade, o próprio sistema não garante a inserção desses jovens no mercado de trabalho e, quanto mais precária a sua condição econômica, mais difícil fica para o jovem prospectar mudanças significativas fazendo que as escolhas por itinerário limitem ainda mais as chances de mudança para uma grande parcela jovem do Brasil.

Além da minha experiência com os jovens dessa escola e de outras instituições de formação profissional ligadas ao projeto social Novos Horizontes, todas elas pertencente ao sistema S, e das ideias dos teóricos já mencionados durante o estudo e utilizados para a análise que exploram as diferentes condições juvenis presentes nas escolas brasileiras, cabe ressaltar que os resultados desta pesquisa se relacionam especificamente aos jovens entrevistados neste estudo. Jovens, como já explicitado, que almejam uma formação superior, mesmo não sabendo qual será, e que contam com uma estrutura econômica e familiar, o que não se pode desenhar como uma realidade na sociedade brasileira. Certamente se essa mesma pesquisa fosse realizada com outros jovens com os quais já trabalhei que participavam do

projeto social Novos Horizontes, as respostas provavelmente seriam diferentes e as suas perspectivas sobre futuro profissional não seriam as mesmas.

Na própria pesquisa, quando se discutiram os malefícios da reforma para os jovens, houve uma dualidade no pensamento dos entrevistados influenciada por sua experiência no ensino fundamental. Os que vieram de escolas particulares focaram na falta de conteúdos e na má qualidade do ensino, enquanto os alunos das escolas públicas falaram sobre a precariedade da estrutura escolar e como a reforma não irá resolver, mas, sim, esconder esses problemas através da opção de itinerários. Essa dualidade já demonstra as diferentes percepções dos jovens por meio da sua vivência escolar, algo que deve ser levado em consideração nos estudos qualitativos.

Além do mais, fazendo um comparativo com a escola analisada, que tem todo o suporte estrutural para receber os alunos em turno integral, é difícil de mensurar essa realidade para a escola pública com os problemas já existentes e com o congelamento de investimentos em áreas como a educação realizada pelo governo federal. Como garantir que essas mudanças sejam realizadas?

Um ponto que precisa ser levado em consideração é a participação de profissionais com notório saber na formação dessa juventude. Pensando nas escolhas de itinerários, fica evidente a importância de formação de todos os profissionais que irão atuar com jovens nessa etapa de ensino. Os estudos de formação pedagógica constroem um olhar diferenciado ao profissional e não devem ser abandonados, principalmente quando o jovem precisa fazer escolhas. Como garantir um olhar sensível e completo ao aluno por profissionais que não tiveram preparação para isso?

Outro ponto significativo é a dualidade presente na formação básica profissional, já explorada por autores como Frigotto (2015, 2016) e Carrano e Falcão (2011), que são apresentados na dissertação para explicitar a educação profissional que se constituiu no país nos primórdios do Brasil República. Esta educação apresentava-se como uma formação para a classe operária que se distanciava da formação intelectual projetada para a elite brasileira. Essa dualidade de formação é questionada a partir da criação dos institutos federais de educação que surgem como uma proposta de integrar a formação profissional com a formação básica, tentando dar conta da formação proposta pela Lei de Diretrizes e Bases para os jovens com formação plena do cidadão.

Os Institutos Federais de Educação estão entre as escolas públicas com melhor desempenho no Enem, muito próximos aos índices das escolas privadas. No entanto, essa experiência foi totalmente ignorada pelo governo federal para as mudanças propostas ao

ensino médio, não valorizando as instituições públicas que têm seu trabalho reconhecido até em âmbito internacional (SALDAÑA; TAKAHASHI, 2018).

A escola de ensino básico e a de educação profissional analisadas no estudo conversam com essa visão dual de formação e distanciam-se da formação integrada, enfatizada ao longo do estudo através da sua história de formação na Era Vargas e pelas falas dos jovens ao longo das entrevistas. O foco da instituição de educação profissional é atrelar o conhecimento técnico operativo com a postura comportamental dos alunos e coloca que isso é bem visto pelas empresas do ramo industrial, que fica sob sua responsabilidade de formação. As instituições analisadas pertencem ao mesmo conselho, porém demonstram métodos diferentes e não conseguem uma relação na formação dos alunos, o que fica evidente na fala dos jovens e na minha experiência.

Para estudos posteriores, acredito que, a partir das análises feitas, pode-se pensar em um estudo comparativo entre o trabalho desenvolvido pelos Institutos Federais de Educação – IFS com a educação integrada e a inserção das metodologias construídas através dos itinerários de formação criados com a reforma, problematizando a construção realizada pela BNCC. Além disso, pensar em um estudo investigativo sobre os jovens que realizaram as suas formações nos IFRS e a sua inserção no mercado de trabalho, pois, a partir de sua implementação em 2008, demonstra grande desempenho no desenvolvimento da educação profissional integrada ao ensino médio, pois contempla, além da formação técnica, a formação humana integral e do trabalho como princípio educativo (SALDAÑA; TAKAHASHI, 2018).

A minha experiência profissional atrelada a essa pesquisa científica dá sustentação à ideia de que as mudanças que estão sendo pensadas para o ensino médio conversam muito mais com os interesses dos empresários e órgãos internacionais do que com a efetiva melhora de vida dos jovens. A desigual realidade brasileira deve ser levada em consideração e precisamos construir mudanças que elevem o nível intelectual de todos os jovens presentes nas escolas hoje. Deve-se pensar em uma educação profissional que vá além da formação técnica e que integre o ensino básico com a vivência prática e o mundo do trabalho. Como já explorado por outros autores, essa é uma tarefa difícil, mas não impossível.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Ricardo; PRAUN, Luci. A aposta nos escombros: reforma trabalhista e previdenciária - a dupla face de um mesmo projeto. **Revista Jurídica Trabalho e Desenvolvimento Humano**, Campinas, v. 2, n. 1, jul. 2019. Disponível em: <<http://www.revistatdh.org/index.php/Revista-TDH/article/view/43>>. Acesso em 07 ago. 2019.
- APPLE, Michael. **A política do conhecimento oficial: um currículo nacional faz sentido?** In: APPLE, Michael. Política Cultural e Educação. São Paulo: Cortez, 2000. p. 53-78.
- _____. **Currículo e Poder**. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 14, n.2, p. 46-57, jul./dez./1989.
- ANTUNES, André. A quem interessa a BNCC? **EPSJV/Fiocruz**. Rio de Janeiro, 23 nov. 2017. Disponível em: <http://www.epsjv.fiocruz.br/noticias/reportagem/a-quem-interessa-a-bncc> Acessado em 28 nov. 2017.
- BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm>. Acessado em 29 nov. 2017.
- BERNARDIM, Márcio Luiz; SILVA, Monica Ribeiro da. Juventude, escola e trabalho: sentidos da educação profissional integrada ao ensino médio. **Educação em Revista**. Belo Horizonte. v.32. n.01. p. 211-234, Janeiro-Março 2016
- SENAI quer mudar a lei da aprendizagem profissional. **Câmara dos deputados**. Brasília, 28 set. 2017. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/ce/noticias/senai-quer-mudar-a-lei-da-aprendizagem-profissional>>. Acessado em 20 dez. 2017.
- CAREGNATO, Rita Catalina Aquino; MUTTI, Regina. Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo. **Contexto Enferm**. Florianópolis. p. 679-684. Out-Dez 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tce/v15n4/v15n4a17>>. Acessado em 07 set. 2018.
- CARRANO, Paulo; FALCÃO, Nádia. Os Jovens e a escola de ensino médio: adiantamento ou encontro mediado com o mundo do trabalho? In: TIRIBA, Lia; CIAVATTA, Maria (orgs.) **Trabalho e Educação de Jovens e Adultos**. Brasília: UFF, 2011. p. 165-197.
- COSTA, Maria Adélia; COUTINHO, Eduardo Henrique Lacerda. Educação Profissional e a Reforma do Ensino Médio: lei nº 13.415/2017. **Educ. Real**. vol.43, n.4 Porto Alegre. Out-Dez. 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-62362018000401633&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acessado em jul.2019.
- DAYRELL, Juarez. A escola “faz” as juventudes? Reflexões sobre a socialização juvenil. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 28, n. 100 – Especial. p. 1105-1128. out. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a2228100/>>. Acessado em 25 jan. 2018.

DE OLHO na Mídia: Reforma do Ensino Médio. **Anped**. 23 mar. 2017. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/news/de-olho-na-midia-reforma-do-ensino-medio>>. Acessado em 06 jul. 2019.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Juventude, trabalho e educação: o presente e o futuro interditados ou em suspenso. In: TIRIBA, Lia; CIAVATTA, Maria (orgs.) **Trabalho e Educação de Jovens e Adultos**. Brasília: UFF, 2011.

_____. A produtividade da escola improdutiva 30 anos depois: regressão social ou hegemonia às avessas. **Trabalho necessário**. V.13, n.20, 2015. Disponível em: <<http://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/8619>>. Acessado em 22 jul. 2018.

_____. Reforma de ensino médio do (des) governo de turno: decreta-se uma escola para os ricos e outra para os pobres. **Anped**. Set. 2016. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/news/reforma-de-ensino-medio-do-des-governo-de-turno-decreta-se-uma-escola-para-os-ricos-e-outra>>. Acessado em 07 ago. 2019.

GALIAN, Cláudia Valentina Assumpção. Currículo e conhecimento escolar na perspectiva da educação integral. **Cadernos Cenpec**. V.6, n.1, p. 3-22, dez. 2016.

GOMES, Maria Elásir S.; BARBOSA, Eduardo F. A técnica de grupos focais para a obtenção de dados qualitativos. **Instituto de pesquisas e inovações educacionais**. 1999. Disponível em: <http://www.tecnologiaprojetos.com.br/banco_objetos/%7B9FEA090E-98E9-49D2-A638-6D3922787D19%7D_Tecnica%20de%20Grupos%20Focais%20pdf.pdf>. Acessado em 07 set. 2018.

GOULART, Marcos Vinicius da Silva. **Produção da juventude como um objeto de saber pedagógico nos discursos sobre o ensino médio no Brasil**. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 2018.

PNAD contínua: 51% da população com 25 anos ou mais no Brasil possuíam apenas o ensino fundamental completo. **IBGE**. 21 Dez. 2017. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2013-agencia-de-noticias/releases/18992-pnad-continua-2016-51-da-populacao-com-25-anos-ou-mais-do-brasil-possuiam- apenas-o-ensino-fundamental-completo.html>>. Acessado em: 25 jan. 2018.

LIRA, Davi. Gasto por aluno no Brasil é um terço do investido pelos países desenvolvidos, 2014. 09 Ago. 2014. **IG São Paulo**. Último segundo educação. Disponível em: <<http://ultimosegundo.ig.com.br/educacao/2014-09-09/gasto-por-aluno-no-brasil-e-um-terco-do-investido-pelos-paises-desenvolvidos.html>>. Acessado em 04 dez 2017

MINAYO, MCS. A condição juvenil no século XXI. In: MINAYO, MCS., ASSIS, SG., and NJAINE, K., orgs. **Amor e violência: um paradoxo das relações de namoro e do ‘ficar’ entre jovens brasileiros**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2011, pp. 17-43. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/4c6bv/pdf/minayo-9788575413852-03.pdf>> Acessado em dez. 2019.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro Setor e Questão Social: crítica ao padrão emergente de intervenção social**. São Paulo: Cortez, 2002.

NETO, Otávio Cruz; MOREIRA, Marcelo Rasga; SUCENA, Luiz Fernando Mazzei. Grupos focais e pesquisa social qualitativa: debate orientado como técnica de orientação. **XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais**. Ouro preto: Minas Gerais. nov. 2002.

NÓBREGA, Bárbara. Brasil tem terceira maior desindustrialização entre 30 países desde 1970; recuperação está distante. **Folha de São Paulo**. São Paulo. 15 jul. 2019. Economia. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/economia/brasil-tem-terceira-maior-desindustrializacao-entre-30-paises-desde-1970-recuperacao-esta-distante-23779863>>. Acessado em 07 ago. 2019.

NOVO ensino médio – Dúvidas. **MEC**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=40361>>. Acessado em 15 set. 2018.

PIRELLI anuncia fechamento de unidade em Gravataí e transferência da produção de pneus de moto para SP. **G1 Rio Grande do Sul**. 13 mai. 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2019/05/13/pirelli-anuncia-fechamento-de-unidade-em-gravatai-e-transferencia-da-producao-de-pneus-de-moto-para-sp.ghtml>>. Acessado em 07 ago. 2019.

SALDAÑA, PAULO; TAKAHASHI, FÁBIO. Apesar de cortes, institutos federais lideram nota do Enem em 14 Estados. **Folha de São Paulo**. São Paulo. 14 jan. 2018. Educação. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2018/01/1950323-apesar-de-cortes-institutos-federais-lideram-nota-do-enem-em-14-estados.shtml>>. Acessado em 28 jul. 2017.

SANTOS, João Vitor. Base Nacional Comum Curricular – BNCC In: BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR: o futuro da educação brasileira. **Revista do Instituto Humanitas Unisinos**. São Leopoldo. N. 516, dez. 2017.

SPINK, Mary Jane (org.). **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas**. 2º Ed. São Paulo: Editora Cortez, 2000. pg. 41-61.

SPOSITO, Marília Pontes; CARRANO, Paulo. Juventude e políticas públicas no Brasil. **26ª Reunião Anual do ANPEd**. Poços de Caldas: MG. De 5 a 8 Out. 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/%0D/rbedu/n24/n24a03.pdf>>. Acessado em 30 jan. 2018.

TOMAZELLI, Tomas. CNI diz que incluir Sistema S no Orçamento é inconstitucional e não ampliará transparência. **Jornal ESTADÃO**. São Paulo 14 de Out. de 2017. Disponível em: <<http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,cni-diz-queincluir-sistema-s-no-orcamento-e-inconstitucional-e-nao-ampliaratransparencia,70002044552>>. Acessado em 20 dez. 2017.

WEINSTEIN, Barbara. **(RE)Formação da classe trabalhadora no Brasil (1920-1964)**. São Paulo: Editora Cortez, 2000.

ANEXO A- Ficha de Pesquisa

Caro jovem,

Estou desenvolvendo uma pesquisa sobre a percepção dos jovens frente à formação profissional e gostaria que as perguntas abaixo fossem respondidas:

Nome:

Idade: Sexo: Masculino () Feminino ()

Tem irmãos/ãs: () Sim () Não Número:

Religião:

Cidade em que nasceu:

Cidade que vive atualmente:

Há quanto tempo vive nessa cidade ou região?

Escola que frequentou no ensino fundamental:

Trabalha ou já trabalhou?

O que gostaria de fazer ao final do ensino médio:

Cidade de nascimento da mãe:

Estado:

Cidade de nascimento do pai:

Estado:

Moradia

Como mora? Com os pais () com parentes ()

Outros:

Escolaridade da mãe:

Ensino fundamental () Completo () Incompleto

Ensino médio () Completo () Incompleto

Curso profissionalizante () Completo () Incompleto

Curso Superior () Completo () Incompleto

Profissão da mãe: Atual trabalho:

Escolaridade do pai:

Ensino fundamental () Completo () Incompleto

Ensino médio () Completo () Incompleto

Curso profissionalizante () Completo () Incompleto

Curso Superior () Completo () Incompleto

Profissão do pai: Atual trabalho:

Dados complementares:

Liste 05 coisas pelas quais tu te interessas (utilize escala de prioridades, sendo 1 a preferida):

Liste 05 coisas que gosta de fazer nos momentos de lazer (utilize escala de prioridades, sendo 1 a preferida):

Você faz parte de algum grupo ou associação? Se sim, quais são as principais atividades realizadas pelo grupo do qual participa?